

Marilene Aicate Peres

“MUJERES EN LA VENTA”

Família e Relações de Gênero na
Fronteira Amazônica - Brasil e Peru



Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ

Marilene Aicate Peres

**“MUJERES EN LA VENTA”:
Família e Relações de Gênero na
Fronteira Amazônica - Brasil e Peru**

Marilene Aicate Peres

**“MUJERES EN LA VENTA”:
Família e Relações de Gênero na
Fronteira Amazônica - Brasil e Peru**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2025



COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Ananguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Ananguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Tharcísio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

À minha querida, guerreira e amada mãe pelo esforço de sempre querer o melhor para seus filhos, pelos conselhos dados para prosseguir minha caminhada. Ao meu pai e exemplo para meu aprendizado, pelo apoio e pela força nas horas boas e ruins. Aos meus irmãos e irmãs pelo apoio e confiança. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, às minhas cunhadas. Ao meu esposo pela força e apoio a mim ofertados. Dedico a todas as mulheres que lutam diariamente para dar o melhor a si mesma e aos filhos, mas principalmente dedico às interlocutoras deste trabalho por me contarem e permitirem partilhar suas histórias de vida.

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Imagem da capa

José Miguel Nieto Olivar

Revisão da Língua Portuguesa

Jorge Luís de Freitas Lima

Revisão Técnica

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino e Michel Justamand

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M953f “Mujeres en la venta”: Família e relações de gênero na fronteira Amazônica - Brasil e Peru. Autoria: Marilene Aicate. Peres – 1. ed. – Manaus/AM: EDUA. Embu das Artes/SP: Alexa Cultural Editora, 2025.

14x21cm - 154 pgs.

ISBN - 978-85-5467-532-5

1. Antropologia. 2. Gênero. 3. Fronteira. 4. Ama de casa, 5. Amazonas. I. Rufino, Márcia Regina Calderipe Farias. II, Bibliografia. III Sumário.

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia
2. Gênero
3. Fronteira

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização da autora e/ou editora

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido o término deste trabalho. O amigo de todas as horas, aquele que em momentos de tormentos e alegrias sempre está ao meu lado, e que me proporciona vida e saúde a cada dia para continuar firme na caminhada para conseguir.

Aos familiares, em especial, à minha mãe, Maria Eulália Aiambo Aicate, ao meu pai, José Cavalcante Peres, e aos meus irmãos Ezequiel, Marlene, Alcineis, Aldenei, Martinês, Euciane e Meiriane, às minhas cunhadas Marta e Joicilene; aos meus sobrinhos Ducilene, Joivirlene, Raila, Maribel, Marquiel, Adriel, Nataniel, Ana, Sebastian, João, Heitor, Sofia, João, Raila, Evelyn e minha linda sobrinha Vitória, ao meu afilhado Maciel, pela força que a seus modos me deram e que nos momentos de alegria e frustrações sempre estiveram ao meu lado, por serem a base de minha vida.

Ao meu esposo Marcos Araújo, pelo apoio e incentivo nas escolhas que fiz, por estar sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis, principalmente ao longo desta caminhada em que tantas coisas, boas e ruins aconteceram e consecutivamente se fez presente.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro, pois foi imprescindível para a minha estadia na cidade de Manaus, bem como para a pesquisa de campo.

À querida professora Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, por ter aceitado a difícil tarefa de orientar-me, pelos ensinamentos e conhecimentos partilhados pela confiança e por ter acreditado no meu trabalho, pela paciência que teve para comigo no decorrer das orientações.

Aos professores que sempre me incentivaram a continuar os estudos, Dra. Flávia Melo coordenadora do Observatório da Violência de Gênero no Amazonas e Dr. José Miguel Nieto Olivares.

Ao professor Dr. Jorge Luís de Freitas pelas correções nesta obra, e Gilse Eliza Rodrigues por ter aceitado fazer a apresentação do livro.

Às interlocutoras desta pesquisa Naisa, Laura, Rosa e Mara, por terem aceitado contar-me sobre suas vidas, pelos aprendizados, por me fazerem rir e me emocionar com suas trajetórias. Obrigada!

Grata a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização desta pesquisa. A todos, meu mais profundo agradecimento!

PREFÁCIO

Com muita alegria recebi a notícia da publicação da pesquisa de Marilene Aicate Peres e o convite para escrever esse prefácio. Falar sobre o período de realização desse trabalho é rememorar ótimos momentos de debate e aprendizagem sobre a tríplice fronteira Brasil, Colômbia, Peru a partir dos aportes da Antropologia Social. Acredito que isso permitiu realizar uma pesquisa densa e crítica numa área permeada por trocas de várias ordens (culturais, econômicas, políticas), permanências e transformações sociais de grande impacto para as populações locais e para os Estados-nacionais.

Gostaria de ressaltar alguns aspectos que percebo como positivos na condução da pesquisa e nos resultados a que chegou. Considero que sua dissertação é uma contribuição para os estudos na área de antropologia e, por conseguinte, nas Ciências Sociais, somando-se a trabalhos realizados na Amazônia, especialmente na tríplice fronteira. Várias pesquisas foram desenvolvidas por mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social –PPGAS/UFAM nessa região, constituindo-se como uma virada epistemológica quando são os próprios indígenas e moradores locais que falam sobre si, suas comunidades e as cidades da região. Essas pesquisas têm produzido novos olhares e aportes para compreender suas visões de mundo e daquelas/es com quem convivem, bem como os modos de construir diferenças.

Outra questão a ressaltar é a opção por realizar seu campo nesse local de fronteira, a partir da cidade de Benjamin Constant, onde reside há vários anos, o que lhe permitiu olhar para aquela realidade desde uma experiência próxima, como já dito. No entanto, a proximidade, o estar presente naquele espaço não era suficiente para escrever sobre as mulheres e suas famílias. Foi necessário construir essas relações e mesmo distanciar-se de idéias preconcebidas sobre as diferentes populações que convivem na região. Nesse contexto, alguns grupos são bem-vindos enquanto outros são vistos como intrusos, sujeitos. Em relação a esses, as diferenças são acionadas para desqualificar e excluir num jogo de poder e lutas cotidianas, como a autora descreve.

O Brasil, enquanto um território possível para os estrangeiros que circulam na tríplice fronteira, transforma-se em espaço de moradia e trabalho para peruanas e peruanos que buscam, no território brasileiro, acesso a direitos, principalmente em termos de educação e saúde. A pesquisa é uma contribuição significativa para entender os processos de ocupação das cidades de Islândia e Benjamin Constant, desde uma perspectiva histórica até os processos recentes de formação de novos bairros. A autora mostra que as trocas sociais resultam em uniões entre pessoas de diferentes nacionalidades, nas relações de vizinhança, nos conflitos e nas transações comerciais a que as protagonistas dessa pesquisa se dedicam. Assim, a circulação de pessoas e de objetos caracteriza-se por movimentos dinâmicos e a criação de novas territorialidades e pertencimentos.

A formação de novos bairros, ocupados por peruanas e peruanos ou famílias interétnicas em Benjamin Constant – AM, fala de um processo de territorialização que envolve deslocamentos de áreas do interior do Peru para os pequenos e médios municípios da região, como Islândia, conformando dinâmicas próprias. Benjamin Constant se constrói, no processo descrito pela autora, como uma cidade multiétnica, capaz de receber um significativo contingente de pessoas oriundas de outras nacionalidades, os não indígenas brasileiros, assim como os povos indígenas que vivem nos vales do Rio Javari e do Rio Solimões.

Outro aspecto a ser ressaltado nessa pesquisa foi o diálogo com as mulheres peruanas que comercializam produtos, tanto objetos variados como alimentos, denominadas “mujeres en la venta” na dissertação. Peres olhou para essa forma de trabalho acionada pelas mulheres peruanas, que pode ocorrer nas suas próprias casas ou nas feiras locais, para observar as formas de construir família e as relações de gênero. Como observa a autora, são vários vínculos e fluxos – de pessoas, de mercadorias, matrimoniais e afetivos, de serviços públicos. Ela enfatiza “a lógica relacional que perpassa a organização das famílias, incluindo sua autoidentificação como “amas de casa”. Entre suas quatro interlocutoras, apenas aquela que já criou os filhos considera-se comerciante, as demais são as “amas de casa”, ou seja, donas de casa que consideram essa atividade como a principal devido a suas responsabilidades com a casa e a família e ao que é atribuído em termos de papéis sociais a mulheres e homens. Segun-

do Peres (2019) os lugares ocupados pelas mulheres entrevistadas e os produtos comercializados estão direta e indiretamente vinculados ao trabalho doméstico. Elas se utilizam da estrutura de suas próprias casas para produzir os alimentos para venda ou de sua expertise na compra de variados produtos que dialogam com as necessidades de outras mulheres. Assim, Naisa, Rosa, Laura e Mara administram suas casas, família e comércio a partir de uma experiência que é construída no dia a dia e também pelas situações de sofrimento, separações e novos arranjos familiares.

O interesse de Marilene Peres por abordar as relações de gênero na tríplice fronteira não surgiu nessa pesquisa, sendo resultado de toda sua experiência no curso de Antropologia, no Instituto Natureza e Cultura (Benjamin Constant – AM), quando participou de projetos de extensão como o Observatório da Violência de Gênero, coordenado pela Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha e pesquisa vinculada ao PAGU/UNICAMP, coordenada pelo Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivares. A participação nesses projetos estimulou seu interesse pelo tema e a preparou acadêmica e afetivamente para a realização dessa pesquisa.

Nesse processo, o seu lugar enquanto mulher indígena Kokama que se afastou de sua comunidade para realizar os estudos desde o ensino básico, graduação e pós-graduação, tornou-se um tema de discussão ao longo de nossas conversas e da pesquisa em si, sendo uma questão metodológica e ética crucial para a construção de sua etnografia e para a continuidade da relação com seu grupo.

Havia uma preocupação constante em retornar e dialogar com seus parentes, oportunizando várias trocas, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos tradicionais, ao mesmo tempo em que poderia contribuir com os conhecimentos antropológicos. Nesse sentido, os debates no curso de pós-graduação levaram ao amadurecimento e à possibilidade de fazer o caminho de volta para casa, afinada com as teorias antropológicas sobre fronteiras, relações de gênero e trabalho. Acredito que essa discussão poderá ser ampliada por Marilene na sua pesquisa de doutorado, já em curso, trazendo provocações para pensar sobre sua autoconstrução como uma mulher indígena, pesquisadora e cientista.

Nas situações de campo, a subjetividade da pesquisadora enquanto mulher jovem trouxe desafios quando foi assediada por

alguns homens próximos a suas interlocutoras. Nesses casos, teve que reforçar seu lugar como pesquisadora e mulher casada para não interromper seu campo. Para acessar as mulheres foi necessário criar estratégias, ultrapassando as dificuldades e inconveniências, como a própria autora ressaltou, com os homens. Para isso, Marilene acionou os conhecimentos adquiridos na Antropologia, seus conhecimentos sobre as relações na tríplice fronteira e contou com o apoio emocional de outras mulheres.

A abordagem interseccional (Collins; Bilge, 2021) que guia sua pesquisa propiciou olhar de maneira imbricada para marcadores sociais como gênero, raça/etnia, geração, nacionalidade e classe social a fim de observar e analisar como são produzidas as diferenciações entre as/os agentes sociais interfronteiras e intra os Estados nacionais. A autora resalta a diversidade étnica e o fluxo de nacionais entre os países que compõe essa tríplice fronteira, o que implicou em seu próprio trânsito entre as fronteiras, seguindo as suas interlocutoras, tanto nas suas casas quanto nas feiras da região. Ao segui-las, pôde observar como a constituição e organização das famílias tem suas particularidades e nuances.

No debate sobre fronteira e condição transfronteiriça (Olivar, 2017), a pesquisa se soma aos trabalhos que consideram que as fronteiras dos Estados nacionais vão além das demarcações geográficas/espaciais para intercambiar-se com as vidas e as necessidades daquelas/es que circulam por essa área. Na idéia de que a fronteira é ficcional, uma fronteira imaginada, Marilene indica o que faz e desfaz os limites entre os Estados, ou seja, como os interesses dos diferentes grupos e dos Estados nacionais, incluindo leis e regras, animam a tríplice fronteira, concorrendo entre si, produzindo cooperações e alianças, construindo formas de pertencimento.

Espero que essa pesquisa tenha um alcance amplo, possa contribuir para novos debates e inspirar mais pesquisadoras e pesquisadores na região amazônica, na ideia de que o registro e a análise dos conhecimentos sejam especialmente produzidos por aquelas e aqueles que vivem na tríplice fronteira. Isso também me faz pensar na importância das trocas acadêmicas entre o curso de graduação em Antropologia e o PPGAS que podem ser ampliadas e produzidas em cooperação, o que foi inúmeras vezes debatido em nossos coletivos,

mas esbarra nos impasses burocráticos para o trânsito entre os campi, como a falta de recursos para os deslocamentos, por exemplo.

Nesse sentido, a trajetória de Marilene e das/os demais estudantes que se formaram no Instituto Natureza e Cultura e cursaram a pós-graduação no PPGAS/UFAM pode ser pensada como um campo poderoso de trocas acadêmicas, afetos e uma contribuição efetiva para a produção do pensamento social sobre e na Amazônia.

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Manaus, março de 2025

Referências

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Género, dinero y frontera amazónicas: la “prostitucion” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. Cad. Pagu (51), 2017.

PERES, Marilene Aicate. “Mujeres en la venta”: Familia e relações de gênero na fronteira Amazônica - Brasil e Peru. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2019. PRef

SUMÁRIO

PREFÁCIO - <i>Márcia Regina Calderipe Farias Rufino</i>	11
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA	31
1.1 Fronteiras, transnacionalidade e circulação	31
1.2 Benjamin Constant/Brasil e Islândia/Peru	36
1.3 Peruanas e peruanos em Benjamin Constant	53
1.4 Fronteira, mobilidade e trocas	61
CAPÍTULO 2	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DE GÊNERO E FAMÍLIA	65
2.1 Considerações acerca de gênero e família	65
2.2 No soy comerciante, soy ama de casa	71
2.3 Narrativas e relações familiares	74
2.3.1 Naisa	77
2.3.2 Laura	83
2.3.3 Rosa	86
2.3.4 Mara	89
2.4 No quiero más pareja	91
CAPÍTULO 3	
MUJERES EN LA VENTA: COMPRAR E VENDER NA FRONTEIRA	99
3.1 Gênero e trabalho	99
3.2 Espaços de mulheres, espaços de homens: relações de gênero no contexto público	105
3.3 Mujeres en la venta	109
3.4 Notas etnográficas sobre o cotidiano das interlocutoras	113
3.5 As variedades e os produtos comercializados	115
3.6 Trajetos para compra e locais onde são vendidos	122
3.7 Os modos de agir na venda	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
PÓS-FÁCIO - <i>José Miguel Nieto Olivar</i>	137
REFERÊNCIAS	147

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi elaborada por meio de um percurso que vem desde a minha trajetória acadêmica na graduação em Antropologia quando me aproximei do tema da diversidade sexual no Programa de Atividade Curricular de Extensão – Diversificando, em 2012, cujas ações e objetivos eram voltados aos debates sobre gênero, diversidade sexual e direitos humanos¹.

Dentro da Universidade, o PACE estava vinculado ao Programa Observatório da Violência de Gênero no Amazonas² no qual, como participante, também me envolvi em atividades de campo e de formação intelectual. Além disso, no âmbito do programa desenvolvi uma pesquisa para conclusão da graduação³. Por meio do Observatório, participei do projeto “Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia brasileira”, coordenado pelo Dr. José Miguel Nieto Olivar, vinculado ao Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU- UNICAMP⁴.

Esta obra, portanto, é parte de um trabalho que iniciei no ano de dois mil e quinze, quando fui assistente de pesquisa durante três

1 Neste projeto coordenado pela professora Flávia Melo atuei por um ano como voluntária e passei a ser bolsista em 2012. Neste mesmo ano tornei-me coordenadora do projeto enquanto ela dedicou-se à coordenação do programa Observatório descrito a seguir.

2 mplementado em 2012 como Observatório da Violência Contra Mulheres no Alto Solimões, vinculado à Pró- Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas e mantido com recursos do Ministério da Educação/SESU. O programa desenvolveu ações no campo dos estudos de Gênero e Violência em interface com a Antropologia do Direito. Dedicou-se à análise de percepções locais das violências e ao diagnóstico da violência contra mulheres através dos registros das agências de segurança pública. Investiu, em sua vertente extensionista, no fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra mulheres e do controle social. Posteriormente, o projeto tomou grandes proporções com o financiamento do MEC e foram realizadas pesquisas nas demais cidades do Alto Solimões, como Jutai e Fonte Boa e também no Baixo Amazonas - Parintins e demais cidades. Com isso, o nome do projeto passou a ser Observatório da Violência de Gênero no Amazonas.

3 Análise de construções de gênero e parentesco: performance e sociabilidade dentro e fora de casa”, como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, no qual abordei as famílias construídas pela afinidade entre amigos homossexuais sem vínculo afetivo sexual que encontraram nessas famílias o que não encontraram com as famílias consanguíneas

4 O projeto visou a compreender com gênero marca as maneiras através das quais as pessoas se relacionam com o Estado, enquanto atentamos às maneiras como o Estado, na sua própria gestão e na administração da fronteira, produz e articula o gênero em ditos territórios, com financiamento da FAPESP (Processo 2010/50077-1).

meses no projeto acima citado e realizei pesquisa de campo com o objetivo de obter narrativas relacionadas às concepções de gênero, fronteira, sexualidade, Estado e economia.

No ano de 2016, por um curto período, estive na cidade peruana de Islândia, para buscar informações sobre a atuação das mulheres a fim de elaborar o projeto para concorrer ao mestrado. A princípio minha escolha eram as mulheres solteiras com filhos que se sustentavam sozinhas, quando as chamei de “chefes de família”, porém isso mudou no decorrer das leituras bibliográficas e orientações. Os desdobramentos da pesquisa para este trabalho deram-se nos anos de dois mil e dezessete e dois mil e dezoito, quando intensifiquei a procura por informações relacionadas às mulheres. Vale ressaltar que fiz essa pesquisa a partir do meu lugar de fala como moradora da fronteira, mulher, indígena, que pesquisa tema relacionado a relações de gênero e tem como principais interlocutoras mulheres peruanas residentes no município de Islândia/Peru e que não se autoidentificam como indígenas.

Na pesquisa exploratória, conheci as vivências do grupo de interlocução no que tangencia as suas rotinas na vida fronteiriça. Busquei entender, a partir disso, como se dá a compra e venda que vão desde a escolha dos produtos pelas interlocutoras, o que não é uma escolha aleatória, até passarem para o consumidor final produzindo uma interação com os clientes, além de pensar como as relações entre homens e mulheres organizam o processo de comercialização.

Neste trabalho meu objetivo foi analisar as relações de gênero e família na região fronteiriça por meio das “mujeres en la venta”⁵. Esta pesquisa é centrada no Brasil e Peru, especificamente nos municípios de Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru), lugares onde acompanhei a circulação de minhas interlocutoras que mantêm maior vínculo e fluxos migratórios, de mercadorias, matrimoniais e afetivos, de serviços e na educação. Porém, no geral, contextualizo a região da tríplice fronteira formada pelos países Brasil, Peru e Colômbia.

Para isso, utilizei categorias como gênero para pensar sobre as relações, especialmente no processo de “venta”, enfatizando a lógi-

5 As palavras entre aspas referem-se aos termos nativos.

ca relacional que perpassa a organização das famílias, incluindo sua autoidentificação como “amas de casa”. Trouxe para a discussão, à luz dos estudos sobre gênero e trabalho, categorias como chefia feminina e mulheres mantenedoras. Além disso, ao acompanhar os caminhos percorridos por elas, descrevi a dinâmica de seus cotidianos e o processo do comprar e vender, bem como a circulação de mercadorias. Busquei entender como veem a si mesmas, uma vez que das quatro interlocutoras, três não são casadas, mantêm a casa por meio da compra e venda de produtos, não se autoidentificam como comerciantes, mas sim como “amas de casa”. Apenas aquela que já criou seus filhos, autodenomina-se como comerciante.

Gênero neste trabalho é pensado como uma categoria de análise, sendo uma ferramenta, uma categoria descritiva utilizada para pensar as relações sociais, segundo Scott (2009). A autora considera gênero como uma realidade construída pela sociedade e também pelo indivíduo, ou seja, é um constructo social atribuído sobre um corpo que possui sexo. Nessa linha de pensamento, Grossi (1998) argumenta que gênero é para produzir tudo aquilo que é social, cultural e historicamente construído. Portanto, gênero aqui é usado para pensar as relações entre homens e mulheres.

Nas relações entre homens e mulheres percebi que há uma lógica que organiza o modo como constroem família, como dividem as responsabilidades entre si e como trabalham. Trata-se de uma lógica relacional que discuto a partir da leitura de Fonseca (2000) e Bonetti (2004), pensando sobre os diferentes papéis na relação conjugal, onde os homens estão para prover, para o trabalho fora e as mulheres estão para o lar, para o cuidado com os filhos, para com o marido, para com a casa, ou seja, para o trabalho doméstico.

No contexto das relações de gênero e família, a categoria “ama de casa” apareceu frequentemente nas conversas com as mulheres e refere-se a sua autoidentificação como donas de casa. Ser “ama de casa” envolve todo o trabalho doméstico como lavar, cozinhar, limpar, cuidar dos filhos, dentre outros e diz respeito aos modelos possíveis e aceitáveis para homens e mulheres.

As “amas de casa”, mesmo que mantenham sua casa sem a presença de um cônjuge, seguem essa lógica relacional, respondendo às expectativas sociais. Isso também vale para a interlocutora que

se denomina como comerciante, pois é responsável pela sua casa, ainda que sem o mesmo peso que esta possui para uma “ama de casa”. Elas fazem os dois trabalhos simultaneamente, mas há uma valoração diferenciada em relação a eles, levando-as a priorizar um ou outro, dependendo de seu lugar.

Realizo uma reflexão crítica a partir da literatura sobre gênero e trabalho, o que me levou a não adotar a categoria chefia feminina, tendo em vista que grande parte dessa discussão é uma forma de negar o padrão dominante masculino, ou seja, a chefia é considerada feminina em situações onde famílias são administradas por mulheres que são sozinhas ou onde o cônjuge não se encontra na residência ou, ainda, quando é separada, como observa Carvalho (1998). Entretanto, as mulheres podem muito bem ser responsáveis pela casa com a presença ou não de um homem. Após as leituras em relação à chefia feminina, decidi chamá-las de mulheres “mantenedoras” (Carvalho, 1998), tendo em vista que uma delas é casada e as mantenedoras podem ter ou não um homem presente.

Nesse sentido, tentei mapear as famílias das interlocutoras a partir dos laços de consanguinidade e de aliança, por meio da árvore genealógica de cada uma delas, bem como pela descrição das relações entre os familiares, como filhos, pais, irmãos, cônjuges e ex-cônjuges. Busco fazer uma reflexão sobre como as famílias são formadas naquele lugar, tendo em vista a perspectiva relacional descrita acima. Um dos aspectos observados é se a construção das famílias inclui os casamentos entre as diferentes nacionalidades na fronteira, uma vez que cada pessoa é avaliada a partir de sua origem e no contexto das relações transfronteiriças. Notei, por exemplo, a existência de famílias formadas entre brasileiros e peruanos, nas quais a dupla nacionalidade pode ser acionada para a busca de melhores condições de vida.

A “venta” será abordada no sentido mais amplo, pois diz respeito não somente ao ato de vender em si, mas a todo o processo que o envolve, como preparação dos alimentos, negociação, administração, organização e limpeza do local onde são vendidos os produtos. Por último e não menos importante, a “venta” constitui-se como uma forma de afirmação enquanto atividade de trabalho, pois elas estão administrando seu próprio comércio que, embora seja pequeno, ga-

rante-lhes a renda necessária para sua subsistência e as identifica como “mujeres en la venta”⁶”.

Para dar conta do que é a “venta” descrevi os fluxos percorridos pelas mulheres para a aquisição e venda dos produtos. Igualmente, tentei dar conta da organização local para a realização desse trabalho, seja pensando nos espaços femininos e masculinos no trabalho na região de fronteira, bem como descrevendo onde ficam suas vendas, o que e como são vendidos os produtos, a interação das vendedoras com os clientes e com as/os demais vendedoras/res.

Trabalho de campo na fronteira

Pensar família e relações de gênero em território de fronteira e transfronteiriço dentro do contexto antropológico levaram-me a buscar quais são as experiências e vivências das pessoas a partir de seu pertencimento, considerando os distintos cenários nos quais circulam. É penetrar em aspectos históricos, sociais, políticos, de poder e nas mais diversas formas de relações culturais. Desta forma, ao iniciar a escrita antropológica, um dos aspectos que considerei mais difícil nesta caminhada foi me situar em uma linha de pensamento, porém acredito que a partir da leitura e escrita, pude me alinhar a uma perspectiva que considera os significados que as pessoas manejam e conferem ao universo em que vivem.

Discorrer sobre o fazer antropológico na fronteira em questão torna-se um tanto complexo, pois é uma região onde o tráfico de drogas é intenso, devido a isso, ao tentar me aproximar das possíveis interlocutoras, fui vista como integrante da lei. Isso aconteceu porque no início da pesquisa realizada no ano de dois mil e quinze⁷, alguns moradores imaginavam que eu fosse agente da Polícia Federal, pois gostava de usar roupas na cor preta, como uma blusa, um short ou uma calça jeans, o que associavam ao fardamento dos agentes. Outro motivo que levou a isso se deu porque as pessoas não me conheciam e passaram a me ver diariamente fazendo perguntas

6 Esclareço que o termo “venta” nesta dissertação se refere a ação, ou seja, o processo do vender, que envolve toda mobilidade para adquirir, fazer e comercializar os produtos; bem como categoria de autoafirmação, pois as mulheres ocupam um trabalho remunerado fora de suas casas

7 Esclareço que a pesquisa realizada ainda no ano de dois mil e quinze não era para este trabalho.

sobre a vida na cidade, sobre suas famílias, indo na delegacia, etc. e hesitavam em falar comigo por medo, ou até mesmo por vergonha. Fiquei sabendo disso somente mais tarde, no decorrer da pesquisa, pois um morador chegou a dizer que inicialmente não queria falar comigo por temer que eu fosse agente da Polícia Federal.

Esses fatos inicialmente foram um obstáculo, porém, após me conhecerem melhor e notarem que eu era uma estudante, passaram a conversar comigo e, aos poucos, no decorrer da pesquisa, as conversas foram fluindo. Entretanto, para conseguir adentrar nos espaços domésticos das interlocutoras e fazer uma descrição densa da vida delas junto à família foi necessário fazer uma observação participante, ou seja, participar do cotidiano delas.

Entendo a observação participante a partir de Clifford (1998) que, em seu trabalho “Sobre a autoridade etnográfica”, argumenta que “entendida de modo literal, a observação- participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação” (Clifford, 1998, p. 33 a 34). Sintetizando esta colocação, entendo que o ponto principal é analisar cada fato ou fenômeno levando em conta toda a gama possível das suas manifestações reais, observando-os por meio de uma pesquisa exaustiva, alinhando sempre a experiência de campo com a interpretação.

Clifford, quando discursa sobre a experiência etnográfica, afirma que a “autoridade experiencial está baseada numa “sensibilidade” para o contexto estrangeiro, uma espécie de conhecimento tácito acumulado e um sentido agudo em relação ao estilo de um povo ou de um lugar” (Clifford, 1998, p. 34 a 35), ou seja, tudo que vivemos em campo com nossos interlocutores são experiências e estas experiências de vivermos na cultura do outro e vivenciarmos o seu cotidiano nos dá autoridade etnográfica.

Durante o trabalho de campo, realizei a observação direta de determinadas práticas sociais das mulheres (mobilidades, fluxos, circulações, cotidiano), assim como conversas e entrevistas preestabelecidas. Além de seguir com a observação participante, acompanhando o fluxo feito por elas para a comercialização dos produtos nos países da fronteira, visei também a realizar entrevistas objetivando obter narrativas, enfatizando aspectos a respeito da renda

familiar das interlocutoras no que diz respeito à sua economia como trabalhadoras na fronteira. Por meio da pesquisa etnográfica, analisei as narrativas das mulheres sobre suas vivências e busquei compreender como e se essas vivências influenciaram na profissão que desenvolvem atualmente. O uso das entrevistas preestabelecidas permitiu que a entrevistada disponibilizasse informações além dos questionamentos feitos pela pesquisadora e, com isso, a probabilidade de exploração do tema se tornou maior em alguns casos, bem como foi possível penetrar nas respostas de teor afetivo vindo das entrevistadas.

Nesse sentido, sigo o que apresenta Oliveira (2000), em sua discussão sobre o trabalho do antropólogo, quando argumenta que o olhar e o ouvir são atos cognitivos de modo que, quando olhamos e ouvimos há uma primeira interpretação. Assim, na relação entre pesquisador e interlocutor há um empobrecimento deste ato, à medida que ao perguntarmos ao interlocutor pode haver ou não certa autoridade e isto pode criar uma ilusão nas respostas, ou seja, ela/ele pode nos dar a resposta que queremos ouvir e não a realidade. Esta pode ser diferente da primeira interpretação, podendo prejudicar a pesquisa de algum modo, por isso é necessário ter o lugar do interlocutor e do pesquisador demarcados, para não romantizar ou essencializar o campo.

Este autor argumenta que o olhar e o ouvir, *a priori* são entendidos como atos cognitivos na pesquisa de campo, já o escrever é o produto final desse trabalho e fica um pouco mais complexo, pois há dois momentos diferentes, “o estar lá” e o “estar aqui”, a prática e a teoria, isto é, o escrever seria a interpretação do olhar e do ouvir.

Esta afirmação deixa claro que o olhar e o ouvir são aquilo que podemos ver na prática, é a nossa percepção em relação ao campo que pode não ser a realidade, porém, o nosso olhar e o ouvir possuem uma interpretação que será questionada somente ao escrevermos.

Além da dimensão cognitiva, Oliveira (2016) destaca outra característica da pesquisa: “Apesar de seguir princípios de método e apoiar-se em teorias de interpretação do social, ela estará sempre permeada por interesses e projetos divergentes, a sua função política não podendo jamais ser extirpada de sua dimensão cognitiva” (p, 11).

Enquanto moradora de fronteira, houve o desafio de olhar para o que é familiar. Tentei pensar a partir do argumento de Velho (1999), segundo o qual o que vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismo como fontes de conhecimento, ou desconhecimento (Velho, 1999). O fazer antropológico nesta pesquisa rendeu vários desafios, como a língua, pois apesar de falar e entender minimamente a língua espanhola, considerando meu lugar na fronteira, não faço parte da cultura e do cotidiano dos peruanos em Islândia.

Em relação ao distanciamento, Velho (1999) ainda destaca que devemos nos distanciar fisicamente, socialmente e psicologicamente para garantirmos que nossa subjetividade não domine o resultado do trabalho. Em vista disso, geralmente vamos a campo carregados de teoria (que nos ajuda bastante) para a interpretação das sociedades que vamos pesquisar, tentamos seguir um roteiro, entretanto, na prática é diferente, os processos de negociações com os interlocutores dependem de como somos vistos por eles. Para realização desta pesquisa houve contratempos, contudo, com o passar do tempo ganhei um pouco da confiança deles e, com isso, a possibilidade de “observá-los” mais de perto.

Nesta pesquisa tive como interlocutoras quatro mulheres⁸ que foram as que aceitaram participar da pesquisa. Elas não foram as únicas contatadas, pois inicialmente haviam mais duas mulheres, uma peruana que residia e vendia no município de Benjamin Constant, mas viajou a Iquitos e não soube mais dela, e uma brasileira residente no município de Islândia que vendia no município de Benjamin Constant. Porém, dada a delimitação desta dissertação decidi trabalhar somente com as peruanas residentes no município de Islândia. Como já salientado, três delas consideram-se “amas de casa” enquanto uma autodenomina-se como “comerciante”. Optei por mantê-la entre minhas interlocutoras no sentido de pensar sua experiência em contraponto às experiências das demais.

8 Os nomes verdadeiros das interlocutoras foram substituídos por um nome fictício, a fim de resguardar a identidade destas mulheres

As “inconveniências” no campo

Durante a realização do campo, houve alguns aspectos que me deixaram um tanto desanimada, sobretudo por ser mulher. Sofri assédios por parte de homens parentes de duas das interlocutoras e também por outros homens com os quais conversei no ano de 2015. Um dos fatos mais recentes que aconteceu foi no ano de 2018, quando não encontrava a mulher com a qual dialogava, seus parentes que estavam na venda falavam e faziam insinuações, chamando-me para sair com eles, perguntando se não tinha marido, pois sempre andava sozinha, perguntando se meu interesse era mesmo na pesquisa ou em outras coisas¹⁰. E esse fato aconteceu várias vezes.

Em uma de minhas idas a Islândia no ano 2015, fui à casa de um senhor parente de minha interlocutora, todavia, não foi agradável pois ele ficava falando coisas aborrecíveis. Como havia dito que era casada, ele disse “trae su marido el no precisa saber, usted es linda”. Mordendo os lábios e falando dessa forma, quis pegar nos meus cabelos e eu rapidamente impedi. Fiquei assustada, pois estávamos somente ele e eu na sala da casa e seu comportamento manteve-se assim durante a conversa, que tentei abreviar e responder as suas insinuações de modo que não prejudicasse a pesquisa.

Sabia que seria necessário retornar novamente a casa dele, então chamei minha irmã para ir comigo e, ao invés de somente eu sofrer assédio, minha irmã também foi assediada, claro que não tive essa intenção ao convidá-la. A intenção era que ele se intimidasse e não repetisse sua atitude. Entretanto, ao chegarmos a casa nos recebeu, passamos a conversar e sugeriu que traísse meu marido, dizendo o seguinte “tu Hermana eres bem blanquita, ai que linda, ustedes són lindas”. Então, disse a ele para procurar mulheres solteiras, que minha irmã também tinha namorado. Diante disso, conversamos pouco e fomos embora.

Na catraia¹¹, de vez em quando isso acontecia, principalmente quando ia sozinha, como em um dia em que embarquei e estavam nela cinco homens peruanos e um homem que vendia picolé em

9 A palavra mais indicada seria assédios, mas optei por inconveniências.

10 Algumas mulheres brasileiras vão a Islândia para se prostituírem, por isso esta pergunta de um dos parentes da interlocutora

11 Transporte fluvial que leva passageiros de um município ao outro, Islândia, Benjamin Constant, Tabatinga e Santa Rosa.

Benjamim. Ao partirmos, este começou a falar oi “bebezinha, é linda”, enquanto os outros davam sorrisos e não falavam nada. Fiquei constrangida e chateada, olhei para ele com raiva e não falei nada, para piorar, ainda ofereceu um picolé e apenas agradei e disse que não queria. Minha sorte foi que eles saíram um pouco antes de chegar ao porto de Islândia.

Os assobios e palavras como “morenita linda”, entre outros, eram frequentes, assim como ser questionada se realmente estava interessada na pesquisa ou em outras coisas. O fato de perguntar a uma pessoa se ela poderia me ensinar a falar espanhol, já deu o direito dele questionar se eu tinha namorado, se realmente queria aprender a falar espanhol ou estava interessada nele. Também houve o fato de ser assediada por uma autoridade do município em seu próprio local de trabalho, o que ocorreu em uma de minhas visitas a uma instituição no município pesquisado. Certo momento da conversa, ficamos sozinhos na recepção, foi quando me perguntou se não gostaria de entrar em sua sala para conversar melhor, pois lá havia mais privacidade, indagou-me se eu era casada, ao mesmo tempo em que afirmou que já havia ficado com mulheres casadas, tentou pegar em minhas mãos e em meu queixo, mas desviei-me, foi quando disse a ele que precisava ir, porque havia outro lugar para visitar. Então, ele perguntou se poderíamos nos encontrar em minha cidade em outro dia, disse a ele que estava lá para fazer um trabalho acadêmico de pesquisa, pois além de ser casada gostaria que ele colaborasse com o meu trabalho.

Contudo, para além das relações tradicionais vividas em campo por qualquer pesquisador, como assédios, rejeição do interlocutor, dentre outras situações, há expectativas que vêm sendo construídas pelas mulheres, incluindo as interlocutoras da pesquisa. No caso delas, embora com dificuldades e discriminação, continuam realizando suas atividades e mantendo suas famílias. Não estou sugerindo que as interlocutoras sofreram algum tipo de assédio, até porque elas não mencionaram em nenhum momento sobre isso, mas pelo fato de serem mulheres passam também por dificuldades, discriminação e preconceito e não se deixam abater, seguem fazendo seu trabalho da melhor forma possível.

Dos capítulos

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo trago uma contextualização do lugar onde realizei a pesquisa, ou seja, descrevo o contexto transfronteiriço marcado pelos países Brasil, Peru e Colômbia, numa perspectiva antropológica, revelando como a interação de diferentes grupos que partilham o mesmo território ocasiona conflitos, pois há múltiplas fronteiras, além das geográficas, que são produzidas pelas interações entre as/os agentes que vivem na região. Vale ressaltar que a pesquisa centra-se especificamente nos municípios de Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru).

No segundo capítulo, fiz uma breve revisão sobre gênero e família. Apresento cada uma das interlocutoras, destacando como foram os encontros e entrevistas com elas. Busco entender como é a relação dessas mulheres com a família, seja pai, mãe, filhos e filhas, ex- companheiro; e para melhor compreensão da rede de parentesco, fiz a representação gráfica de seus familiares através da árvore genealógica. Apresento ainda os motivos pelos quais elas não desejam mais ter um cônjuge. Bem como descrevo também o que significa ser “ama de casa”, visto que três das quatro mulheres assim se identificam. Este capítulo abriu a possibilidade de discussão sobre gênero e família elaborada a partir do conhecimento das narrativas de vida das interlocutoras, o que levou a entender em que momento de suas vidas decidiram comercializar para levar o sustento para a casa.

O terceiro capítulo consiste em analisar as relações de gênero e trabalho, situando categorias como chefe de família a partir de literaturas, e mantenedoras do lar, categoria adotada neste trabalho. Apresento o processo de comercialização, descrevendo a dinâmica de compra e venda dos produtos, quer dizer, desde o momento de sua aquisição até sua oferta para venda, identificando onde são comprados, onde são vendidos, o que e como são vendidos por elas. Além do mais, discutirei a interação das vendedoras com seus clientes e o cotidiano das interlocutoras tendo em vista seu desdobramento até chegar ao ato da venda. Nos mapas apresento os locais, tanto no município brasileiro quanto no município peruano, onde elas compram e vendem os produtos. As mulheres adquirem as mercadorias

na área comercial de cada município e vendem também nas áreas comerciais, com exceção de dois locais nos quais a comercialização é feita na própria casa que fica mais distante da área central de Islândia.

CAPITULO 1

CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

1.1 Fronteiras, transnacionalidade e circulação

“Ao chegar em Benjamin Constant após mais um dia de pesquisa no município de Islândia, em uma tarde ensolarada, ao caminhar até o Mercado Municipal G. de Alencar do Município, um senhor se aproxima e pergunta qual o motivo de eu ir tantas vezes no município peruano, (este senhor já havia me visto outras vezes fazer o traslado entre Benjamin Constante e Islândia). Expliquei que estava fazendo uma pesquisa no município de Islândia e havia ido atrás de um antigo morador, pois queria saber um pouco mais da história daquele Distrito, foi quando o mesmo afirmou que o rio Javarizinho expandiu-se rapidamente porque, há muitos anos, peruanos cavaram- no com enxadas e pás para que houvesse essa separação espacial entre Brasil e Peru. Reitero que este senhor não foi o único a comentar sobre a rápida expansão do rio Javarizinho por meio de trabalho braçal dos peruanos, pois outro senhor de pouco mais de trinta anos também afirmou que chegou a ver alguns homens cavando naquele local, e fizeram isso por muitos dias” (Caderno de campo, 2017).

Início com esta nota de caderno de campo para falar sobre a fronteira entre Brasil e Peru, especificamente nos municípios de Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru) que estão situados na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia, região conhecida por intenso fluxo de pessoas oriundos dos três países. Nestes locais acompanhei a circulação de minhas interlocutoras, seus vínculos matrimoniais e afetivos, o fluxo de mercadorias, além dos serviços nas áreas de saúde e educação que buscam na fronteira.

Na tríplice fronteira é produzida uma conjuntura de transnacionalidade e transfronteira, na qual diversos grupos étnicos¹²

¹² Grupo étnico é entendido aqui a partir de Fredrik Barth onde “são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, tem a característica de organizar a interação entre as pessoas” (Barth, 1998, p, 189)

circulam, o que discutirei ao longo deste capítulo. Defino transnacionalidade a partir de Ribeiro (1997), que em seu texto “A condição da transnacionalidade”, argumenta que o transnacionalismo é estritamente ligado a transnacionalidade que, por sua vez, tem como ponto fundamental o laço entre territórios e as diversas formas de relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Nesse território são produzidos diferentes contextos, tanto de colaboração quanto de conflito. Nesse sentido, Ribeiro define que:

O transnacionalismo tem fronteiras e similaridades com temáticas como globalização, sistema mundial e divisão internacional do trabalho. Mas sua própria particularidade reside no fato da transnacionalidade apontar uma questão central: relação entre territórios e os diferentes arranjos sócio-culturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades sócio-culturais, política- econômicas. Isto é o que denomino modos de representar pertencimento a unidades sócio-culturais e político-econômicas. Estes são os modos centrais para a definição de alianças em múltiplos contextos de cooperação e conflito (Ribeiro, 1997, p, 2).

Transfronteiriço é definido a partir de Olivar (2017), como ligado às circulações sociais, econômicas e de parentesco, porém, de forma negativa, refere-se aos limites da atuação do Estado. Portanto, a ideia de estar numa condição transfronteiriça envolve todo um aparato social, político, econômico e de afinidades. Assim também como um olhar para um Estado/nação onde as dinâmicas sociais disseminam a territorialidade e o sentido de lugar:

A ideia da condição transfronteiriça faz referência a força que as dinâmicas sociais, libidinais, monetárias, e de parentesco têm na conformação desse espaço conjunto, triplo, como outra centralidade a partir da qual olhar as nações, a Amazônia, etc., também se refere, de forma negativa, aos limites da ação estatal de fronteira como eixo conceitual (Olivar, 2017, p, 10).

Numa perspectiva antropológica, olhar para a fronteira nos permite apreender como ocorrem as interações entre as/os agentes que vivem na região e partilham um mesmo território de intensas trocas. Nesse contexto, o conceito de fronteira proposto por Mene-

zes (2009) e Albuquerque (2010) ajudam a pensar sobre as relações interétnicas e os conflitos daí advindos. Em termos de definição de fronteira, Menezes (2009, p, 303) utiliza uma abordagem geográfica definindo-a como “o intervalo entre dois extremos ou limites dados [...], submetida a regime especial e legislação específica no interesse da gestão do território nacional no âmbito da defesa, da titulação de terras, do fomento às atividades econômicas, da administração urbana”. A definição de fronteira para Menezes (2009) trata-se, portanto, de um limite espacial ou geográfico, o que é um fator relevante para esta pesquisa, pois a fronteira em questão e aqui discutida também é delimitada e submetida a leis e regras pelos territórios nacionais.

Por outro lado, Albuquerque (2010, p, 579) afirma que seu significado mais comum pode ser “simbolizada por barreiras e por travessias nos distintos territórios de ocupação humana e de expressão de formas de conhecimento das experiências sociais”. O autor amplia a definição ao observar que essa fronteira “torna-se um conceito polissêmico, impreciso e usual, fronteira-território e fronteira metáfora, que traduzem os limites e as passagens entre os diversos grupos sociais”. Albuquerque (2010) ressalta que fronteira não diz respeito somente a limites espaciais, é algo para além desta delimitação de território, entendida também como fronteira metáfora, sendo um limite que abre espaço para a transição dos mais distintos grupos de indivíduos. Seria, portanto, mais adequado falar em múltiplas fronteiras, dada a intensidade e tudo que está em jogo para além do limite geográfico e administrativo dos três países.

A grande diversidade étnica e o fluxo de nacionais dos países que compõe essa tríplice fronteira nos revela uma intrincada rede de relações culturais, sociais e econômicas, marcada por diferenças de nacionalidade, classe social, gênero e raça/cor/etnia. Essas diferenças são nítidas ao se andar pela cidade de Benjamin Constant, pois há alguns espaços onde a maioria dos ocupantes são peruanas e peruanos, assim como existem bairros que possuem um número significativo deles. Esses bairros, contudo, não são habitados somente por peruanos, pois os não peruanos, sejam brasileiros ou colombianos indígenas e não indígenas, dividem esses espaços/bairros com os nacionais do Peru.

Nesta tríplice fronteira habitam inúmeros povos indígenas,

distribuídos nos vales do Rio Javari e do Rio Solimões. “A Terra Indígena (TI) Vale do Javari tem população de 3.759 indígenas das etnias Matis, Matsés, Marubo, Kanamari, Korubo e Tsohom-Dyapa¹³. As TI Évare I e II abrigam uma população de 15.223 indígenas das etnias Tikuna e Kocama¹⁴. Registra-se também a presença das etnias Kokama (Peru), Uitoto, Bora, Nonuya, Ocaina, Miraña, Andoke y Muinane (Colômbia). Considero importante citar os grupos indígenas pois sua população é significativa, quiçá a maioria da população que vive na região da fronteira amazônica Brasil, Peru e Colômbia, residentes tanto nas sedes dos municípios, como em comunidade ribeirinhas, com seus próprios grupos ainda sem muito ou nenhum contato com os demais grupos. Há sessenta e duas comunidades ribeirinhas pertencentes ao município, essas comunidades em sua maioria são indígenas das etnias Kocama e Tikuna. Mas também há comunidades não indígenas.

Vivem também nessa região colombianos, peruanos e brasileiros não indígenas, dentre eles estão presentes na região pessoas oriundas do nordeste brasileiro (dentre os nordestinos estão a maioria dos prestamistas¹⁵) militares do exército (cabo, capitão, general), a maioria deles advinda dos diversos estados brasileiros. Há também soldados do exército que, por sua vez, são da mesorregião que abrange o Alto Solimões, bem como soldados das polícias militar e civil que são tanto da mesorregião quanto de outras regiões brasileiras.

A tríplice fronteira é composta por três cidades: na margem direita do rio Solimões/Amazonas estão as chamadas cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Do outro lado do rio, encontra-se a ilha de Santa Rosa, povoado dependente do distrito de Yavari Islândia (Peru).

Descrevo a tríplice fronteira para contextualizar a área de pesquisa, porém, o trabalho de campo centrou-se somente no Brasil e Peru, pois são os dois países foco das observações. Não destaco a Colômbia porque as interlocutoras não fazem o percurso diariamente a esse país para comprar ou vender seus produtos, como ocorre em relação a Benjamin Constant, visto que Letícia está mais distante e, por conseguinte, a passagem é mais onerosa, logo não seria muito

13 CONDISI, 2009.

14 FUNAI, 1995

15 Os prestamistas são os vendedores que vão de porta em porta comercializar os produtos a prestação.

rentável para elas, entretanto, isso não quer dizer que essas mulheres não viajem a Letícia¹⁶. Elas vão uma vez ou outra para passear, comprar produtos já encomendados por seus conhecidos ou clientes, como perfumes, relógios, o que neste caso se torna viável, pois a venda e o lucro são garantidos.

Na figura abaixo podemos ver a localização das duas cidades:

Figura 1. Localização da tríplice fronteira.



Fonte: Google Earth, 2018.

A origem de Benjamin Constant/Brasil e Islândia/Peru, sendo as cidades que interessam neste estudo, transcorre pela história da formação das fronteiras do território brasileiro, portanto apresenta diversas narrativas, envolveu contestações entre impérios, inquietações em relação à segurança territorial, bem como sua extensão econômica. Ao tentar recuperar essa história, mesmo que de forma fragmentada, o intuito é pensar sobre a construção da fronteira.

16 Para ir a Letícia, as mulheres teriam que pagar quarenta reais pela ida e volta de baleeira, mais o transporte de Tabatinga a Letícia, então não compensaria para elas. Porém há casos excepcionais quando encomendam determinados produtos, se for um bom negócio e em quantidade que dê para lucrar, elas vão e aproveitam para comprar mercadorias para seus estabelecimentos.

1.2 Benjamin Constant/Brasil e Islândia/Peru

Benjamin Constant, município localizado à direita da microrregião do Alto Solimões, no interior do estado do Amazonas/Brasil, faz divisa com o Peru. Segundo o IBGE (2022), tem uma população estimada em 37,648 habitantes, possui 4,32 habitantes por km², sua unidade territorial é 8.705,441, km²¹⁷. Sua economia gira em torno da pesca, agricultura, dos pequenos comércios e do funcionalismo Público Municipal, Estadual e Federal.

O município fica distante da capital Manaus cerca de 1.118 (um mil cento e dezoito) quilômetros em linha reta. O acesso a Benjamin Constant pode ser feito por via fluvial ou aérea, sendo o primeiro o mais utilizado pela população por meio de barcos que saem de Manaus e levam em média sete dias para chegar em Benjamin Constant. Outra opção, por via fluvial, é a lancha¹⁸ numa viagem de cerca de 32 horas. Já por via aérea, o tempo de duração do voo é de uma hora e quarenta minutos, com trecho Manaus a Tabatinga¹⁹.

Segundo o IBGE (2010), o povoamento do município de Benjamin Constant iniciou-se nas primeiras décadas do século XVIII. Por volta de 1750 já existia, nas proximidades da foz do Javari, no Solimões, a aldeia dos Javari, fundada pelos jesuítas, onde viviam os índios Ticuna. Nessa aldeia, seria instalada a Sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de julho de 1755 do governo português, dirigida ao governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado. Este, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a capitania na Aldeia Mariuá, no rio Negro. Em São José do Javari eram sediados então um destacamento militar e um posto fiscal (registro). O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias ao fim que estava servindo. Tabatinga, lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões, numa pequena elevação

17 Fonte: IBGE, 2022. Acesso em 26 de novembro de 2024. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/VT>>.

18 É um transporte menor que os barcos, tem mais rapidez porque não realiza escalas de longa permanência nos municípios por onde passa. Já os barcos costumam demorar, pois desembarcam mercadorias e são menos velozes do que a lancha, podendo ficar até 24 horas em cada um dos municípios que formam a mesorregião do Alto Solimões.

19 As viagens aéreas não permitem acesso diretamente a Benjamin Constant, pois o município não possui aeroporto, o trecho é Manaus - Tabatinga, de Tabatinga pega-se uma Baleeira (uma pequena embarcação) e viaja-se por via fluvial cerca de 30 minutos para chegar em Benjamin Constant.

de terra, oferecia excelentes condições para os dois fins, isto é, posto militar e fiscal. O local foi então, em 1766, ocupado pelo Sargento-Mor Domingos (ou Francisco) Franco, que ali fundou no mesmo ano a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga (IBGE, 2010)²⁰

Em 1890, surgiu Remate de Males, a primeira sede do município. O nome foi-lhe dado pelo maranhense Alfredo Bastos, que havendo passado por várias vicissitudes em sua vida, um tanto aventureiro, ali se estabeleceu e vindo do Peru naquele ano encontrou alguns moradores. Deram-se bem no lugar, e então “resolveu nele fixar-se, como um remate aos seus males”. Colocou na fachada do seu barracão o letreiro “Remate de Males”, designação que se estendeu a todo lugar (IBGE, 2010)²¹.

Em 29 de janeiro de 1898, pela Lei Estadual nº 191, é criado o município de Benjamin Constant por desmembramento do território do município de São Paulo de Olivença. Em 1901, por efeito da Lei nº 328, de 4 de janeiro, foi suprimido o município de Benjamin Constant, cujo território foi anexado ao de São Paulo de Olivença. Em 1904, deu-se a restauração do município de Benjamin Constant pela lei nº 446 e, em 12 de outubro do mesmo ano, ocorreu sua re-instalação e a restauração do termo judiciário, pois Remate de Males não oferecia as condições necessárias e desejadas para continuar como sede do município. Situada em local baixo, na foz do Itacoai, inundava-se todos os anos por ocasião das enchentes. Em 1938, pelo decreto Estadual nº 68 Benjamin Constant é elevado à categoria de cidade (IBGE, 2010)²². Segundo Carlos Zárata Botía (2008):

O fenômeno de criação e transformação urbana nas proximidades ao qual 1851 era considerada como a fronteira do Brasil e Peru sobre o Amazonas se evidenciou com a fundação do município de Benjamin Constant, criado em 1898 por um decreto do governo do Brasil,(...) Benjamin Constant inicialmente estava situada no afluente com o rio Itacoai com o Javari, antes de ser mudado em 1928 a desembocadura deste último e era mais conhecido como pitoresco nome de “Remate de Males”. Na primeira década do século XX, Remate de Males foi o sítio que serviu de sede ao município, era o término judicial,

20 Fonte: IBGE, 2010, acessado em março de 2019. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>

21 Fonte: IBGE, 2010, acessado em março de 2019. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>

22 Fonte: IBGE, 2010, acessado em março de 2019. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>

lugar onde funcionava a superintendência municipal, a oficina estadual de rendas e a agência postal. O funcionamento destas instituições mostrava a importância que este sítio teve como um dos centros do comércio transfronteiriço e do qual chegaram a viver em 1903 quase a totalidade de seus 20.000 habitantes, que retiravam seu sustento direta ou indiretamente do comércio e exploração da Hévea e caucho, entre outros produtos, assim como a importação de mercadorias (Botía, 2008, p. 147 a 148). (Tradução livre da autora)

A história da criação dos municípios da fronteira perpassa por diversas questões, como as disputas por território e expansão econômica. Dessa forma, a origem da cidade de Benjamin Constant também está relacionada à extensão da prática comercial, no entanto, não se pode esquecer da influência católica e militar. Nesse sentido, Souza (2014, p. 59) assegura que “a origem da cidade de Benjamin Constant tem relações estreitas com as práticas comerciais, principalmente no que tange ao período gomífero. Porém, não apenas o comércio esteve na origem da cidade, há que se destacar a influência da Igreja Católica, dos militares no contexto da expansão urbana”. Deste modo, a densidade populacional do Município também se deve ao número de migrantes peruanos, pois eles fizeram parte do processo de crescimento demográfico do município. Como afirma Botía, “mesmo no fim da terceira década do século XX, esta população brasileira ainda contava, de acordo com registro de Anísio Jobim, com uma apreciável população estrangeira composta por 68 peruanos, 18 colombianos, três portugueses, três italianos, três sírios, um espanhol e um alemão” (Botía, 2008, p.182) (tradução livre da autora).

Deste modo, é nítida a presença de peruanos e peruanas na cidade de Benjamin Constant, bem como também na trajetória do município, pois eles/as podem não fazer parte da origem, mas o fazem da construção da história e do crescimento desta cidade de fronteira. Souza (2014, p. 57) expõe que, “apesar da maioria dos censos não identificarem, existe uma população expressiva de peruanos que reside na referida cidade”, porém, ressalta alguns dados do IBGE (2010) por meio do SUS e PNAD em relação ao número de imigrantes peruanos residentes no município brasileiro:

De modo mais específico, o último Censo da Saúde, realizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), no ano de 2009, identificou um total de 3.456 imigrantes peruanos, entre jovens, adultos e velhos vivendo na cidade de Benjamin Constant (PNAD, 2009). Portanto, seguindo dados oficiais, aproximadamente 17,1% da população da cidade de Benjamin Constant é formada por imigrantes peruanos, sem contar os seus descendentes das segunda e terceira gerações que são brasileiros (Souza, 2014, p. 62).

Inicialmente, de acordo com Souza (2014), a presença de peruanos no município brasileiro deu-se de acordo com algumas situações no andamento migratório, havendo alterações nas características do trabalho realizado. Para o autor, “identificou-se estes migrantes no período gomífero de seringalistas a seringueiros e comerciantes (regatão), no período das serrarias como trabalhadores braçais” e, atualmente, “como comerciantes em geral e como prestadores de serviços indo dos mais especializados médicos e enfermeiros aos menos especializados, como pedreiros, mecânicos e borracheiros” (Souza, 2014, p. 60). Souza evidencia que na origem do Município, além da influência da igreja católica e militares, houve também a questão educacional:

O aparato educacional com o Campus Avançado do Projeto Rondon de responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – PUC-RS e posteriormente a fixação da UFAM com o Instituto de Natureza e Cultura – INC, bem como o funcionamento das serrarias nos anos de 1970 a meados dos anos 1990. (Souza, 2014, p. 59).

Na figura a seguir, pode-se ver os dois municípios onde realizou a pesquisa. Eles são separados geograficamente pelo rio chamado Javarizinho. Na parte inferior da imagem, localiza-se Benjamin Constant e acima localiza-se a Capital do Distrito do Javari, Islândia.

Figura 2. Os Municípios Da Pesquisa: Benjamin Constant E Islândia.



Fonte: Google Earth 2018. Adaptada por PERES, Marilene.

A cidade de Benjamin Constant é o local onde as interlocutoras compram parte dos produtos para venderem na cidade onde residem que é o município de Islândia. Nesse sentido, afirmam que Brasil e Peru são países irmãos e veem a fronteira não somente como um limite geográfico, mas como um espaço de sociabilidade, afetividades e de trocas.

Além disso, é uma oportunidade para obtenção de renda ou para sua movimentação em termos de trabalho, o que se dá pelo fato de que a região se caracteriza pelo grande fluxo de mercadorias e comercialização entre os moradores dos três países, ou seja, peruanos compram produtos brasileiros e colombianos para vender no Peru, tanto em Islândia quanto nos outros municípios peruanos vizinhos de Islândia como, por exemplo, Iquitos²³. Brasileiros compram mercadorias tanto peruanas quanto colombianas para vender no Brasil, e colombianos²⁴ compram produtos peruanos e brasileiros para comercializar na Colômbia.

23 Dona Naisa, uma das interlocutoras, compra produtos que não são encontrados no Peru para vender em Iquitos como, por exemplo, linguiça calabresa, como veremos no capítulo 3.

24 Alguns colombianos compram principalmente a inca-cola, um refrigerante peruano.

Imagem 1. Porto do município de Benjamin Constant.



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Esta imagem, obtida no período de cheia do rio, é do porto do Município de Benjamin Constant. Nele as canoas dos ribeirinhos atracam para que possam cumprir seus compromissos na cidade, seja para comercializar seus produtos resultantes da agricultura familiar, seja para realizar seus afazeres em instituições como escolas, prefeitura, compras nos supermercados, dentre outros. Geralmente alguém da família fica cuidando a pequena embarcação ou pagam alguém para cuidar, pois há alguns homens residentes no município que prestam este serviço. À esquerda, parte superior azul, no círculo de cor preta, é a feira Municipal, onde são vendidas hortaliças, frutas, verduras, comidas feitas, farinhas, dentre outras.

Os espaços nesta feira são ocupados por pequenos agricultores advindos das comunidades ou da própria cidade, e também por “marreteiros²⁵” que, no geral, são os donos dos boxes na parte de dentro do prédio, já os pequenos agricultores ocupam o espaço de fora do estabelecimento, onde não há cobertura, pois o mesmo agricultor não costuma vender diariamente. Há, assim, um rodízio nas ocupações na parte descoberta da feira. É este um dos lugares em que as interlocutoras costumam comprar tanto para seu próprio con-

²⁵ São os indivíduos que compram dos donos dos produtos ao chegar no porto para revender por um preço mais alto.

sumo quanto para revender. À direita, no círculo vermelho, situa-se a rampa que dá acesso aos barcos que fazem a viagem até Manaus e aos portos dos municípios intermediários do Alto Solimões.

Imagem 2. Porto em frente ao Mercado Municipal de Benjamin Constant



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Esta outra imagem, também do porto no período de cheia do rio Solimões, nas mesmas proximidades da imagem anterior, mostra o mercado Municipal Getúlio de Alencar destacado no círculo azul. No mercado comercializam principalmente peixe, mas existe também a venda de carnes bovinas e suínas, lanches e almoço. Os espaços dentro do mercado são ocupados por pessoas residentes no próprio município. As que vendem o peixe não são, em sua maioria, pescadores, mas sim marreteiros que compram dos próprios pescadores ao chegar no porto. Assim, os produtos são adquiridos de segundos e terceiros, e isso faz com que o preço do pescado aumente. Todavia, nota-se uma presença tímida neste espaço de homens²⁶ que comercializam os peixes pescados por eles mesmos, ou seja, pescadores. E ao lado do Mercado localiza-se a fábrica de gelo da cidade, apresentada no círculo preto.

Como observa-se na figura acima, há também as canoas encostadas no porto. O círculo vermelho indica uma balsa onde ficam as

²⁶ No espaço onde comercializam peixe é tomado somente por homens, dificilmente se vê uma mulher, e quando se vê é vendendo hortaliças e lanches.

catraias que fazem o traslado entre Benjamin Constant e Islândia, as canoas que ali estão pertencem aos catraieiros. Estes são indivíduos que trabalham em embarcações fazendo o traslado de um município a outro, em um curto período de tempo e espaço.

O Município Distrital de Islândia/Peru é a cidade onde residem as mulheres participantes desta pesquisa, bem como também é o lugar onde vendem os produtos adquiridos nesses dois países. Islândia é vizinha dos municípios brasileiros de Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Criado em 2 de julho de 1943, é um município pertencente ao departamento de Loreto, sendo a capital do Distrito do Javari/Peru e possui uma população de 3000 (três mil) habitantes. Localiza-se no extremo sudeste do Peru, sendo uma ilha banhada pelos rios Solimões e Javari.

De acordo com narrativas de antigos moradores, colhidas no ano de dois mil e quinze quando atuei como assistente de pesquisa durante três meses no projeto FAPESP²⁷ “Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia brasileira”²⁸, Islândia cresceu grandemente no início da extração da madeira, em 1963, com a migração de peruanos vindos principalmente das cidades de Iquitos, Caballo Cocha e Pucallpa. Assim confirma Márcia de Oliveira (2006):

A corrente migratória de peruanos na tríplice fronteira é constituída majoritariamente por migrantes oriundos da selva peruana. Trata-se de um fluxo migratório que se deslocou, num primeiro ciclo, dentro dos próprios limites regionais. Considerando que a distância para a capital limenha era absurda para as possibilidades de traslado das populações, a migração se deu, primeiramente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as maiores cidades da região, tais como Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. Somente num segundo processo migratório é que houve um novo direcionamento desse fluxo, em larga escala para o Chile e, posterior-

27 FAPESP (processo 2010/50077-1). vinculado ao Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU-UNICAMP.

28 Coordenado pelo pesquisador José Miguel Nieto Olivar tendo como instituição sede o PAGU- UNICAMP. O projeto visou compreender como gênero marca as maneiras através das quais as pessoas se relacionam com o Estado, enquanto atentamos às maneiras como o Estado, na sua própria gestão e na administração da fronteira, produz e articula o gênero em ditos territórios (FAPESP, processo 2010/50077-1).

mente, para a Amazônia brasileira. A entrada com maior relevância de peruanos em território amazonense se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990 (Oliveira, 2006, p.188).

Desta forma, criou-se a população Isleña, no distrito de Yavari/Javari, com peruanos advindos principalmente destes municípios e também alguns deles casaram-se e tiveram filhos com brasileiros.

Pode-se acessar o município por via fluvial, sendo que o trajeto de um quilômetro de Benjamin Constant ao centro de Islândia é realizado através de pequenas embarcações chamadas “catraias”, uma canoa com motor rabeta, num percurso que dura cerca de 15 a 20 minutos. Porém, quando está na estiagem²⁹ é possível chegar a esse município por via terrestre, percurso que dura por volta de 30 a 40 minutos³⁰ para chegar à área central do Município.

Imagem 3. Catraia ancorada no porto do município de Islândia.



Fonte: acervo pessoal. 2018.

As catraias que fazem o percurso Benjamin Constant e Islândia e vice-versa, como observa-se na fotografia acima, são construídas de madeira, bem como os assentos para os passageiros. A

²⁹ Entende-se por estiagem o período em que não há ocorrência de chuvas, ou seja, a seca.

³⁰ Há quem se aventure a caminhar para chegar na área central de Islândia, mas não é comum as pessoas fazerem isso, pois costumam ir de catraia.

cobertura é feita de lona, possuem um motor geralmente rabeta, por meio do qual o dono da catraia conduz a pequena embarcação. As catraias pertencentes aos peruanos que levam passageiros de Islândia a Benjamin Constant são pintadas nas cores vermelha e branca, já as catraias pertencentes aos brasileiros que levam os passageiros a Islândia são pintadas nas cores verde e amarela, desta forma, as duas nacionalidades são representadas pelas cores da bandeira de seus países. Na cobertura da canoa, são postas as bandeiras do Brasil e do Peru, como percebe-se acima, de tal modo também se apresenta nas catraias brasileiras.

Os catraieiros que são homens³¹ que trabalham fazendo o traslado nas pequenas embarcações, organizam-se em associações das duas nacionalidades, de maneira que estabelecem regras para a condução dos passageiros. O catraieiro brasileiro que está em Benjamin Constant, por exemplo, leva o passageiro a Islândia e não pode trazê-lo novamente, assim, o catraieiro peruano que está em Islândia poderá retornar com o passageiro ao município de onde partiu. Deste modo, as duas associações conseguem trabalhar de maneira amigável. Porém, há momentos em que isso não acontece, acabam ferindo as regras, pois os mesmos catraieiros levam e trazem o passageiro de volta, isso geralmente acontece no período noturno quando já não há muitos catraieiros trabalhando. A taxa de serviço das associações de catraieiros cobra o valor de R\$10,00 por trecho de Benjamin Constant a Islândia e vice versa.

Aliás, vale lembrar que cada embarcação dessas transporta até dez pessoas, mas não necessariamente esperam a lotação total para partir de um município para outro. Ressalto, ainda, que esse transporte é usado por todos que desejam fazer o percurso.

31 Esclareço que não se vê e nem há registro de mulheres desenvolvendo esse tipo de trabalho, ou seja, não há mulheres catraieiras.

Imagem 4. Flutuantes no município de Islândia



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Os flutuantes ou balsas como são chamados pelos moradores da região, não são utilizados somente para fins de comércio, mas também são moradias de famílias, sendo que uma parte do flutuante é reservado para colocar as mercadorias comercializadas, a outra parte é reservada para a residência familiar. Todavia, existem casos em que os flutuantes são somente pontos comerciais ou moradias residenciais. Nas balsas encontram-se diversos tipos de produtos desde motos, motores rabeta, gasolina, cadeiras e mesas de plásticos e produtos alimentícios.

Imagem 5. Porto do município de Islândia



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Esta fotografia é da orla do porto de Islândia, no período de estiagem. É neste local que os barcos encostam quando chegam da cidade de Iquitos³², mas enquanto os barcos não chegam os espaços são ocupados pelas canoas. É nesta parte da Orla que ficam a delegacia de polícia, igreja católica, hotel, consultórios médicos e pontos comerciais.

Islândia é terra de várzea, uma cidade construída sobre pontes, pois há grande preocupação com o aumento do nível da água que ocorre anualmente. A maioria das construções são de madeira, tipo palafitas, cerca de três a quatro metros acima do solo. Atualmente, noventa por cento das pontes são de alvenaria, assim como as construções pertencentes a prefeitura distrital do Javari, como as escolas, delegacia, a própria sede da prefeitura, entre outros, como veremos a seguir.

Segundo uma funcionária da prefeitura entrevistada em 2015, esta instituição é composta por prefeito e vereadores e é o centro distrital do vale do Javari que atende cinquenta e oito comunidades que ficam às margens dos rios Javari e Solimões, pertencentes a este município. A agência bancária existente no município fica na própria sede da prefeitura.

Imagem 6. Prefeitura de Islândia



Fonte acervo pessoal, 2018.

32 Cidade do Peru, é a capital do departamento de Loreto.

Ainda de acordo com a funcionária, as comunidades são de ribeirinhos indígenas e não indígenas. Na época da entrevista, no ano de dois mil e quinze, ela trabalhava com doze comunidades indígenas que ficavam mais próximas da cidade, fazendo palestras de incentivo à agricultura, orientando a fazer documentos, como ofícios e memorandos, com o propósito de encaminhar as demandas das comunidades para a prefeitura. As instituições existentes na sede atendem todas essas comunidades à medida que podem e devem com educação, saúde, dentre outros.

O meio de transporte dos residentes nas comunidades é uma canoa e um motor, pois é o recurso que possuem para chegar à sede do município. Viver na própria sede de Islândia não significa que as pessoas tenham mais ou menos condições financeiras do que as que vivem nas comunidades, pois existem as duas situações. E isso não quer dizer que os residentes ribeirinhos também não tenham condições de residir em Islândia, mas há os que preferem continuar em suas comunidades, pois na cidade não teriam a tranquilidade que a comunidade oferece, não poderiam plantar e ter suas criações por não haver o espaço físico suficiente. Não estou afirmando que todos os residentes nas comunidades são agricultores, contudo, mostra-se um número considerável. Há quem planta somente para o consumo e há quem planta também para a comercialização.

Esta cidade possui instituições como igrejas católica, evangélica e israelita, um pequeno hospital, uma escola pública, uma quadra de esporte, um internato, prefeitura, um Centro Comercial Islândia (mini shopping), além dos pequenos comércios, uma delegacia de polícia, um posto de controle fronteiriço, onde é controlado o fluxo migratório de ingresso e saída do país. Essas instituições atendem a população da área urbana e das comunidades próximas, assim também como peruanos que residem em Benjamin Constant.

A igreja católica, o posto de controle, a delegacia de polícia, o centro comercial de Islândia e alguns comércios localizam-se na ponte no centro do município, é possível vê-las ao chegar na orla. Ao adentrar na cidade encontra-se a quadra de esporte, a escola, as igrejas evangélicas, a prefeitura, a agência bancária, o internato, bem como outros pequenos comércios. Nos estabelecimentos comerciais é possível encontrar produtos como brinquedos, roupas, calçados,

perfumes, especiarias, louças, vasilhas de plásticos, dentre outros artigos.

Imagem 7. Posto de Controle Fronteiriço



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Anteriormente, só havia posto de controle na Ilha de Santa Rosa que é um povoado pertencente ao distrito do Yavari Islândia, localizada no rio Solimões, que forma a tríplice fronteira com as cidades de Tabatinga/Brasil, Leticia/Colômbia e Santa Rosa/Peru. Sua população é em torno 2500 (dois mil e quinhentos habitantes) habitantes e distante cerca de trinta minutos de voadeira ou até duas horas de canoa com motor rabeta, o que logisticamente dificultava o acesso para quem necessitava dos serviços. Agora funciona também na própria sede do município, dessa forma, as pessoas que precisam ir a Iquitos ou a outro lugar do Peru não necessitam ir à Ilha para ter acesso aos serviços prestados no posto de controle fronteiriço, bem como se consegue tirar o visto provisório ou autorização para viajar pelo Peru no caso de estrangeiros. Portanto, ao fazer uma viagem a Iquitos, por exemplo, saindo de Islândia ou Santa Rosa, a pessoa, de nacionalidade não peruana, deve solicitar uma autorização para viagem, aquele que possui nacionalidade peruana, basta apresentar um documento comprovando a nacionalidade. Quando os barcos ou

lanchas partem em viagem são feitas revistas pelos policiais peruanos, com intuito de prevenir o contrabando, tráfico de drogas, dentre outros.

Esta tríplice fronteira também é marcada pelo intenso tráfico de drogas³³ oriundas principalmente do Peru e da Colômbia, que são distribuídas para várias regiões do Brasil e de outros países. A segurança dos três países ainda é precária em relação a isso, pois a mata facilita a entrada e retirada das drogas, já que o uso e a venda dessas substâncias não são lícitos em nenhum dos três países. Albuquerque e Paiva (2015) afirmam que as maneiras de fiscalização dos três países são distintas. Desta forma, “Peru é visto como o país que menos fiscaliza e por onde atualmente mais entra cocaína no Brasil”. Colômbia, no geral, é “apresentada como a nação que mais fiscaliza e mais cumpre as leis, embora parte dessa droga circule pelo território colombiano”. “Já o Brasil é apresentado como uma fiscalização intermitente”, ou seja, são fiscalizações que não são contínuas, resultando assim em operações que visam grandes apreensões de drogas.

Imagem 8. Delegacia de Policia



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Segundo o então delegado de polícia de Islândia, em uma entrevista realizada no ano de dois mil e quinze, a equipe da delegacia é composta por oito policiais mais o delegado (Comissário de Polícia), sendo que se dividem em dois grupos. Por dia são quatro

33 Para saber mais, ler o trabalho de Luiz Felipe de Vasconcelos D. Balieiro e Izaura Rodrigues Nascimento (2015), intitulado: “Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o narcotráfico”.

policiais que fazem a patrulha na cidade. A cada seis meses, o grupo que se encontra em Islândia vai a Iquitos para ficar com a família, descansar por alguns dias e depois são mandados a outro lugar de fronteira, mas dificilmente retornam a Islândia, por haver revezamento entre as equipes.

De acordo com o delegado, nesta fronteira existem quatro postos de polícia peruana próximos ao município de Atalaia do Norte (município brasileiro): Carolina, no Rio Javari e em Islândia, ambos do lado peruano. Os postos têm como objetivo vigiar e controlar a fronteira, especialmente o tráfico de drogas, assim como o tráfico de pessoas e exploração sexual infantil, mas somente a direção nacional de Iquitos é responsável para a punição de quem cultiva e comercializa a coca. Segundo o Comissário, esses crimes são frequentes e recebem denúncias quase que diariamente, sendo que quando os infratores são presos, no caso do tráfico de drogas, é feita a documentação e enviada para Iquitos onde vão cumprir a pena.

Saliento que Islândia não tem uma termelétrica com capacidade suficiente para atender toda a demanda do município, por esse motivo ocorre racionamento de energia. Deste modo, a população isleña dispõe dos serviços de energia elétrica em horários preestabelecidos pela prefeitura. Segundo uma das interlocutoras, há energia elétrica nos períodos das 6 horas às 11 horas e das 19 horas às 23 horas. Porém, alguns estabelecimentos comerciais possuem geradores para conservar os alimentos nesses períodos de racionamento.

Imagem 9. Termelétrica do município de Islândia



Fonte: acervo pessoal, 2018

Esta termelétrica, não atende 24horas a população Isleña, pois não tem potência suficiente para gerar energia para toda Islândia, mas estão desenvolvendo e instalando postes para assim poderem fazer a distribuição.

Islândia possui ainda um internato, que acolhe crianças e adolescentes (meninas e meninos) que não têm família em Islândia, oriundas de comunidades distantes do município e vão para estudar. Segundo narrativas de moradores, o internato é essencial para as crianças e adolescentes que querem estudar e não têm parentes no município, assim como para aqueles que são mandados embora pelos parentes, caracterizando-se como um refúgio para não ficarem desamparadas.

Imagem 10. Internato e casa de professores do município de Islândia



Fonte acervo pessoal, 2018.

A casa de professores abriga os docentes da escola pública do município, que são provenientes de outras cidades, principalmente de Iquitos. Isso não quer dizer que não há professores com residência fixa no município, mas esta é uma garantia para aqueles que são de outras cidades e vão a Islândia somente no período letivo.

Imagem 11. Quadras de esporte e salas de aulas do município de Islândia



Fonte: acervo pessoal, 2018.

A quadra é o espaço onde os estudantes praticam suas atividades físicas, disponível também para outros eventos como campanha para vacinação, solenidades da escola, entre outros. No prédio ao lado direito é onde estão algumas das salas de aulas, pois há outras salas da antiga escola que continuam em uso.

1.3 Peruanas e peruanos em Benjamin Constant

A cidade de Benjamin Constant, atualmente, é formada por onze bairros que são: Centro, Coimbra, Cohabam, Umarizal, Colônia I, Colônia II, Bom Jardim, Agropalm, Castanhal, Cidade Nova e o bairro mais recente, Eduardo Braga.

O bairro de Coimbra é tido no município como o bairro nobre para morar, pois nele localizam-se algumas importantes instituições, como a prefeitura, o hospital, o centro de convenções do município onde acontecem os eventos da cidade.

O Centro é um bairro onde a maioria das construções são pontos comerciais, havendo poucas construções residenciais. Cohabam e Umarizal localizam-se na zona oeste, são bairros vizinhos, sendo que a Cohabam é um dos bairros que sofre com o aumento do volume de água do rio que ocorre anualmente.

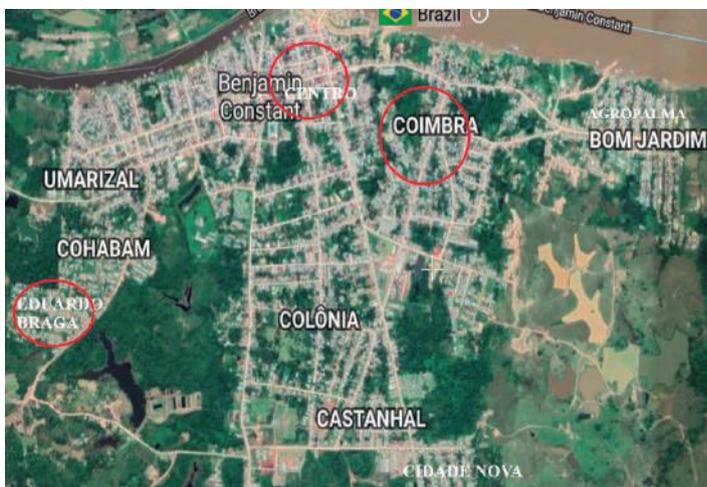
Os bairros Colônia I e II, Castanhal e Cidade Nova são bairros situados na zona norte, sendo que os dois últimos são mais recentes

do que as Colônias. Os bairros Bom Jardim e Agropalm, situados na região leste da cidade, são atualmente os bairros tidos como os mais perigosos, bem como parte da Cohabam. Vez ou outra acontecem casos de violências, como assaltos, roubos, tráfico de drogas, não que em outras partes da cidade isso não ocorram, porém, segundo moradores com os quais dialoguei no ano de 2018 para conseguir mais informações sobre o bairro, essas regiões se tornam mais perigosas no período noturno quando não há muita circulação de pessoas e pouca iluminação.

Dentre eles, os bairros que possuem maior presença e densidade de peruanos são os que estão marcados por círculos vermelhos, como mostra a imagem abaixo (Centro, Coimbra e Eduardo Braga). Ainda que sejam seus bairros preferenciais, isso não quer dizer que em outros bairros não se encontrem moradores de nacionalidade peruana. Embora haja imigrantes peruanos em todos os bairros da cidade, destaco esses três bairros e, apesar de suas características serem diferentes, abrigam grande número de imigrantes, pois o Centro é um lugar estratégico por ser uma área de pontos comerciais, já Coimbra é uma área residencial, porém há muitos pontos comerciais também, é um dos bairros mais antigos e mais populosos da cidade.

No bairro mais novo, Eduardo Braga, localizado na zona sudoeste, existe grande número de peruanos por terem recebido o terreno ou comprado mais barato se comparado a outras partes da cidade, pois muitas pessoas que receberam o terreno o venderam pelo fato de que ali não havia ainda infraestrutura como em outros bairros, porém atualmente o bairro já possui asfalto, água encanada e energia elétrica.

Figura 3. Bairros do município de Benjamin Constant com maior presença de peruanos



Fonte: Google Earth, adaptada por Peres, Marilene.

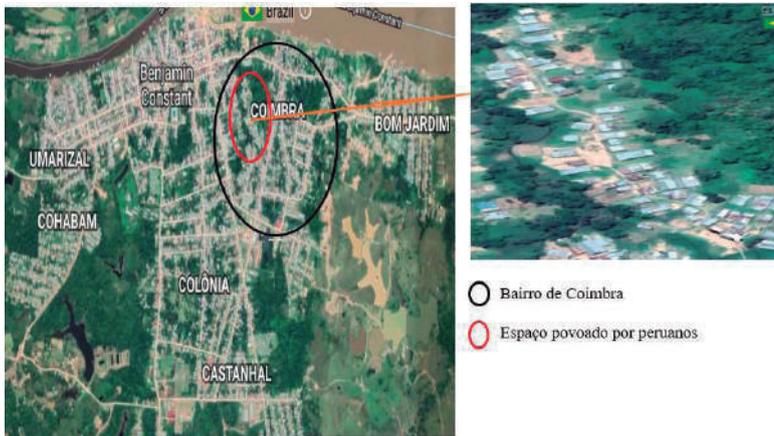
Souza (2014, p. 59), afirma que:

[...] pode-se identificar por meio de narrativas de moradores que a presença dos peruanos em Benjamin Constant se relaciona à formação da atual sede municipal, como na presença de indígenas denominados Bitotas, na formação do bairro do Umarizal (área oeste da cidade) e na presença de uma família peruana na formação do bairro de Bom Jardim (área leste da cidade), bem como na contribuição para a formação da atual área central da referida cidade, com famílias de peruanos que detém a maior parte dos pontos comerciais.

Sendo assim, percebe-se que os migrantes peruanos também são responsáveis pela criação de bairros na cidade, bem como são em maior número ocupando a área central e comercial do município. Como em outros bairros da cidade, a grande parte das pequenas tabernas é de migrantes peruanos. E isso é importante para a cidade, pois se não houvesse esses mercados peruanos, haveria um desabastecimento principalmente de alimentos no município, pois é do Peru que chega grande parte dos produtos vendidos na cidade, em sua maioria com preço menor e de boa qualidade.

Há uma comunidade pertencente ao município de Benjamin Constant chamada Nova Aliança, na qual, até o ano de 2015, os residentes em sua maioria eram peruanos. Na sede do município, no bairro de Coimbra, havia um pequeno espaço onde os habitantes a maior parte também eram peruanos/os, como apresentado na imagem abaixo:

Figura 4. Espaço povoado por peruanos no bairro de Coimbra



Fonte: Google Earth, adaptada por Peres, Marilene.

Este lugar no bairro de Coimbra que era uma área federal pertencente ao antigo Campus Avançado, posteriormente a Universidade Federal do Amazonas, e atualmente, pertencente ao município de Benjamin Constant. Este espaço é resultado de uma ocupação ocorrida no ano de dois mil e dez, realizada por brasileiros e alguns peruanos. Todavia, a área foi retomada e realizado um cadastro³⁴ das famílias para as transferirem para o bairro Eduardo Braga, recém-criado, no qual cada família recebeu um pequeno lote de terra. Com a retirada das casas, os peruanos viram a possibilidade de construir uma moradia fixa no município brasileiro e, a partir de então, recomeçou a ocupação daquele espaço. Presentemente o lugar é ocupado tanto por nacionais quanto por peruanos.

34 O cadastro foi realizado pela Prefeitura do Município de Benjamin Constant

No centro da cidade, parte dos comércios é pertencente a peruanos e a população residente também é composta por eles, pois geralmente suas residências são emendadas com o comércio, o que pode ser visualizado nos quadrados da foto à direita que se referem à área central do município.

No bairro Eduardo Braga havia uma grande população peruana, alguns que migraram juntamente com brasileiros na retirada das casas do bairro de Coimbra, outros que compraram terrenos de pessoas que não quiseram construir casas no bairro devido à então falta de infraestrutura. A grande maioria desses compradores são peruanos, isso explicava sua presença significativa no bairro, porém no ano de dois mil e vinte três ouvia-se que alguns deles também acabaram revendendo os lotes de terra pelo mesmo motivo dos outros.

Em relação às diferenças de classe social, gênero e raça/cor/etnia nos perguntamos onde e quando as diferentes populações se cruzam. Observei que essas relações ou essas populações estão disponíveis uns para os outros para relações de várias ordens, seja na hora da compra e venda, ou seja, na comercialização, na troca de mercadorias, na prestação de serviços ou para casamentos.

Como moradora da fronteira, percebo que os “paisanos³⁵” não são bem vistos pela maioria dos brasileiros e colombianos³⁶, ouvi muitos termos que desqualificam os peruanos como, por exemplo: “sujos”, “fedidos”, entre outros adjetivos, principalmente quando diz respeito a mulheres que produzem comidas em casa e as vendem em locais públicos, como uma das interlocutoras deste estudo que vende em Islândia e a maioria dos clientes dela são peruanos. Percebi que, para os peruanos, há uma reação diferenciada quando esses adjetivos são proferidos por pessoas que conhecem ou que têm afinidade, como parentes ou conhecidos (os afins podem ser ou não peruanos), não surtindo efeito de preconceito ou ódio, pois encaram como se fosse uma grande brincadeira entre afins. Quando não consideram como brincadeira, não respondem à altura com palavras, continuam seus afazeres ou fazem gestos corporais, principalmente expressões faciais, dando a entender que não estão gostando do que está sendo dito sobre eles.

35 Paisano” é o termo usado na fronteira em questão pelos não peruanos para se referir ao peruano, em sua maioria é usado como forma de menosprezo, preconceito e inferioridade.

36 De acordo com minhas observações, muitos colombianos tomam como xingamento quando se referem a eles como “paisano”, pois é comum nessa região chamarem de “paisano”, uma pessoa que fala espanhol.

Esses preconceitos são praticados, em sua maioria, por brasileiros não indígenas, geralmente pessoas que trabalham em órgãos públicos (escolas, hospital, etc) e privados (comércios) na cidade ou por outras pessoas que têm preconceitos em relação aos peruanos que normalmente são reproduzidos pelos filhos e parentes, pois veem com normalidade e habitual esse tipo de preconceito. Parte desses brasileiros não indígenas residentes em Benjamin Constant são oriundas do nordeste brasileiro ou seus descendentes, alguns militares e colombianos.

Cunha, Olivar e Rosa, (2015), em um artigo sobre Presença e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”, argumentam que essa discriminação se sustenta nas ideias de pertencimento, no qual recai nos mais pobres, com características indígenas e amazônicas:

Esse tem seu pivô em ideias de procedência/pertencimento nacional, regional e étnico, e que coloca *os peruanos*, principalmente amazônicos, também conhecidos como “loretanos”, na posição social mais baixa, ora como sujeitos de permanente suspeita e desprezo, ora como vítimas da pobreza e dos marcos regulatórios, e a partir do qual “o Brasil” e “os brasileiros” (bem como “os colombianos”) no exercício de localização e enunciação não apenas produzem a alteridade, mas se situam a si mesmos no local e se produzem enquanto hegemônicos. (Cunha, Olivar, Rosa, 2015, p. 5).

Sobre essa discriminação em relação aos peruanos praticada pelos brasileiros, trago aqui uma fala de um radialista brasileiro que foi preconceituosa e xenofóbica. No decorrer do seu programa de rádio no município de Benjamin Constant, ele reportou-se a situação dos peruanos no município, acusando alguns comerciantes de não pagarem impostos, mas o que mais chamou minha atenção foi esta fala:

Precisamos tomar alguma providência para que não entre tantos peruanos no Brasil, eles veem aqui fazem o que querem, fazem a maior baderna, vendem e não pagam impostos pro município, agora vai um brasileiro entrar assim no Peru e fazer o que eles fazem aqui, não entram o brasileiro não faz isso, agora eles veem trazem seus parentes, e com eles trazem ratos, baratas, doenças,

são fedidos, ignorantes, acendem muitos incenso, tem uma certa hora numa rua que não se pode trafegar pois o cheiro do incenso é muito forte, é impossível de respirar naquele local, é brincadeira o que eles fazem aqui. (Narração de um locutor brasileiro, 2018).

Na fala do locutor aparecem claramente os marcadores sociais de diferença como raça/cor, etnia, diferenças que vão para além do programa de rádio, percebidos diariamente nas falas dos moradores da cidade brasileira, nas conversas de família, entre amigos, nos supermercados, nas instituições onde procuram atendimento, ou seja, ser peruano naquela região, é automaticamente ser inferior às demais nacionalidades. A fronteira ultrapassa o limite geográfico, dando espaço para uma fronteira do preconceito e de desigualdades.

Olivar; Cunha e Rosa (2015) argumentam que quando se refere ao mercado sexual nesta tríplice fronteira os peruanos e as peruanas, principalmente os que ocupam posição social baixa, são sujeitos que recebem mais desprezo se comparado às nacionalidades brasileira e colombiana, como segue:

[...]as e os peruanos/as, principalmente aqueles/as de aspectos mais “amazônicos”, “indígenas” e “pobres” ocupem um lugar mais baixo nos mercados sexuais e afetivos transfronteiriços. Sobre os homens, retóricas sobre feiura e maus cheiros se misturam com o baixo valor do Sol (moeda peruana), com as posições laborais inferiores que homens peruanos ocupam, com a sonoridade do seu sotaque e com acusações de performances comparativamente mais “machistas” deles. (Cunha, Olivar, Rosa, 2015, p. 9)

Olivar (2017), no trabalho “Género, dinero y fronteras amazónicas: la “prostitución” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Peru” reflete sobre gênero, fronteira, estado e economias. Considera que a fronteira torna-se possibilidade para várias práticas, pois o trânsito, tanto de pessoas como mercadorias, é visto diariamente sem muito policiamento e a probabilidade de “ganhar dinheiro” através da prostituição é maior. Ou seja, fronteira ali não é referida como territorial, pois pode ser imaginada como nações e sentido de lugar pelos agentes transfronteiriços. Olivar cita que:

A ideia de esta ser uma cidade transfronteiriça responde a observação das dinâmicas sociais que produzem o território e o sentido de lugar; se trata sem dúvida de um artifício visual meu para expressar a intensidade e importância das relações transfronteiriças uma redução conceitual/territorial da noção mais precisa- mas difusa de complexo urbano e fronteira pois dificilmente as pessoas ali pensariam Leticia/Tabatinga/Santa Rosa como uma só cidade e dificilmente pensariam como dois ou três. (Olivar, 2017, p, 10, 11). (tradução livre da autora)

Segundo este autor, as cidades transfronteiriças não são pensadas separadamente em termos de território, mas sim em termos de nações, pois Tabatinga/Brasil, Leticia/Colômbia e Santa Rosa/Peru possibilitam essas dinâmicas sociais, monetárias e afinidades e é difícil pensá-las como uma só cidade, mas também não podem ser imaginadas como duas ou três cidades.

Olivar (2015) no artigo intitulado “Performatividades governamentais de fronteira: a produção do estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira” afirma que “A Amazônia e as fronteiras são unidades imaginativas que na empiria demonstram ser extremamente diversas em todas as dimensões de análise social e política, inviabilizando assim seu uso como categorias explicativas automáticas” (Olivar, 2015, p, 29), ou seja, a fronteira vai além daquilo que podemos perceber, pois há diferentes leituras do que é e significa, desta forma torna-se inviável interpretá-la somente como o limite geográfico, pois não a torna autoexplicativa por esse motivo, sendo assim, é necessário interpretá-la a partir das relações que são estabelecidas tanto no campo social quanto político.

Portanto, a fronteira do Brasil e Peru, marcada pelos municípios de Benjamin Constant e Islândia, possibilita para as interlocutoras essas dinâmicas sociais vividas cotidianamente. Na sua expectativa, o slogan “Brasil e Peru são países irmãos”³⁷, indica a proximidade e as diversas trocas que existem entre os dois países, o que também inclui conflitos. É nessa fronteira que busquei as narrativas de diversas mulheres que encontram na “venta”³⁸ uma maneira para se manter, bem como manter a casa, principalmente quando se

37 Freses ditas pelas interlocutoras ao serem indagadas sobre o que é fronteira.

38 Termo nativo que se refere ao ponto onde vendem, seja na casa ou fora da casa.

veem sozinhas e com filhos pequenos.

1.4 Fronteira, mobilidades e trocas

As narrativas das interlocutoras deste trabalho, como também de tantas outras mulheres e homens me motivam a pensar sobre gênero, família e fronteira na Amazônia, o que será discutido nos demais capítulos. Refletir sobre como são formadas as famílias naquela região, tendo em vista que há preconceitos para com os peruanos advindos principalmente de brasileiros e colombianos, é pensar sobre as relações entre um “não conhecido”, “um estranho”. Como afirma, Oliveira (2006);

Como acontece em todas as demais regiões de fronteira do território brasileiro, a mobilidade humana na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia também revela a presença incômoda do “novo”, do “estranho”, do “diferente”, enfim, do migrante, que é sempre acompanhada de reações contrárias por parte daqueles que não admitem sua ação ou intervenção. Nesse sentido, não se pode falar de migração nessa fronteira sem também considerar todas as formas de rejeição por que passam as pessoas nessa situação, que envolvem dois problemas fundamentais: a xenofobia dissimulada e a ausência de políticas internacionais de migração (Oliveira, 2006, p. 185).

Partindo desse contexto, Oliveira (2006) argumenta que historicamente no Brasil pode-se dizer que a xenofobia vem sendo repetida com uma refinada astúcia e isso recai principalmente sobre os migrantes estrangeiros nas fronteiras. Como segue a citação:

No caso do Brasil, observa-se que, historicamente, vem se reproduzindo uma atitude xenófoba ou de intolerância caracterizada por certa sutileza, que encobre uma realidade social conflitiva e a institucionalização de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais. Aquele mesmo estigma do preconceito que fora colocado sobre os ombros das vítimas do fenômeno das migrações internas que se configurou no Brasil desde inícios do século XX vem sendo transferido para o migrante estrangeiro que vive no país, principalmente nas fronteiras (Oliveira, 2006, p. 185).

Diante desses pressupostos teóricos, trazendo para o contexto da pesquisa, penso no modo como as famílias são constituídas nessa fronteira, uma vez que há inúmeros casos de famílias formadas por brasileiros, peruanos e colombianos. Para isso trago um pequeno relato de um peruano, morador antigo do município de Islândia, o qual foi um dos interlocutores da pesquisa realizada em dois mil e quinze. O homem foi casado durante muito tempo com uma brasileira e atualmente é separado da esposa, porém moram em fluentes vizinhos e ambos frequentam a casa um do outro, tendo uma convivência amigável e tranquila. Os dois, hoje com idade entre 75 e 80 anos, conheceram-se ainda criança e casaram-se muito novos, ele com 17 e ela com 14 anos. [Os pais da então esposa já residiam no município de Benjamin Constant e era uma das famílias de nome mais importante do município, uma vez que trabalhavam na extração e venda de madeiras, o pai tinha uma das maiores madeireira do município. Este ex casal, por sua vez, são pais de Rosa, a interlocutora deste trabalho, logo, todos os irmãos de Rosa, no total de 10, têm dupla nacionalidade.

Ao conversar com esse senhor, ele contava como se deu o crescimento de Islândia, afirmou que “o distrito do Javari assim também chamado Islândia cresceu muito no início da extração da madeira, em 1963, com peruanos, a maioria vindo das cidades de Iquitos, Caballo Cocha e Pucallpa e aos poucos, foram construindo família tanto com peruanos, tanto com brasileiro”. Mas diante da afirmação deste morador, como fica a questão das diferenças? Nestes casos pode-se dizer que as diferenças e os preconceitos são amenizados, pois há um interesse em comum na relação, mas não são completamente deixados de lado, pois ouvi de algumas pessoas próximas a mim que na briga do casal o cônjuge brasileiro menospreza o outro chamando-o(a) de peruano como forma de xingamento. Ressalto que isso pode ou não acontecer com outros casais em que há um brasileiro e outro peruano. Trago esse exemplo, pois vivenciei de perto a situação que relato.

Histórias como a desse casal não são isoladas, durante a pesquisa ouvi vários relatos desse tipo. Outro que chamou minha atenção foi o relato de uma mulher que conheci no ano de dois mil e quinze, mas não é interlocutora deste estudo. Ela, brasileira, casou-se com o pai dos filhos que é peruano, assim como o casal an-

terior, casaram-se novos, ela com 15 e ele com 18 anos de idade. Na época da conversa tinha 36 anos. Após o casamento foram residir no município de Islândia e tiveram filhos, logo, os filhos têm também dupla nacionalidade. O casal se separou há cerca de dois anos e, segundo seus relatos, ele foi morar na cidade de Iquitos com outra mulher, ela continuou morando em Islândia. Com seus filhos já crescidos, ela decidiu trabalhar vendendo comidas no município brasileiro de Benjamin Constant para poder manter a casa. Nesses dois casos, a fronteira do preconceito foi amenizada com propósito de construir uma família.

Histórias e relatos como esses me faz pensar como gênero, família e fronteira nestes casos estão atrelados, no sentido de que essas fronteiras produzem a mobilidade e transações de pessoas e mercadorias, ou seja, é uma forma de construir afinidades e famílias. Neste caso, trata-se de refletir sobre como as fronteiras vão para além de limites geográficos e produzem pessoas. Cunha (2015) em seu trabalho “Presença e mobilidades transfronteiriça entre Brasil, Peru e Colômbia”, ressalta que: “Seguindo genealogias e redes de relações familiares e afetivas [...], intercâmbios econômicos e sexuais recorrentes, presenças e mobilidade, e usos táticos de marcadores de diferença, o território transfronteiriço se abre para além das linhas limítrofes e da cidade tríplice” (Cunha, 2015, p, 153).

Cunha (2015) sugere que a fronteira também é um espaço para relações familiares e afetivas, como nos casos relatados acima, onde as relações seguem a lógica da reciprocidade, seja em termos de aproximações ou de conflitos.

CAPITULO 2

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DE GÊNERO E FAMÍLIA

2.1 Considerações acerca de gênero e família

Neste capítulo discutirei acerca das relações de gênero e família, tomando como referência autores como Scott (2009), Durhan (1983), Grossi (1998), Fonseca (1997, 2000, 2007) e Haviland et al (2011), dentre outros autores que discorrem sobre o tema.

De acordo com Scott (2009), a categoria gênero surgiu nas teorias das Ciências Humanas para pensar a “diferença sexual” entre homens e mulheres. A autora historiciza o conceito de gênero, desde quando era pensado como sinônimo de estudos de mulheres, de suas lutas para o reconhecimento da igualdade entre os sexos. De acordo com a autora, gênero passou a ser pensado como relação social entre os sexos e, atualmente, gênero aparece nos estudos da heteronormatividade onde são discutidos os papéis sexuais que são diferentes de práticas sexuais, orientações sexuais e identidades de gênero.

Para a autora, gênero é uma categoria de análise, sendo uma ferramenta, uma categoria descritiva utilizada para pensar as relações sociais. Afirma que gênero não é um fator biológico, porém é construído a partir deste fato que é biológico. Assim como outras estudiosas sobre o tema, Scott (2009) argumenta que gênero é uma realidade construída pela sociedade e também pelo indivíduo, ou seja, é um constructo social atribuído sobre um corpo que possui sexo. Partindo desse contexto, o indivíduo pode não se identificar com o sexo que nasceu e encontra uma forma para expressar sua subjetividade e identidade diferente daquela que lhe foi designada.

Grossi (1998, p.5) afirma que “Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado”. Percebe-se que gênero não é somente uma construção individual. A partir disso, tenho elementos para pensar como as identida-

des de gênero são construídas, considerando que as mulheres com as quais dialogo em sua maioria são vistas como homens pelo fato de serem as principais mantedoras da casa e realizarem trabalho pesado, como se isso fosse atribuição somente dos homens. Nesse caso, é necessário desconstruir essa visão essencializada a respeito das atividades e responsabilidades dos homens e das mulheres.

Nesse sentido, Bonetti (2004) fala sobre a lógica relacional baseada na reciprocidade conjugal, no qual o homem está para as tarefas extra domésticas e a mulher para os afazeres domésticos. Segundo esta autora:

Esta lógica da reciprocidade permeia também as relações conjugais dentro do contexto dos grupos populares urbanos. As relações de gênero aqui se estruturam a partir da lógica de complementariedade de papéis entre o feminino e o masculino, os quais possuem diferentes atribuições e obrigações dentro da relação familiar. (Bonetti, 2004, p. 136).

Cabe aqui um pequeno relato que vivenciei com uma das interlocutoras ao acompanhá-la em um dia de sua rotina. Ao chegar ao município em que normalmente realiza as compras, vestida com uma *legging* justa ao corpo, uma blusa com mangas curtas, um casaco, tênis e um chapéu para proteger-se do sol, ela comprou um saco com aproximadamente vinte quilos de mangas e outro com vinte quilos de buritis, e carregou os dois sacos ao mesmo tempo, um em cada mão, em direção à catraia, num percurso não muito demorado, mas cansativo e necessário para levar ao município em que comercializa. Repetiu o mesmo esforço ao chegar na cidade onde residia, pois levou as frutas para sua casa a fim de preparar os sucos e vendê-los.

De acordo com minhas observações, quem classifica as mulheres que carregam peso como homens, são as mulheres que também trabalham por aquelas redondezas da área comercial, pois as veem fazendo isso sem a ajuda de homens. Mas essa estigmatização também é praticada por alguns homens, carregadores que trabalham na área portuária do município.

Nesta pesquisa uso as reflexões sobre gênero para pensar se e como as mulheres, mães, “amas de casa” e que fazem a “venda”

podem ter a possibilidade de subverter o histórico imaginário social onde estão enquadradas como frágeis, submissas, para mulheres mantenedoras, o que venho observando a partir de suas trajetórias de vida. Entretanto, o fato de serem mantenedoras não impede que continuem sendo vistas e consideradas dessa forma, porém acredito que a independência obtida por meio do trabalho pode levar a uma reflexão sobre os seus lugares na sociedade enquanto mulheres.

Para pensar sobre família, tomo como referência, Fonseca (2007) que reflete sobre o parentesco atualmente, considerando não somente a família dita tradicional que deve ser admirada como um valor de acuidade categórica. A autora afirma que utilizar essa “categoria nativa” como marco de análise oferece certo risco. Com as novas configurações de família, atrever-se a instituir família somente pela consanguinidade, filiação e/ou aliança seria um deslize e estaria excluindo automaticamente os novos feitiços de ascendência fortemente presentes hoje. Todavia, a autora argumenta:

“A família” não deixa de ser apreciada enquanto um valor de importância crucial para muitas pessoas. Porém, fica acordado que usar essa “categoria nativa” como termo analítico encerra certo perigo. Arrisca criar uma confusão que coloque a ciência a serviço das verdades conservadoras do senso comum. Assim, em vez de ser concebida como unidade natural, “célula básica” de qualquer sociedade, e instituição chave para a saúde mental de todo indivíduo, “a família” passa a ser analisada como uma noção política e científica historicamente situada (Fonseca, 2007, p. 16).

Sendo assim, é importante questionar o que é família nos dias de hoje. Aqui abordarei a família constituída por mães e filhos, e somente um caso da família constituída por mãe, pai e filhos. Haviland *et al* (2011) argumenta que o conceito de família é por necessidade ampla de dois ou mais indivíduos unidos pela consanguinidade, casamento ou por adoção. Este mesmo autor afirma que “a família pode ter muitas formas, que variam de um pai ou mãe que cria o(s) filho(s) sozinho(a), um casal ou cônjuges polígamos com ou sem filhos, ou várias gerações de pais e seus respectivos filhos” (Haviland *et al*, 2011, p. 311).

Em seu trabalho *Família e reprodução humana* Durham (1983), discute sobre as configurações familiares, no qual afirma que

“Famílias, enquanto grupos, são constituídas por pessoas que mantêm entre si relações de aliança, descendência e consanguinidade, mas não necessariamente unidades básicas do parentesco” (Durham, 1983, p 26,27). Ou seja, as novas formas de família são constituídas não apenas por aliança, descendência ou consanguinidade, mas sim por outras redes de parentesco, como parentes dos cônjuges que se tornam os agregados e não deixam de ser parentes também. Todavia, Durham (1983) define algumas configurações familiares:

Qualquer recenseamento de população em nossa sociedade revelará necessariamente que na composição das unidades domésticas, as exceções podem ser quase tão numerosas quanto os casos que obedecem ao modelo de família nuclear. Essas exceções podem ser de muitos tipos. Temos aquelas em que o grupo doméstico é maior que a família nuclear, incluindo quer outros parentes (na maioria das vezes, membros da família de origem de um dos cônjuges), quer agregados de diferentes tipos (afilhados, amigos, pensionistas ou mesmo serviçais). Temos também os casos em que o grupo é menor que a família nuclear: casais sem filhos, por exemplo, irmãos solteiros sem pais. Mas o caso mais comum de família assim incompleta é o das famílias matrifocais, isto é, formadas basicamente por mães e filhos e nas quais a presença de um cônjuge pai tende a ser temporária e instável. Sabemos que este tipo de família é muito comum nas camadas pobres da população (Durham, 1983, p, 30).

Portanto, atualmente há várias configurações familiares conhecidas e reconhecidas, a nuclear, pai, mãe e filhos, aquelas com pai e filhos, mãe e filhos, e nesse caso os filhos tanto podem ser adotivos quanto biológicos, tia e sobrinha e tantas outras possibilidades. Nesta pesquisa o que nos interessa é a família composta especialmente por mães e filhos, consideradas como matrifocais, sem um cônjuge pai, como são as famílias de minhas interlocutoras, com exceção de dona Laura, que é uma família dita nuclear onde há mãe, pai e filhos presentes e residentes em uma mesma casa.

Nas discussões em Antropologia podemos dizer que famílias são aquelas que consideramos como tais, podendo haver ou não consanguinidade, o que há muito tempo desafia a mente humana que pensa o grau do parentesco pela consanguinidade.

Nesse sentido, o trabalho realizado por Fonseca (2000) em Porto Alegre, num lugar chamado Vila do Cachorro Sentado, pare-

ce altamente relevante para pensar sobre as mulheres peruanas na fronteira amazônica entre Brasil e Peru, pois retrata como as mães faziam, em alguns casos, para sustentar os filhos quando seus esposos ganhavam pouco, não trabalhavam ou mesmo eram sozinhas. Principalmente quando diz respeito as mulheres pesquisadas por Fonseca (2000) que afirmavam viver melhor sozinhas.

Nesta pesquisa, com exceção de uma interlocutora, todas também afirmam que vivem melhor sozinhas ou como solteiras, sem a interferência de um homem na relação mães/filhos. Tal interferência não seria no sentido de julgamento moral ou pejorativo, mas sim no sentido de terem autonomia sem alguém dizendo o que devem ou não fazer, por terem flexibilidade nos afazeres domésticos e por se identificarem como tais, já que não tem um relacionamento afetivo:

Para denotar a unidade residencial composta por uma mulher sozinha e seus filhos, falamos da “unidade mãe-filhos”. Rejeitamos o termo, “mãe solteira”, pois carrega conotações de julgamento moral que são de pouca relevância no caso em foco. Tendo descartado suas conotações demográficas, [...]. Os homens são realmente ausentes das unidades classificadas como “mãe-filhos”? A mãe exerce realmente uma liderança em relação aos seus filhos adultos? Para aprofundar nossa reflexão sobre essas famílias de baixa renda, cabe consultar a literatura em que esses temas mais aparecem, na discussão sobre “matrifocalidade” (Fonseca, 2000, p, 34).

Seguindo os argumentos, Fonseca (2000) nos apresenta contextos ainda bastante vividos por mulheres atualmente, nos quais embora mulheres e homens trabalhem fora, são as mulheres que realizam os afazeres domésticos. Os homens, neste caso, consideram-se os “donos” das mulheres e, conseqüentemente, “donos” de tudo o que elas possuem, como o dinheiro que recebem pelo seu trabalho, das casas, dos objetos por elas adquiridos. Nesse sentido a autora argumenta que:

A mulher que sustenta marido e filhos com seu trabalho só tem a perder. Primeiro, continua responsável por todas as tarefas domésticas (na vila, havia só um marido, inválido, que ajudava a mulher regularmente). As mulheres dizem que os maridos se tornam até mais exigentes quando elas começam a trabalhar —

como se magoados por tal afronta à honra masculina. Segundo, as mulheres não dispõem livremente do dinheiro que ganham. A autoridade do homem se estende a tudo que pertence à sua mulher, quer esta queira ou não (Fonseca, 2000, p, 38).

Em seu trabalho “Ser mulher, mãe e pobre no Brasil, Fonseca (1997) analisa a história de dois personagens numa relação em que a mulher processou seu então esposo por alegar ser esmoleiro, sem condições para criar e educar os filhos. Em contrapartida, ele reage e a acusa de tê-lo trocado para viver com vagabundos, bêbados e viciados em jogos. Trata-se de uma moral que recai sobre as mulheres:

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”. Em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário (Fonseca, 1997, p. 516).

Percebe-se que a mulher trabalhadora não era bem vista fora da residência, era considerada uma mulher sem moral, pois o assédio sexual predominava. Era também vista como uma mulher pública por trabalhar em outro lugar que não em seu lar e, desta forma, ter menos tempo para cuidar da própria casa, sendo desqualificada por isso. Na época, uma “mulher boa” era a que cuidava bem da casa, de seus muitos filhos e principalmente cuidava do marido.

Contudo, Fonseca afirma que somente na década de 1970, para evitar as conotações pejorativas, é que apareceram os estudos voltados para as particularidades da população pobre, porém como método de sobrevivência, ou seja, para dar retorno de como era a adequação as “condições de extrema pobreza”. Fonseca (2000) cita Blumberg e Garcia (1977) sobre “economia política da família mãe-filhos” que descrevem quatro categorias que emergem da unidade “chefe de família”

1) “que a unidade de trabalho e a unidade de acumulação de bens sejam o indivíduo, seja qual for o seu sexo; 2) que as mulheres tenham acesso independente aos meios de subsistência (através do emprego feminino, do trabalho infantil, de herança, ou de subvenções do governo); 3) que os meios de subsistência sejam compatíveis com as responsabilidades maternas; 4) que as atividades de subsistência abertas às mulheres não sejam dramaticamente inferiores às abertas aos homens da mesma classe” (1977, p.109). (Blumberg e Garcia, 1977 apud Fonseca, 2000, p, 32).

Pensando nesses eixos e trazendo os argumentos para a localidade deste estudo, observei que no município de Islândia as mulheres não têm, em geral, ajuda especial do governo peruano, porém muitas delas recorrem para o município brasileiro de Benjamin Constant para ter acesso ao auxílio maternidade ou bolsa família oferecido pelo governo brasileiro. Seu acesso a esse benefício dá-se pelo fato de serem naturalizados, por um dos pais ser brasileiro ou por darem a luz no município brasileiro, logo toda a documentação da criança é brasileira, muitas vezes tendo a dupla nacionalidade. Mas algumas delas encontram formas de sustentar seus familiares sem a necessidade de recorrer aos benefícios do governo, no caso das interlocutoras aqui destacadas encontraram na “venda” a forma de conciliar a maternidade com o trabalho remunerado.

Ainda que este trabalho seja num cômodo da casa, ou seja, a ocupação espacial muda de acordo com as necessidades dos seus moradores, como observou Fonseca (2000, p. 14): “uma nova casa aqui, outra que sumiu lá, uma cozinha transforma-se em boteco, um quarto inteiro é desmanchado, os recém-chegados são introduzidos por um amigo ou parente morador da vila”. Situação semelhante acontece em Islândia onde um cômodo da casa se transforma em uma pequena área de comercialização e os novatos na cidade são trazidos por algum familiar, amigo ou conhecido e assim são introduzidos na população Isleña.

2.2 “No soy comerciante, Soy ama de casa”.

soy ama de casa “yo cocino, lavo, barro, e no ricibo nadie de dinero por eso, solamente el amor de my familia, después que hago eso que voy a la venta”. (Laura, caderno de campo, 2018)

Essa categoria surgiu quando indaguei nas entrevistas se as interlocutoras trabalhavam, pois quando fui a campo imaginava que elas se identificavam como comerciante já que estavam no ramo do comércio, porém elas se auto identificam como “amas de casa”, exceto dona Naisa³⁹ que se identifica como comerciante, mas que também realiza trabalhos domésticos.

Partindo desse contexto, ser “ama de casa” para elas é fazer os trabalhos domésticos em geral, como as refeições diárias, lavar e passar as roupas, cuidar da educação dos filhos, cuidar da limpeza da casa, dentre outros afazeres domésticos, porém essas atividades não são remuneradas.

Quando dona Laura diz receber somente o amor dos filhos e do marido pelo trabalho realizado na casa, é uma afirmação do seu jeito de ser mulher onde está enredada em inacabáveis lides domésticas. Sarti (2011) em seu trabalho sobre “A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres” ao analisar a realidade de mulheres donas de casa, mas que trabalham fora e têm uma remuneração, argumenta que as tarefas da casa não são vistas como “trabalho” e sim como parte do seu papel feminino:

[...]ele pode ser objetivamente facilitado, são bem vindos os aparelhos eletrodomésticos, mas não é substituível, por que é uma atividade que não é considerada “trabalho”, mas parte do ser mulher, da qual ela retira a satisfação de ver a tarefa que lhe cabe bem feita – a casa limpa e arrumada nos pequenos detalhes, os filhos bem vestidos, a família alimentada -, dando-lhe um sentido de dignidade. (Sarti, 2011, p. 99)

Todas as interlocutoras consideram-se “ama de casa”, mas há uma valoração diferenciada dessa atividade. Nos casos de dona Naisa e Laura que possuem lugar fora de casa para a comercialização, desenvolvem o trabalho de “ama de casa” quando estão em suas residências. Rosa, mesmo na época trabalhando como enfermeira, fazia as tarefas domésticas e vendia na própria casa. Mara também comercializa na própria residência e pode realizar as duas atividades ao mesmo tempo.

39 Nome fictício. Os nomes reais das interlocutoras foram resguardados para preservar suas identidades.

Dona Naisa, a única a se identificar como comerciante, afirma deixar as tarefas domésticas em segundo plano: “cuando no llego en casa muy cansada yo limpio, barro e lavo, mas se llego cansada no hago nadie”. Para ela, a prioridade é a comercialização, pois é daí que tira seu sustento e de sua mãe que mora em Iquitos. Ao lado disso, Dona Naisa conta com o serviço doméstico realizado por sua nora que reside na mesma casa.

Ao indagar a dona Laura qual é a sua profissão ou como se denomina, ela afirma “soy ama de casa” e ao perguntar o que seria ser ama de casa, ela respondeu que “yo cocino, lavo, barro, e no recibo nadie de dinero por eso, solo el amor de mi familia, después que hago eso que voy a la venta”. Laura possui sua loja no Centro Comercial Islândia e mora a cerca de quinze minutos de distância da mesma, casada e com filhos que residem com ela, dá prioridade em cuidar da família. Quando há necessidade de viajar para abastecer a venda é ela quem normalmente vai. Nessa situação, as tarefas da casa, como cuidar do pai e do irmão, são passadas para a sua filha de 20 anos. Há casos em que Laura e sua filha viajam, então quem toma conta de casa são os homens que compram comida no almoço e algumas vezes na janta. Quando não compram janta fazem algo rápido como, por exemplo, calabresa, ovos, atum em lata.

Rosa, que também se denomina “ama de casa”, afirma que não ficava muito em sua residência, pois estava trabalhando na Ilha de Santa Rosa, vila pertencente ao município de Islândia, como enfermeira. Deslocava-se para a ilha três vezes por semana e, nos outros dias, cuidava da casa e dos dois filhos, uma menina de oito anos e um menino de 15 anos. Sua rotina quando não vai para a Ilha de Santa Rosa é lavar, passar, cozinhar, cuidar dos dois filhos e visitar os pais que moram em um flutuante no próprio município. Ela assegura que sua labuta diária de “ama de casa” é muito cansativa, pois além de trabalhar fora, precisa cuidar dos afazeres domésticos.

Mara reside na casa de sua irmã com mais duas famílias, totalizando doze pessoas residentes. Ela tem três filhos de pais diferentes e recebe pensão somente do filho mais velho, sendo que não mantém contato com os pais dos outros dois filhos. Sua rotina de “ama de casa” baseia-se em cuidar dos filhos que ainda são pequenos, cozinhar para toda a família, lavar as roupas dela e dos filhos,

manter a casa limpa, e também cuidar dos filhos pequenos de sua irmã que trabalha fora.

Portanto, para essas mulheres, ser “ama de casa” é conseguir realizar os trabalhos domésticos de maneira que possa beneficiar todos os membros da família. Para elas, com exceção de Naisa, sua prioridade é ter uma casa e filhos bem cuidados, para após poder trabalhar em suas lojas. No caso de Naisa, não tem filhos pequenos e nem que dependam dela, por isso a comercialização é sua prioridade. Para aquelas que se auto identificam como “amas de casa”, essa identificação só reforça o papel tradicional das mulheres, que é a obrigação anterior ao trabalho fora.

2. 3. Narrativas e relações familiares

Descrevo neste item os encontros e desencontros para realização das entrevistas, bem como o momento das conversas, narrando situações em que, por exemplo, as mulheres pediram permissão, não explicitamente, do esposo ou de sua amiga para responder as questões, como veremos a seguir.

Realizei apenas uma entrevista com perguntas semiestruturadas, sendo que lhes procurei em dois momentos no final de dois mil e dezessete, porém não obtive êxito, pois neste período elas costumam viajar para visitar os familiares em outras cidades. Em outros casos, as que se encontravam na cidade não estavam na casa no momento em que fui procurá-las. O outro momento foi nos meses iniciais de dois mil e dezoito, período em que consegui realizar as entrevistas. Estas não foram gravadas porque as mulheres não aceitaram, afirmaram que tinham vergonha e senti que o papel e minhas anotações também lhes deixava com vergonha, inibindo sua participação. Quando parava de anotar elas ficavam mais à vontade e conversavam tranquilamente. No entanto, ficaram coisas não ditas com palavras, expressas com gestos e atos, como baixar a cabeça com o semblante tristonho ou mesmo com um sorriso forçado.

A fala das interlocutoras em relação as suas vidas antes de chegar em Islândia ou quando estavam casadas, fez-me pensar sobre como as narrativas não são construídas “num movimento linear e preciso”, ou seja, as narrativas são construções que vão aparecen-

do de acordo com as lembranças do indivíduo. Geertz (2005) em “Obras e Vidas” discute as obras de autores clássicos da teoria antropológica e analisa cada obra sem separá-la da vida dos autores, pois cada indivíduo tem sua história e uma trajetória explicitando como chegou a determinado lugar, a determinado contexto de vida, etc. Assim acontece com as mulheres interlocutoras, cada uma delas tem sua trajetória, mas com pontos em comum, elas são mães, filhas, peruanas e três delas vivem sozinhas.

E quando se trata de mulheres que, em sua maioria, sofreram violência por parte de seus ex-esposos, o silêncio, em muitos casos, toma conta de suas narrativas. Veena Das (1999), ao discutir sobre fronteiras, violência e o que denomina como trabalho do tempo, discorre sobre tabu e silêncio, de como o silêncio é necessário para determinados casos como, por exemplo, para quem sofreu ou sofre violência. Diante disto, surgem os questionamentos: Como ter acesso às coisas não ditas? Como fazer estas pessoas reviverem ou recordar esses movimentos? Ou seja, o silêncio é muito mais instigador do que as vozes, como pude observar durante o trabalho de campo. Quando perguntava às mulheres sobre sua vida antes de chegarem em Islândia, *a priori* não queriam contar e abaixavam a cabeça com um semblante triste e, minutos depois, quando decidiam falar, iniciavam um assunto diferente. Entretanto, alguns dias depois da primeira conversa, elas decidiam falar, pois já haviam tido um tempo e se prepararam ao máximo para relembra suas vidas “sofridas”, como elas argumentavam.

Por se tratar de mulheres que são as principais mantenedoras da casa, isso se torna um tabu e não são bem vistas pelas pessoas que não convivem com elas, pois geralmente o mantenedor e responsável é uma figura masculina. Além disso, por não ser muito comum na cidade em que elas vivem, acabam sofrendo algum tipo de violência, principalmente a psicológica, praticada por pessoas com as quais entram em contato.

Veena Das (1999, p. 2) afirma que a “violência não é apenas no registro familiar, mas política, revoltas populares, na crua brutalidade dos assassinatos e estupros”. Portanto, a violência não está presente apenas no âmbito familiar, pode acontecer em todos os espaços, assim também como todos os tipos de violência - física,

psicológica, simbólica, sexual, entre outras, isto pode causar ou não revoltas da sociedade.

Entre as quatro interlocutoras, Naisa foi com quem mais conversei, tanto por ter conhecido antes de todas, quanto porque na maioria das vezes a encontrava, sendo bastante acessível na “venda” e na sua casa. Nos encontros foi atenciosa, havia momentos em que ficava triste quando a indagava sobre o passado, era extrovertida quando falava sobre não querer mais ter marido. Tornei-me “su amiguinha” pela frequência com que a procurava.

Com Laura os encontros foram em menor número, pois muitas vezes estava viajando a trabalho. Mas quando a encontrava me recebia, oferecia merendas, chamava sua filha para conversarmos. Quando não estava atendendo era bastante atenciosa, respondia o que perguntava, contava-me sobre sua família, sua loja, suas viagens. Em algumas visitas apenas a observava na “venda” a atender seus clientes, a arrumar as mercadorias nas prateleiras, na ida a Benjamin Constant para fazer as compras para sua loja. Vez ou outra, eu perguntava algo, mas contei sobre minhas vivências na universidade e em Benjamin Constant, ou seja, foram experiências compartilhadas.

Com Rosa, foram pouco mais de seis encontros no total. Logo que a conheci foi bastante simpática e acessível, conversávamos sobre vários assuntos, sobre seus pais, porém após uma viagem a Iquitos em que foi levar sua filha para estudar, a encontrei em casa ou na casa de seus pais apenas duas vezes. Ela não conseguia conversar comigo devido ao trabalho na Ilha de Santa Rosa e me atendia com pressa porque precisava sair.

A casa da quarta e última interlocutora, a Mara, foi a que menos frequentei. Após Rosa nos apresentar, fui a sua procura várias vezes, mas não a encontrava, sua casa estava fechada ou ela não estava, segundo seus parentes que me atendiam. Porém, nas vezes em que a encontrei pude perceber sua movimentação para cuidar da casa, dos filhos e da “venda”. Sentamos para conversar em poucas ocasiões, nas demais vezes fiquei observando-a em seu trabalho na “venda” enquanto cuidava de seus filhos e dos sobrinhos, pois tinha que ficar atenta às crianças. Em alguns momentos pude ajudá-la com as crianças.

2.3.1 Naisa

Dona Naisa é peruana, tem 59 anos e não se identifica como indígena, se autodeclara morena. É natural da cidade de Iquitos/Peru. cursou até o 3º ano do ensino fundamental. Considera-se solteira, tem cinco filhos, destes apenas um mora com ela, é evangélica adventista, mora em Islândia há dezoito anos. Tem uma “venda” no centro de Islândia.

Conheci Naisa em setembro do ano de dois mil e quinze. Nosso primeiro contato aconteceu após alguns dias de andanças pelas pontes do município peruano Islândia, em um dia com sol forte. Ao chegar próximo ao porto para retornar a Benjamin Constant, avistei uma banquinha de venda com uma senhora bastante risonha, que havia visto anteriormente ao falar com um senhor que participou da pesquisa que deu origem a este trabalho. Naquele momento não falei com ela, pois havia muitos clientes ao seu redor e também por ter horário marcado para a entrevista citada. A venda de Naisa ficava em umas das pontes do município, nas proximidades do Centro Comercial Islândia e de um bar, sendo a única banquinha naquele entorno.

Para conversar com ela fui até sua banquinha tomar um suco, cheguei e perguntei quanto era o suco, ela me respondeu em espanhol, “eres un real”, então a partir daí passamos a conversar. Sem saber como iniciaria minha conversa com ela, comecei com perguntas pouco significativas como indagar qual era o nome de uma instituição que ficava próxima de sua loja. Mesmo com o nome da Instituição⁴⁰ escrito na frente perguntei, “aquilo ali é uma escola?” e ela respondeu, em espanhol, “non, eres un Internato que ayuda chicos que non tienes familia aca, e chicas que embarazan mucho temprano, ai quedan chicos e chicas”.

Em um certo momento vi as crianças carregando vários pedaços de madeira, perguntei se estavam reformando o local, respondeu que era para fazer fogo para cozinhar quando acabasse o gás e enfatizou “ahora ellos están haciendo trabajo de hormiguita es asi que las hormigas hacen, no es verdad?”

40 Tratava-se de um internato que abrigava crianças oriundas de comunidades pertencentes a Islândia, onde permaneciam para estudar, ou crianças do próprio município que não têm pais. Mais tarde foi transformado em um mini shopping que beneficiou os comerciantes que sofriam com o aumento do nível da água anualmente. Hoje, o internato funciona em outro lugar, pois construíram um prédio novo para abrigar as crianças.

Então me apresentei como de Benjamin Constant, informei o meu nome e perguntei o nome dela e se costumava ir ao município com frequência, ao que respondeu “sí claro, “voy hacer mis compras alla, tengo una hermana que vivi em Benjamin e sus hijas hacen facultad en la UFAM”. Falei que também estudava na UFAM, foi quando abriu um grande sorriso, virou a cadeira em que estava sentada e disse “la senhorita tambien estudió alla”, respondi que sim. Enquanto conversávamos chegaram ao bar três homens que ficaram em frente a banquinha de dona Naisa olhando muito para mim e minha irmã, cochicharam algo e então sorriram. De acordo com Naisa, aqueles homens eram policias peruanos e estavam no seu dia de descanso. No momento não havia mais pessoas no bar, por ser uma quinta feira e a frequência maior é nos finais de semana, sábado e domingo e os principais frequentadores são peruanos, havendo também clientes brasileiros que vão ao município.

A partir daí nossas conversas foram frequentes, de duas a três vezes por semana. Conversava com ela sem ainda fazer perguntas relacionadas a esta pesquisa, pois somente em meados de 2016, quando estava construindo o projeto de pesquisa para concorrer a vaga no mestrado, veio a ser interlocutora deste trabalho.

Nesses encontros, a conversa com Naisa rendia mais, ou seja, ela se sentia mais a vontade para falar, pois no momento não estava com o papel em mãos. Ao perguntar se poderia voltar outro dia para que respondesse outras questões, afirmou que sim.

No dia da entrevista, com o papel em mãos, fui até a casa de Naisa já que não estava em sua banquinha. Estava sentada em uma cadeira, um senhor e uma senhora ao seu lado, pais da nora dela que, aparentemente cansados, dormiam na cadeira. Dona Naisa convidou-nos a entrar e sentar e nos ofereceu suco de cupuaçu e disse que não se deslocou para trabalhar naquele dia porque havia saído muito cedo, às 5h30min, para ir a Benjamin Constant comprar os produtos para vender, o que a deixou cansada.

Solicitei se poderia responder umas perguntas e indagou-me sobre o que era, mostrei a ela o papel. Então, disse-me que sim, poderia responder. Na dúvida sobre sua disposição, ressalttei que se não fosse possível naquele dia, poderia voltar em outro momento, só não queria incomodar. Com um sorriso afirmou: “que nada senhorita,

voy a salir mas tarde, se eres para te ayudar, yo hago”. Agradecei e iniciei as perguntas.

As perguntas iniciais para a construção da trajetória dela foram feitas na varanda de sua casa. Quando passei a fazer questões que não conseguia entender muito bem, mostrei o roteiro e ela se apossou dele, chamou-me para entrar e sentar à mesa onde poderíamos escrever melhor. A partir desse momento, ela lia as perguntas e respondia, quando não conseguia entender, eu explicava. Naisa respondeu ao questionário sempre muito sorridente, principalmente quando perguntei se gostaria de ter um outro relacionamento amoroso, foi quando olhou-me sorrindo e brincou dizendo: “porque os homens não prestam”.

Em relação às perguntas que não conseguia entender, dirigia-se a mim e consultava como deveria responder, eu dizia que poderia colocar o que julgava adequado. Frisei que o importante seria a sua resposta e não a minha opinião, então, em pouco menos de uma hora, respondeu às perguntas.

Durante uma das idas a campo fui à casa de Naisa. Ao chegar, bati na porta e ninguém apareceu, percebi que havia uma pessoa na casa, pois a porta e as janelas estavam abertas, bati novamente e dona Naisa saiu do quarto com uma espécie de máscara facial. Como sempre muito alegre, abriu um sorriso e disse: “estoy con eso na cara”, e foi em direção a porta detrás da casa lavar o rosto, de lá convidou-nos para entrar e sentar. Ela perguntou: “senhorita como está? Há quanto tempo que no vienes por aca, ya tienes pareja?” Respondi que sim e disse que havia ido outras vezes, mas ela não estava. Então me respondeu: “viaje em Noviembre a Iquitos e volve este año (Neste caso ela viajou em um ano e voltou em outro 2016/2017).

Então pedi a ela para contar um pouco de sua história, a começar pela idade e como era sua vida antes de trabalhar naquela banquinha, começou a falar: “yo tengo 59 años”, brinquei com ela dizendo que era muito jovem ainda, ela com o semblante um tanto abatido devido ao sol fala: “ai senhorita mi vida era bien sufrida, con mi primero pareja, lo papá de mis hijos”. Perguntei o porquê e o que havia acontecido com ele. Ela respondeu: “el murio”. Ao indagar como ele havia morrido, respondeu com o semblante tristonho:

“era viciado en drogas, murió debido a eso, yo pase bien ralo cuando estava con ello, porque ello sumía de 2,3,4 dias ai que ia aparecer, e neste tiempo yo vivia en Iquitos con mis hijos pequeños, no podia trabajar, porque no havia con quien dejar mis hijos, yo pase bien malo señorita, yo comía las vísceras de pollo, yo ayuntava del piso en el mercado para dar de comer mis hijos, yo ayuntava lavava bien e cocinava para comer” (Naisa, caderno de campo, 2018).

Percebe-se por essa resposta que Naisa sofreu bastante, uma história como tantas outras, porém única para quem vive esse tipo de situação, uma narrativa trágica superada por ela e pelos cinco filhos. Naisa continuou a contar como fez para sobreviver em uma cidade grande e dar comida para os filhos que ainda eram pequenos:

“numa ciudad grande no es como acá, que un vizino puede ayudar, lá nadie me mirava, ninguém me ayudava, até que fue o tiempo que mi pareja murió, pues por pior que era me pareja, que era viciado en droga, siempre ayudava, cuando aprecia levava comida cuando el murió, me vi solita, mas do que ya estava, solita con mis hijos pequeños para sustener, e asi pasou el tiempo e mis hijos crecieran, dava me jeito para sustentar mis hijos, ayuntando comida del basura, las verduras también pegava en el mercado cuando jugavam que ya no servia para vender, e yo pegava. (Naisa, caderno de campo, 2018).

Naisa contou que naquele tempo conheceu seu segundo marido com quem viveu anos, que a ajudou financeiramente e foi com quem foi a Islândia pela primeira vez, nos anos 2000. Afirmou Naisa: “yo a vindo a Islândia en 2000, há pasado un tiempo e fue a Iquitos nuevamente, e asi era cuando llegué aca yo vendía tudo, era doña de hospedaría, vendía ropa, soy bien trabajadora, no consigo quedar parada, yo tengo que trabajar”. Perguntei pelo seu segundo marido e ela respondeu: “se fué embora con una chica que ello conoció aca, ella ha embarazado de el, e se fueron pero siempre que a encontrava en Iquitos quería quedar conmigo nuevamente, más yo no quiero”. Novamente dona Naisa se viu sozinha, porém desta vez com os filhos crescidos e com uma situação financeira melhor, pois já era comerciante como afirmou e se identificou.

Quando seu segundo marido foi embora, teve que se desfazer de uma parte do seu terreno para investir o dinheiro principalmente na venda e também para terminar de construir sua casa. Desde quando chegou em Islândia no ano dois mil, ainda viajava para Iquitos e voltava, tendo se fixado no município em dois mil e doze. Entretanto, as viagens a Iquitos continuaram para comprar e vender produtos.

Antes de fixar residência no município de Islândia, Naisa morava com sua família na cidade de Iquitos, lá era dona de casa, cuidava dos filhos que ainda eram pequenos e do marido. Porém, após o abandono do esposo, aos poucos começou no ramo do comércio e passou a vender cobertores. Já com os filhos crescidos, conheceu seu segundo marido que também trabalhava com a comercialização. Depois de casada, em uma viagem ao município, decidiram mudar-se para Islândia. Somente quando se separou do seu segundo marido veio a dedicar-se exclusivamente ao comércio.

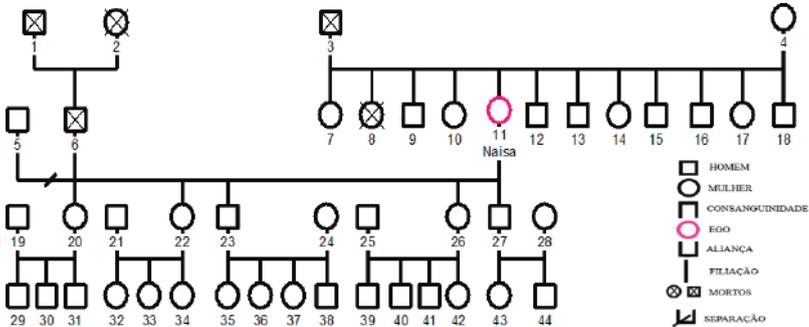
Portanto, autodenomina-se comerciante e tornou-se a mantenedora da casa após ser abandonada, juntamente com os filhos, pelo marido que era usuário de drogas. De acordo com Naisa, tornou-se comerciante também porque teria flexibilidade quanto ao horário de trabalho e mais tempo para cuidar dos filhos e da casa. Pois quando se separou a primeira vez seus filhos eram pequenos, e precisava cozinhar para os filhos, cuidar da educação, lavar e passar. Atualmente seus filhos estão todos maiores de idade.

Logo quando conheci Naisa, perguntou-me se sabia como obter os documentos brasileiros, pois gostaria de se aposentar no Brasil quando não pudesse mais comercializar com tanta frequência como faz atualmente. E, para isso, precisaria ter os referidos documentos. Disse a ela que não sabia sobre isso, mas Naisa persistiu afirmando que necessitaria dos documentos brasileiros somente para se aposentar, não os usaria para outra coisa, pois tinha orgulho da sua origem, peruana loreтана. Ainda observou que não estava esnobando o Brasil, pois gosta do país.

Na família de Naisa são todos peruanos nascidos no departamento de Loreto, portanto todos loretanos, porém uma de suas irmãs, representada no mapa abaixo com o número (13) migrou para município de Benjamin Constant e conseguiu se naturalizar e, atualmente, tem dupla nacionalidade, assim como as duas filhas que

ela tem com o marido também peruano e com dupla nacionalidade. Uma das filhas de Naisa (22) teve um filho no município de Benjamin Constant, porém ainda não havia obtido os documentos brasileiros porque, segundo ela, a instituição que os emite estava dificultando, pois os pais são peruanos e não possuem nenhum documento brasileiro. Até ao final da pesquisa não consegui descobrir se ela conseguiu ou não tirar os documentos da criança.

Figura 5. Árvore genealógica da Naisa



Fonte: Dados de campo, 2018.

A genealogia foi feita a partir da descrição da interlocutora Naisa representada pelo número 11 em destaque no círculo de cor rosa. Apenas sua mãe é viva e reside na cidade de Iquitos, seu pai (3) faleceu há alguns anos. Naisa tem mais onze irmãos, sendo cinco mulheres (identificados nos números 7, 8, 10, 14 e 17) incluindo ela (11), dentre elas uma já falecida antes de constituir família, e 6 irmãos homens (destacados nos números 9, 12, 13, 15, 16 e 18). No seu primeiro casamento Naisa teve cinco filhos, sendo três mulheres - a primeira (identificada com o número 20) que já é casada (19) e tem três filhos (20, 30 e 31), a segunda (22) também casada (21) e tem três filhas (32, 33 e 34), e a terceira (26) filha casada (25) tem quatro filhos, três meninos (39, 40 e 41) e uma menina (42). E dois homens, o primeiro identificado com o número (23) é casado (24) e tem quatro filhos, três meninas (35, 36 e 37) e um menino (38), já o segundo filho homem identificado no número (27) também é casado (28) e tem dois filhos, uma menina (43) e um menino (44). Após algum tempo depois de ter seu último filho, Naisa se separou do então esposo (6) e pouco tempo após o homem faleceu. Passados alguns anos, ela se casou no-

vamente (5) e depois de uns anos se separou. Atualmente afirma que está solteira e pretende não se casar novamente.

2.3.2 Laura

Dona Laura conheci também em dois mil e quinze, possui 59 anos, é casada, natural de Iquitos, possui a segunda série do ensino fundamental. Autodenomina-se evangélica da igreja Movimento Missionário Mundial Pentecostal. Tem cinco filhos, desses cinco, dois moram com ela, os mais novos. Laura e sua família residem em Islândia há sete anos. Quando as conheci trabalhavam em uma casa de madeira, localizada na orla do município de Islândia.

Assim como conheci dona Naisa já em um momento de cansaço, ao falar a primeira vez com dona Laura não foi diferente, pois quando descia ao porto para voltar a meu município, entrei numa pequena loja que vendia produtos de plástico e lá estava uma senhora muito simpática. Perguntei o preço de um copo, respondeu e mostrou-me as outras opções, quando subia um degrau para ver mais opções, respirei fundo e ela perguntou se estava cansada, disse que sim, pois já havia caminhado bastante. Laura perguntou se queria me sentar para descansar um pouco, claro que aceitei o convite, sentei-me e comecei a conversar com ela. Perguntei como era seu nome e logo me respondeu. Brinquei com ela afirmando que era minha parenta, pois temos os mesmos sobrenomes, sorriu, meteu a mão em seu bolso, tirou um documento⁴¹ e mostrou-me seu nome.

Após alguns minutos, perguntei se havia nascido em Islândia e afirmou “no señorita, soy de Iquitos, estoy a três años vivendo en Islândia”. Então chegou uma moça, sua filha, e dona Laura apresentou-me a ela. Sua filha foi visitá-la, pois morava em Iquitos e estava fazendo faculdade de administração. Ao ser indagada se costumava ir regularmente à Benjamin Constant ela afirmou “sí, compro algunas cosas que vendo aca, traego de allá, ahora, mi esposo está en Benjamin vendendo, ello se vá todos los dias para vender⁴²”. Ela disse que não havia ido naquele dia, pois alguém precisava ficar tomando conta da venda em Islândia.

41 O documento que mostrou foi o Deneí, que corresponde à carteira de identidade no Brasil.

42 Nessas traduções para espanhol, em alguns casos aparecem palavras em português, isso porque elas tentam falar português, e sai o chamado portunhol, a mistura das línguas portuguesa e espanhola. Tento ser a mais fiel possível nas transcrições.

Laura indagou-me em que parte de Benjamin Constant eu morava, falei o nome do bairro e expliquei como chegar. Ela disse que não sabia, pois não conhecia bem a cidade, perguntou se estudava, disse que sim e inclusive estava fazendo uma pesquisa para a faculdade e falei um pouco do que se tratava. Na época era o trabalho já mencionado sobre gênero e economia na fronteira, levando em conta principalmente o Peru e a participação das mulheres peruanas, e que gostaria de conhecer a história de Islândia a partir dos moradores.

Ela achou muito interessante e indicou uma mulher que poderia falar sobre a história de Islândia, mas não sabia dizer o nome, somente onde a tal senhora morava, agradei e disse que depois iria procurá-la.

A conversa estava fluindo muito bem e me senti à vontade para perguntar se poderia me ajudar na pesquisa, com um sorriso aberto ficou um pouco quieta e logo em seguida falou que sim. Então indaguei se poderia voltar outro dia para conversarmos mais, ela gentilmente respondeu-me, “mas é claro, puede volver no día que la señorita desear”. Agradei a ela e sua filha e fui pegar a catraia para voltar a Benjamin. E foi desta maneira que ela se tornou interlocutora do trabalho anterior e deste.

Após o término da pesquisa anterior, deixei de ir por um ano a Islândia. Retomei o campo quando estava fazendo o projeto para este estudo. Mas ao aproximar-me da loja de Laura, não conseguia encontrá-la, pois viajava constantemente. Num determinado dia, novamente fui a cidade e, ao chegar próximo a sua loja, a avistei e fui conversar com ela. Estava feliz por enfim tê-la encontrado, indaguei se poderia responder algumas perguntas, hesitou um pouco, mas expliquei do que se tratava e ela aceitou. Em alguns momentos senti que não queria responder porque seu esposo estava perto, ela me olhava e olhava para ele e começava a rir, se esquivava, ia se acomodando mais na cadeira, era quando seu esposo intervinha, dizia nas suas palavras o que ela estava falando, as vezes não era bem o que ela dizia, e foi assim no decorrer da entrevista, mas ela respondeu tudo.

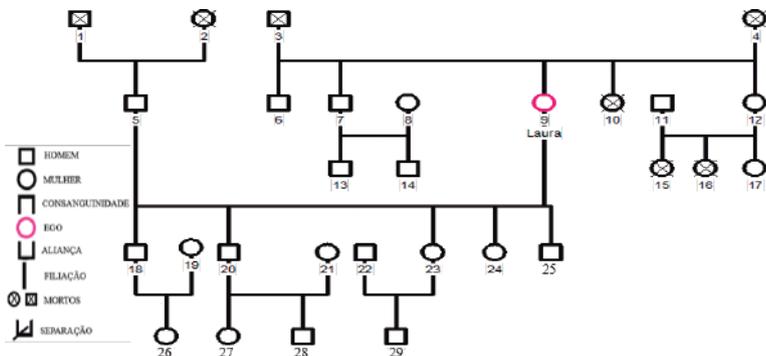
Percebi, durante a entrevista, que Laura pedia permissão não explicitamente de seu marido, mas o consultava para responder algumas questões, principalmente no que dizia respeito a quem era o provedor da casa. Talvez isso tenha acontecido porque não conseguia se expressar bem na língua portuguesa, mas de qualquer forma senti um determinado receio de falar.

Laura, juntamente com seu esposo, são os principais responsáveis pelo sustento da casa. De acordo com suas narrativas, entrou para o ramo do comércio para ajudar seu marido que já trabalhava nesta atividade em Iquitos, e quando chegaram no município que residem atualmente continuaram, pois acharam o local muito oportuno para o comércio. De acordo com ela, se trata de três nações e, portanto, seus produtos seriam vendidos mais rápido e também porque poderia cuidar da casa e de seus filhos. Quando é necessário comprar mercadorias, seja em Iquitos, em Benjamin Constant, ou em outro lugar para abastecer seu comércio, é ela quem geralmente viaja para comprar os produtos que estão em falta na loja, pois o sustento da família é exclusivo da comercialização.

Antes de mudar-se para Islândia, Laura e sua família viviam em Iquitos, onde iniciaram na comercialização. Decidiram morar em Islândia após uma visita a um dos filhos que já residia no local. Viram no município um lugar tranquilo e próspero para o comércio, sem a correria e sem os tantos perigos de uma cidade maior, pois de acordo com Laura em Iquitos havia o risco de ser assaltada, atropelada, etc, e então decidiram fixar residência no município.

Em relação a família, Laura afirma que todos são de origem peruana: “Todo mi familia son peruana, nascido en el departamento de Loreto, son todos Loretanos”. (Laura, Caderno de campo, 2017). Para melhor representação de sua família foi possível descrever por meio da árvore genealógica o número de filhos e irmãos que possui.

Figura 6. Árvore genealógica de Laura



Fonte: Dados de campo, 2018.

A genealogia foi construída a partir da narração da interlocutora Laura, apresentada pelo círculo rosa de número 9, seus pais (números 3 e 4) são falecidos. Ela é a terceira de cinco irmãos, tem dois irmãos homens (números 6 e 7) e duas mulheres (números 10 e 12), uma irmã falecida (10), apenas um irmão não é casado (6), os outros irmãos (7 e 12) são casados e tem filhos.

Laura é casada, seu esposo é representado apresentado pelo número (5). Possui cinco filhos, três homens, o primeiro (identificado no número 18) é casado (19) com uma brasileira, tem uma filha (26) e reside no Brasil, o segundo filho (20) também casado (21) e tem dois filhos, uma menina (27) e um menino (28), o terceiro filho homem não possui esposa e nem filhos ainda. E duas meninas, sendo apenas uma (23) casada (22) e tem um filho (29), e outra filha (24) não tem esposo nem filhos.

2.3.3 Rosa

Rosa tem 40 anos, é solteira, católica, filha de pai peruano e mãe brasileira ambos agricultores, no departamento de Putumayo⁴³ na Colômbia, possui dupla nacionalidade, tem ensino superior completo em enfermagem, fala as línguas portuguesa e espanhola. Tem três filhos, todos dependentes dela, sendo que dois residem com ela, mora em Islândia há trinta anos. Ela comercializava em um cômodo da própria casa.

Conheci Rosa em meados de dois mil e dezessete, quando retornei a Islândia, desta vez fui acompanhada de minha irmã e retomei as conversas com as mulheres.

Quando chegamos em Islândia fui até a venda de dona Laura e o seu esposo nos disse que ela havia saído para ajudar na preparação de comidas para os festejos da igreja e não sabia a que horas voltaria. Agradei a ele e fomos atrás de dona Naisa, pois sua banquinha ficava próxima à venda de dona Laura. Chegamos e havia muitos clientes, esperamos um instante enquanto ela os atendia, assim que se dispersaram, a cumprimentei. Nesse momento chegou uma senhora e cumprimentou minha irmã, era sua colega de aula, e perguntou o

43 O Departamento de Putumayo, localiza-se ao sul da Colômbia na região da amazônia, sua capital é Mocoa.

que fazia lá e minha irmã respondeu que havia ido me fazer companhia, então ela nos convidou para almoçarmos em sua casa e aceitamos. Ela foi pegar sua filha na escola enquanto conversávamos com dona Naisa para na volta a acompanharmos.

Passados alguns minutos, retornou e enquanto caminhávamos para chegar em sua casa, Rosa perguntou do que se tratava a pesquisa, respondi que era sobre trajetórias de mulheres que mantêm a casa sozinhas ou que são as principais responsáveis pela sua manutenção. Ela rapidamente retruca, “ah, como eu”, minha irmã comenta com Rosa “verdade como nós, não temos marido e sustentamos a casa sozinhas”. E continuou “tu poderia entrevistar ela, não é ... Comentei que seria muito bom se me concedesse uma entrevista outro dia, o que aceitou.

Quando chegamos em sua casa, de forma ágil começou a preparar o almoço e pediu “enquanto vou cozinhando, tu vai fazendo as perguntas, e se souber responder eu respondo”. Fiquei um pouco quieta e constrangida, pois a conheci naquele dia e achava que iria me conceder a entrevista somente depois do almoço. Alegrei-me por ela tomar a iniciativa que deveria ser minha. Iniciei com perguntas básicas para a construção do perfil, sem adentrar muito em sua intimidade, porém, enquanto almoçávamos começou a contar sobre sua vida, o pai de seus filhos, a família de sua mãe e de seu pai, lugar de origem. Enfim, contou-me fatos que queria saber sem que precisasse perguntar.

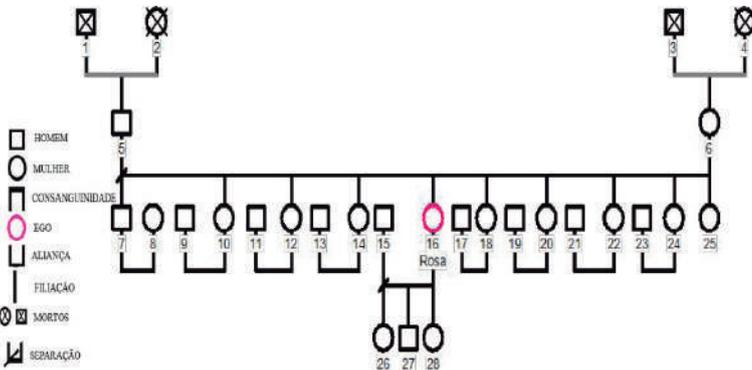
Para a segunda entrevista com Rosa fui até sua casa novamente, porém estava trancada, então decidi ir até o flutuante onde morava sua mãe para ver se a encontrava. Quando cheguei perguntei sobre ela a uma jovem que a chamou de tia. Ela pediu para entrar, foi quando avistei Rosa que estava comendo com seus pais. Ela também me avistou na porta, perguntei quando havia chegado e afirmou: “hoje, acabei de chegar”. Pedi desculpas por atrapalhar, disse que precisava de mais informações e se poderia me ajudar. Rosa pediu para ver o roteiro, mostrei e disse que não queria atrapalhar e poderia passar outro dia, ao que afirmou: “então passa amanhã lá em casa, que eu te ajudo”.

No dia seguinte, como combinado, fui até sua casa para novamente entrevistá-la. A casa dela fica aproximadamente a 15 minutos

da orla e, quando cheguei próximo, avistei sua filha pequena brincando na varanda, aproximei-me mais e vi Rosa comprando açaí de uma senhora que passava na frente de sua casa. Ao chegar na casa, a porta estava aberta e a avistei na pia da cozinha lavando louças e sua filha estava na varanda. Rosa convidou-nos para entrar e percebi que não estava bem, seu semblante não me pareceu muito contente. Mesmo assim arrumou a mesa e sentou na cadeira para conversarmos e me perguntou: “cadê, em que posso ajudar?” Pedi desculpas pelo incomodo e mostrei o roteiro, pegou os papéis e respondeu com poucas palavras, deixou algumas sem responder, afirmando que eu poderia responder depois. Ao responder às questões, várias vezes enfatizou que tinha que sair dentro de 1h 30 min. De forma o mais breve possível, respondeu às perguntas e nos despedimos.

Em relação à família, seus irmãos têm dupla nacionalidade por ter mãe brasileira e pai peruano, assim como seus filhos. Mas estes últimos não falam a língua portuguesa e, de acordo com Rosa, não se interessam e nem querem aprender, diferente dos irmãos que falam as duas línguas. Dentre os irmãos de Rosa, apenas um mora no Brasil, os demais moram no Peru. De acordo com a interlocutora, preferem o Peru por se sentirem mais acolhidos. Ela tem nove irmãos, como apresentarei na genealogia.

Figura 7. Árvore genealógica de Rosa



Fonte: Dados de campo, 2018.

A árvore genealógica foi construída a partir da descrição da interlocutora, logo ela é identificada como ego em destaque na cor rosa, número 16. Rosa é a quinta entre os dez irmãos, tem apenas um único irmão homem, o primeiro, identificado no número 7. É uma das nove mulheres (apresentados pelos números 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24 e 25), o irmão e as irmãs são todos casados e com filhos, porém não sabia dizer quantos filhos elas tinham, exceto a mais nova que não é casada e nem tinha filho no ato da entrevista. Seus avós, tanto paternos, identificados nos números 1 e 2, quanto maternos (3 e 4) já são falecidos, os pais (5 e 6) são separados, Rosa tem três filhos, duas meninas (identificadas nos números 26 e 28) e um menino (identificado no número 27).

2.3.4 Mara:

A quarta e última interlocutora, Mara, tem 28 anos, é peruana, nasceu e mora em Islândia, filha de pai pescador e mãe agricultura, estudou até o 5º ano do ensino fundamental. Tem três filhos, todos ainda pequenos. Assim como Rosa, também comercializava na própria casa.

Mara foi-me apresentada no ano de dois mil e dezoito por meio de Rosa. Após uma das conversas, quando me despedia para ir a casa de dona Laura, Rosa me perguntou “já, tu num vai querer conhecer a mulher que te falei no outro dia?”, (anteriormente havia perguntado de Rosa se conhecia alguma mulher com perfil semelhante ao dela e que aceitasse participar dapesquisa). Respondi “claro que quero, onde ela mora?”, ela falou “aqui na frente, vem” e levou-me até a casa de Mara.

Mara morava em uma residência do outro lado da ponte. Ao chegar na casa, Rosa me apresentou e disse a Mara “foi dela que eu te falei no outro dia, que tá fazendo a pesquisa, ela estuda na UFAM em Manaus”. Tímida e com um sorriso no rosto, Mara afirma “é dela que tu falou né”. Então apresentei-me e falei sobre meu trabalho, e perguntei se aceitaria participar. Mara aceitou, convidou-me para entrar na sua casa e sentar-me para falarmos melhor. Este primeiro encontro inesperado foi bastante proveitoso, pois não precisei fazer muitas perguntas. Apesar de tímida, a conversa fluiu e ela contou-me fatos que precisava saber para a construção deste trabalho.

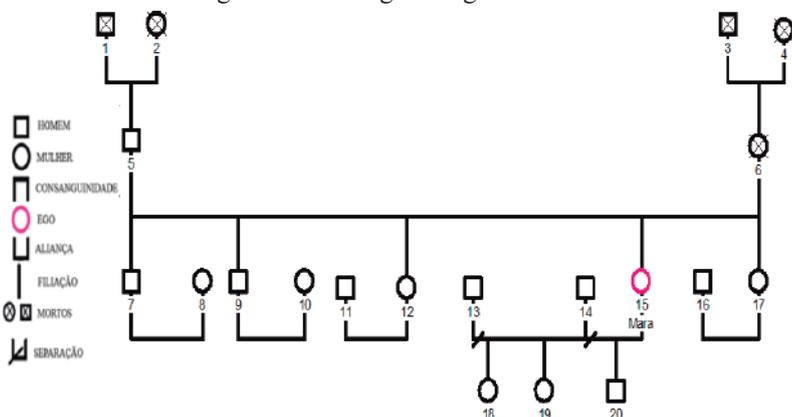
Para a entrevista, Rosa ajudou na tradução, pois Mara não é fluente na língua portuguesa, apesar de entendê-la. Porém, em alguns momentos queria interferir nas respostas de Mara, esta olhava para Rosa e em seguida para mim. Às vezes Mara não concordava com a interferência, outras vezes sim. Percebi que, em certos momentos, não aceitava a tradução de Rosa, pois fazia gesto com a cabeça dando a entender que não era assim como sua amiga tentava falar, e explicava da melhor forma, tentava falar a língua portuguesa e se chateava por não conseguir falar corretamente. Entretanto, respondeu às perguntas de acordo com sua perspectiva.

Mara, juntamente com mais duas irmãs, também com filhos, mora de favor na casa cedida pelo irmão, é católica, diz ser “ama de casa”, vende na própria casa, pois assim teria tempo para cuidar das crianças e vender seus produtos. Tornou-se a principal mantenedora da casa após a separação de seu cônjuge há quase dois anos.

Antes de trabalhar na venda era instrutora na escola numa comunidade ribeirinha chamada Rondinha pertencente a Islândia. Ela vivia lá com o marido e separou-se somente após mudar-se para Islândia.

Ao ser indagada sobre a família, Mara disse que seus pais se conhecerem em Caballococha, casaram e migraram para a comunidade de Rondinha, onde tiveram os três primeiros filhos. A procura de estudo para seus irmãos fez com que seus pais mudassem para a cidade de Islândia, foi quando a tiveram e a sua irmã mais nova. Quando sua mãe faleceu, seu pai e três dos irmãos voltaram para a sua comunidade. Deste modo, o irmão mais velho (representado com o número 7 no mapa genealógico abaixo), reside em Islândia, os demais (representados pelos números 9, 12 e 17), e o pai (5) residem atualmente na comunidade de Rondinha. São agricultores e pescadores. Vão ao município de Islândia e de Benjamin Constant periodicamente para vender os peixes e os produtos da agricultura.

Figura 8. Árvore genealógica de Mara



Fonte: dados de campo, 2018.

A árvore genealógica construída de acordo com a narrativa de Mara, apresentada pelo número 14 com destaque na cor rosa. Os avós paternos (destacados pelos números 1 e 2) e maternos (em destaque nos números 3 e 4) já são falecidos, ela tem apenas o pai (5) vivo, que é originário de Caballococha um município peruano também pertencente à região de Loreto, província de Mariscal Ramón Castilla. Sua mãe (6) faleceu, sendo natural da cidade peruana de Yrumaguas, também situada no departamento de Loreto. Mara é a quarta de cinco irmãos, dentre esses cinco irmãos, dois são homens (destacado nos números 7 e 9) e três mulheres, incluindo ela (em destaque nos números 12, 15 e 17). Todos os irmãos são casados e com filhos, porém ela não sabia dizer quantos filhos cada um deles tem. Mara tem três filhos, sendo que, com o primeiro marido (14) teve um menino (em destaque no número 20) e com o segundo marido (13) teve duas meninas (identificadas pelos números 18 e 19). Ela separou-se dos pais dos seus filhos.

2.4. “No quiero más pareja”

ya no quiero nen pensar en tener pareja, para que? Estoy bien solita, vivo mui bien, viajo cuando quiero, vuelvo cuando quiero, ya no quiero pareja para hacer lo que todos hombres haces,

traer, te troca por otra, ya no quiero más. (Naisa, caderno de campo, 2017).

Início com a narrativa de Naisa, pois praticamente em todos os encontros ela afirmava que não queria mais ter marido, que gostava de morar sozinha sem um companheiro, porém ela morava com o seu filho mais novo e com sua nora e seu neto. Neste caso, havia uma figura masculina na residência, o filho, mas esse não era quem mantinha a casa e nem tomava para si a proteção da família, de acordo com Naisa.

No estudo feito por Fonseca (2000) vê-se que para mulheres ditas sozinhas e com menos de 45 anos, na grande maioria das vezes havia um homem que desempenhava publicamente a função de patrono dos integrantes da casa, ou seja, por mais que os homens não vivessem na mesma casa, sempre estavam por perto, assim a mulher tinha um “protetor” que as ajudava nas despesas. Seguindo esse pensamento, Fonseca (2000) argumenta que: “As mulheres eram ou sustentadas por amantes, ou viviam perto de um irmão ou ex-marido, ou recebiam ajudas periódicas do pai de um filho” (Fonseca, 2000, p. 44).

Diante dessa afirmação, duas das interlocutoras deste trabalho afirmam que recebem uma ajuda dos pais dos filhos delas, porém não há mais a convivência com os ex, eles não estão presentes, nem na vida delas nem na vida dos filhos, havendo somente a ajuda financeira para os filhos. Desta forma, elas não têm um homem como tutor em suas vidas, já que afirmam ser solteiras e sozinhas. No caso de Mara, pensa em ter outra relação, porém mais adiante, quando os filhos estiverem crescidos. Já Naisa e Rosa afirmam enfaticamente que não querem mais marido.

Nas observações realizadas por Fonseca sobre as mulheres, ela percebeu que as moças ficavam ansiosas para casar, as separadas para casar-se novamente, para assim poderem “servir” seu marido, mas concluiu que as mulheres sozinhas e sem companheiro viviam melhor do que as casadas:

Deduzimos que o motivo do casamento vai muito além da ordem material. Ao casar, a mulher tem esperança de alcançar não

só uma certa satisfação afetiva, mas também um status respeitável. Imagina-se sempre que se uma mulher está só é porque não consegue arranjar um homem. Ademais, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atiza o ciúme das mulheres. A presença de um marido como tutor da sexualidade feminina resolve o problema (Fonseca, 2000, p, 18)

Como acontece em muitos casos até hoje, os homens buscam formas de desqualificar a imagem das mulheres como justificativa para a separação. Neste caso, quando as mulheres já não aguentam mais viver em condições precárias, procuram um trabalho para também ajudar nas despesas da casa, o que coloca sua moral em questão. Entretanto, não é o caso das interlocutoras deste trabalho, pois não estão ansiosas para casar-se novamente, preferem viver sem ter que servir a um marido. O casamento para elas implica em muita cobrança, além dos afazeres domésticos, existe a proibição por parte dos maridos, de fazer algo como uma simples viagem para visitar familiares, ou interferência nos modos de se vestir.

Voltando ao caso de Naisa, ao ser indagada se tinha marido, respondeu de uma maneira um tanto sorridente, ao mesmo tempo que ficou com o semblante tristonho ao afirmar o seguinte: “No tengo, mi primero esposo me abandono, porque usava drogas, tiempo después murio debido la droga. (caderno de campo, Naisa, 2017).

Sobre seu segundo marido, Naisa complementa o argumento desta maneira:

Ello se fue con una chica para Pucallpa, ello no era de acá era de Pucallpa, bien bueno era, me daba tudo, se queria dinero preguntava cuanto queria, se dicia que ia a Benjamin preguntava se queria dinero, se ello llegava borracho yo banhava el, ponía en la cama e hacia dormir, bien bueno era, pero fue enfeitado pela chica, fué muy rápido le gusto de la chica e se fue embora para Pucallpa, hoy ya tienes 2 hijos con ella, pero el ainda me procurava cuando fue a Iquitos, ello me procura, há tiempo, me da dinero pero no quis, dije para que no me procures más, e asi señorita, hoy estoy bien, tengo mi venta, voy a vender, tengo mi plata, estoy bien, viajo a Iquitos, lá tengo mi casa. (Caderno de campo, 2017).

Nos argumentos de Naisa percebe-se a admiração que tinha pelo ex-marido, e de como era feliz no casamento, porém, essa felicidade acabou após ele ter sido “enfeitado por uma garota”. Para Naisa a culpada foi a mulher que o enfeitou, e não o homem que a abandonou. E complementa dizendo “mi marido era bien guapo, blanco fuerte, yo soy fea, ello era bien guapo, señorita” (Naisa, caderno de campo, 2017).

Percebe-se que ela gostava muito dele, o admirava e não queria se separar, mas teve que se conformar, porque assim seria melhor para os dois. Mas enfatiza não querer se casar novamente.

Estoy bien, Mi hijo estas acá conmigo también, mi netito e su mujer, ellos sairón e fueron pasear, acá estoy bien moro con mi hijo, mi netito, mi nora e mi perro, ya no quiero nen pensar en ter pareja, para que? Estoy bien solita, vivo mui bien viajo cuando quiero, vuelvo cuando quiero, ya no quiero pareja para hacer lo que todos hombres haces, traer, te troca por otra, ya no quiero más. (Naisa, caderno de campo, 2017).

Em um dos encontros com Naisa, enquanto conversávamos sobre sua trajetória, afirmou que não queria mais marido: “no quiero más pareja porque los hombres no prestan, só traem trabajo. Há me decepcionado mucho con hombre”. De acordo com Naisa, não quer mais casar porque os homens só dão trabalho, não prestam. Quando tinha marido, precisava cuidar dele, tinha que lavar suas roupas, fazer as refeições e, apesar de tudo que fazia, ele a deixou.

Essa situação nos leva a pensar que elas não desejam casar-se novamente por experiência anteriores, pois quando se casaram esperavam que fosse diferente, sem muita cobrança e proibição, ou principalmente procuravam fidelidade de um homem provedor, porém suas expectativas foram totalmente frustradas.

Para pensar sobre as expectativas sobre o comportamento dos homens e mulheres no casamento, ou seja, a lógica da reciprocidade nas relações conjugais, trago para a discussão os argumentos de Bonetti (2014) sobre relações de gênero nas quais a lógica relacional permeia o masculino e feminino e desempenham papéis distintos no âmbito da relação familiar, onde o homem está para o provedor e a mulher está para o cuidado doméstico, conforme afirma a autora:

“Do homem espera-se o bom desempenho do seu papel ao prover a família tanto material quanto simbolicamente – proteção, garantia respeito social – enquanto que o papel feminino passa pela fidelidade sexual, o cuidado dos filhos e da casa” (Bonetti, 2004, p, 136)

Nos casos das interlocutoras deste estudo, essa reciprocidade conjugal não foi cumprida, daí o motivo da separação, pois além dos homens não proverem a família, houve dano material e simbolicamente, pois eles abandonaram, deixaram a esposa com filhos pequenos. A partir do não cumprimento desse pacto, as mulheres foram prejudicadas, pois a sociedade não vê com bons olhos uma mulher separada e com filhos.

Após o abandono dos cônjuges ou rompimento as mulheres encontraram na comercialização a flexibilidade de horários para poder conciliar os cuidados da casa com o trabalho fora, pois antes da separação quem mantinha a casa era o homem. Nesse sentido, Fonseca argumenta que: “As mulheres “abandonadas” não tinham outra alternativa senão a de trabalhar. Mas, em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário masculino” (Fonseca, 1997, p, 516).

Rosa, que se separou do pai dos seus três filhos, há pouco mais de três anos, assim como Naisa e Mara, não teve a lógica da reciprocidade cumprida ou aconteceu por um período de tempo quando o esposo trabalhava na cidade de Cuzco/Peru, comparecia na casa a cada três meses e levava o provimento.

De acordo com Rosa, muitas vezes ele chegava na casa e acabavam brigando, por motivos fúteis, segundo ela, mas que a machucava muito. Ao ser indagada quais seriam esses motivos fúteis, afirmou que era porque ela não fazia as refeições na hora certa, porque não gostava da comida, ou porque não a encontrava na casa quando chegava. Isso se repetia quase todas as vezes em que ele a encontrava. Porém, em uma das viagens de seu marido, passou seis meses e ele não dava notícia. Ela foi até Cuzco com a filha mais nova e descobriu que ele tinha outra mulher e que estavam morando juntos, então ela disse que não queria vê-lo novamente, se separaram e ela retornou a Islândia com sua filha.

Com o ocorrido Rosa afirmou que se decepcionou muito com

os homens, a experiência que teve com o pai dos filhos fez com que ela não quisesse ter um companheiro. Ao perguntar se pretende casar-se novamente, Rosa foi enfática e direta em afirmar que:

Não, não quero me casar mais, gosto de viver sem cobranças, quando era casada, havia muita cobrança do meu marido, em relação ao que devia ou não fazer, como por exemplo, não gostava quando eu usava roupas muito justas ao corpo, exigia que fizesse os trabalhos domésticos como ele queria, se não fizesse gritava comigo, quase não podia sair, ou se saísse e demorasse quando chegava acabava em briga, não podia visitar meus irmãos que moram em IQUITOS. (Rosa, caderno de campo, 2018)

A narração de dona Rosa deixa claro o motivo pelo qual não pretende se casar novamente: as cobranças e proibições. Sozinha ela pode fazer suas viagens na hora e da forma que achar melhor. No seu casamento, não houve agressão física, mas as palavras de xingamentos a machucavam muito, por isso afirma que vive melhor “sozinha”.

Mara casou-se a primeira vez quando tinha dezoito anos e possui um filho fruto desse relacionamento. Porém, após o nascimento do filho se separaram, segundo ela, amigavelmente. Ela não chegou a comentar o motivo do término, mas afirmou que o pai da criança vez ou outra visita o filho e paga pensão mensalmente.

Já com o filho mais crescido, depois de quatro anos, casou-se com seu segundo marido e tiveram duas filhas. Nessa época ela residia e trabalhava como Instrutora na escola de uma comunidade ribeirinha de nome Rondinha, pertencente ao município de Islândia. No ano de dois mil e quinze mudou-se para Islândia, após algum tempo veio a separação. Retornou para a comunidade e atualmente não tem contato com ex-marido, porém ficou sabendo, através de uma conhecida, que já tem outra esposa. Com sua experiência dos relacionamentos anteriores, afirma que não pretende ter companheiro por algum tempo, somente quando seus filhos estiverem maiores. Separou-se recentemente, há apenas um ano e dois meses e afirma ser muito cedo para pensar em casamento. Ao ser indagada sobre isso, ela respondeu da seguinte maneira:

Más adelante, ahora no, no quiero pareja ahora, solamente cuando mis hijos estiveren crecido, pero ahora no quiero, estoy bien así, no tengo ravia, hago me cositas cuando quiero, no necesito está lavando, cuidando de hombre, estoy bien por ahora solita. (Mara, caderno de campo, 2018)

A vida de casada terminou por traição por parte do homem, pois nos casos em que as interlocutoras afirmaram que foram abandonadas, não deixa de ser uma traição, pois seus esposos estavam em outro relacionamento afetivo e elas desistiram da relação. Diferente do que Cláudia Fonseca (1995) apresenta em seu artigo “A mulher valente: gêneros e narrativas” no qual observa que as mulheres faziam o possível para ter o marido de volta após saber que eles possuíam um relacionamento extraconjugal. Inclusive foram até a casa da amante retirar o marido à força, e isso não se tornava vergonhoso para elas, pois consideravam que tinham razão pelo fato de serem as esposas. Desta forma, segundo Fonseca (1995, p.20):

Não é vergonhoso admitir que seu homem tem outras mulheres. A vergonha seria não ir atrás para trazê-lo de volta ao lar. Os valores em jogo aqui não se explicam simplesmente em função de uma oposição entre identidades masculina e feminina; sua compreensão exige, além disso, uma consideração da noção particular de pessoa em que estas identidades são calcadas. Sugerimos que é através de uma maior atenção para com o estilo das formas expressivas, e com a relação entre estilo e valor que poderemos melhor compreender as construções diversas do sujeito na sociedade contemporânea.

Essa afirmação não parece caber nos relatos das mulheres interlocutoras deste estudo, como no exemplo de Rosa. Ela narra que ao encontrar seu marido com outra mulher, preferiu se separar, embora no momento do encontro tenha havido discussão entre os três envolvidos. Rosa, entretanto, preferiu não continuar em um relacionamento onde o esposo tinha outra mulher e a sustentava, em vez de sustentar os seus filhos. Para ela não era válido viver em um relacionamento desta forma. Já Naisa, também optou por não fazer brigas e afirmou: “Mi segundo pareja, ello me dejó, me abandono e se fué con otra mujer o que yo ia hacer, peliar, yo no ia peliar, dejé e quedé solo con mis hijos” (Naisa, caderno de campo, 2017).

Analisando as narrativas das interlocutoras percebe-se que negam o casamento no modelo em que tiveram, onde havia cobrança como fazer os afazeres domésticos nos horários que eles exigiam, como o almoço, o jantar, lavar, passar, etc. Havia também proibições quanto ao que elas desejavam fazer, por exemplo, sair para visitar os amigos, os familiares quando elas desejarem sem ter hora para retornar a casa, sem que houvesse uma discussão quando chegassem em casa, pois nas narrativas de Naisa, Rosa e Mara apareceram casos de violência contra elas, seja física ou psicológica.

Segundo Naisa, o primeiro marido chegou a agredi-la fisicamente com empurrões e tapas, quando chegava drogado na casa. Rosa afirmou que sofreu violência psicológica de seu ex-marido, com palavrões. Já Mara assegura que seu ex-marido a agredia com palavrões e em algumas situações chegou a agredi-la fisicamente com chutes e tapas, mas segundo elas isso não ocorria diariamente, eram casos isolados.

Pode-se perguntar qual o impacto da mudança se, de qualquer maneira elas precisam fazer as tarefas domésticas para seus filhos que ainda são pequenas ou para elas mesmas. Isso é certo, porém com a diferença de que, quando casadas, afirmam que eram submissas aos homens porque assim foram educadas. Com os filhos são eles (filhos) que são submissos a elas, então se atrasarem com alguma tarefa doméstica não poderão agredi-las tanto física quanto psicologicamente. Se forem visitar os amigos, podem deixar os filhos com algum parente, assim como podem levar os filhos se forem visitar os familiares, além de poderem retornar no horário que elas decidirem.

CAPÍTULO 3

“MUJERES EN LA VENTA”: COMPRAR E VENDER NA FRONTEIRA

3.1 Gênero e trabalho

Gênero e trabalho, segundo Guimarães (2004), são áreas temáticas que, nas ciências sociais, historicamente juntaram-se para uma fixa produtividade e reciprocidade, aprenderam a “brincar com os termos da metáfora sem pôr em questão sua pertinência”, ou seja, a junção de gênero e trabalho permitiu o apuro e também uma maneira de apreender esses termos sem que sua importância fosse posta em questão. De acordo com esta autora, foi devido “aos estudos de gênero, em sua criadora maneira de interpelar a pesquisa da sociologia brasileira do trabalho” (Guimarães, 2004, p.1), que passaram a ser diferenciadas e desnaturalizadas as concepções sobre homens e mulheres e também distinguidas as relações de trabalho.

Uma das questões discutidas na relação entre esses campos é a “divisão sexual do trabalho”. Na pesquisa “Revendendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico” Bruschini e Ricoldi (2010) discutem sobre o trabalho doméstico masculino, bem como também o conceito de afazeres domésticos, ou seja, o que é trabalho doméstico na visão dos homens que participaram da pesquisa. No geral, as autoras consideram que as respostas foram parecidas, sendo que os homens entrevistados afirmaram que afazeres domésticos é lavar, limpar a casa, levar as crianças na escola, cuidar dos filhos, dentre outros. Para as autoras, isso está atrelado à divisão sexual do trabalho, na qual historicamente mulheres são para o cuidado do lar e homens para as atividades no âmbito público, o que foi constatado em outros estudos realizados sobre esse tema:

Os estudos sobre o tema revelam a persistência de uma divisão sexual do trabalho, na qual aos homens são destinadas principalmente as atividades de caráter produtivo, geradoras de renda e

desenvolvidas no espaço público, enquanto às mulheres cabem as tarefas reprodutivas, entendendo-se por estas os cuidados com o bem-estar físico e emocional dos membros da família (alimentação, limpeza da moradia, vestuário, higiene pessoal, saúde física e mental, cuidados em relação à moradia e à criação e educação dos filhos (Bruschini; Ricoldi, 2010, p, 21).

Em “As novas configurações da divisão sexual do trabalho” Hirata e Kergoat (2007) discutem sobre a insistência do trabalho doméstico continuar sendo atrelado às mulheres, e o que mais se destaca é que as mulheres são conscientes dessa submissão, o que acaba refletindo na desigualdade da divisão do trabalho doméstico. Diante disto, as autoras afirmam que:

As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (Hirata; Keorgat, 2007, p, 607).

Nessa linha de pensamento, ao refletir sobre a trajetória do tema trabalho feminino, Bruschini (1994) argumenta que os estudos sobre gênero têm tentado tirar de foco essa dualidade de trabalho de homens e de mulheres, porém é uma questão presente e não resolvida. Segundo a autora:

Hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino procurando romper velhas dicotomias estará atenta a articulação entre produção e reprodução assim como as relações sociais entre os gêneros. Apesar de relativamente maduro no entanto o campo de estudos sobre o trabalho feminino busca ainda superar os impasses teóricos advindos com a introdução do conceito de gênero (Bruschini, 1994, p, 22).

Outro conceito discutido na literatura sobre gênero e trabalho é o de chefia feminina. Dentre as discussões, Carvalho (1998)

aborda a mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção domiciliar, questionando o referido conceito, pois segundo ela, na grande maioria destas discussões ainda é “concebido como uma negação do padrão dominante de chefia masculina” (Carvalho, 1998, p, 1). Dessa forma, a categoria chefia feminina tem sido usada normalmente para as ocasiões onde famílias são “lideradas por mulheres sozinhas, onde o parceiro masculino está ausente, como nos casos de viúvas, mães solteiras e mulheres desquitadas/separadas com dependentes” (Carvalho, 1998, p.2), ou seja, as mulheres só se tornariam chefes de família pelo fato de serem abandonadas pelos homens, observa a autora. Ela sugere que é necessário se desapegar do termo chefia feminina e denominá-las como mulheres mantenedoras, tendo em vista que podem ser sozinhas ou terem uma relação afetiva onde seus parceiros estejam presentes.

Na sua contribuição à discussão, Carvalho (1998) também aponta as diferenças entre chefe de família e/ou domicílio, indicando três eixos centrais para pensar sobre essa questão. O primeiro é que este fenômeno cresce na América Latina, quer dizer, o número de casas chefiadas por mulheres teve um aumento considerável, uma vez que o aumento está associado ao método de urbanização e ao crescimento da pobreza; o segundo eixo está ligado a mulheres dos grupos mais pobres (entende-se por grupos pobres aqueles cuja renda mensal é de até um salário mínimo ou abaixo dela por domicílio), o terceiro é porque tem uma “vulnerabilidade nos contextos de recessão econômica” e implementação de “programas de ajustes econômicos” (Carvalho, 1998).

Diante destas afirmações, o conceito de chefia feminina ainda parte do pressuposto de que não há uma figura masculina no domicílio, porém não é isso que acontece atualmente, pois as mulheres podem ser provedoras do lar mesmo que tenham um homem adulto em casa. Ainda de acordo com a autora, cresce o número de mulheres no mercado de trabalho e, em contraposição a esse fator, também aumenta o desemprego masculino. Este é um dos motivos para que a chefia feminina se torne ainda mais significativa.

Em seu estudo “Inserción laboral de las mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria?” Laís Abramo (2004) questiona se realmente o trabalho feminino é secundário quando as

mulheres são as principais responsáveis pela casa, mas seu trabalho é uma forma de complementar a renda do homem que é considerado o chefe da residência. Nesse sentido, Abramo (2004) argumenta que há uma crítica ao conceito de chefia feminina, pois deve “incluir tanto as mulheres que vivem sozinhas como aquelas que vivem com parceiros”, ou seja, nas pesquisas realizadas por instituições governamentais, as mulheres reconhecidas como chefe de família são somente as que não possuem um parceiro residente na mesma casa, sendo que muitas mulheres casadas são chefes de família e, neste caso, não consideram que a mulher é a principal responsável pela casa. Portanto, essa característica do trabalho feminino ser considerado secundário corresponde cada vez menos à realidade.

Na literatura é feita também uma crítica ao fato de que esse conceito estaria ligado estritamente à pobreza, quando as mulheres assumiam esse papel por serem as únicas provedoras ou mesmo pela ausência de um homem na residência, como o faz Fonseca (1997). Para a autora, esse conceito por muito tempo foi usado erroneamente porque seria irônico afirmar que as mulheres “chefes de família” assim se tornarem somente pela ligação com a pobreza, tendo em vista que muitas mulheres de classe média estão cada vez mais se tornando “chefes de família”:

[...]é bem possível que o recente aumento do número de famílias chefiadas por mulheres esteja ligado, entre as camadas médias, ao movimento feminista e à nova autonomia da mulher. Projetar essa mesma explicação sobre grupos pobres, cuja alta taxa de mulheres chefe-de-família tem sido historicamente ligada à pobreza, seria um engano (Fonseca, 1997, p, 546).

Em contraponto a esse argumento, Scott (2011) em seu trabalho “Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedade” afirma o seguinte: “A mulher se designa chefe de família quase sempre na completa ausência de um parceiro masculino co-residente, enquanto exatamente o contrário acontece com os homens: eles se designam chefes na efetiva presença de uma esposa e filhos” (Scott, 2011, p, 135).

O argumento de Scott (2011) no que diz respeito às mulheres “chefe” ainda está ligado à ausência de uma figura masculina

na residência, diferente dos homens que são “chefes” justamente por ter uma mulher submissa as suas ordens de marido, pai ou irmão, ou seja, o homem da casa, o “protetor”. Entretanto, o autor ressalta que o histórico de estudos sobre “mulheres chefes de família” necessita ser recuperado e sistematizado, para a melhor apreensão dessa questão:

Há um histórico de estudos sobre casas chefiadas por mulheres no Brasil que precisa ser recuperado e sistematizado, por ser indispensável para a compreensão da sua situação. Vale a pena indicar alguns dos pontos altos nesta história, para que se possa pensar em como dar subsídios para iniciar um processo de identificação de temas que devem ser realçados para [1] compreender as casas chefiadas por mulheres e a vida dos seus componentes; [2] identificar a influência das políticas públicas nelas; e [3] recomendar medidas específicas. Mulheres chefiando famílias não deixou de ser uma ocorrência registrada em nenhum período da história, recente ou colonial, do Brasil (Scott, 2011, p, 140).

Vimos que historicamente para as mulheres, apesar de trabalharem fora, seu emprego geralmente não era tido como tal e sim visto como serviços domésticos, ou seja, um trabalho externo, mas que não deixava de ser “trabalho de mulher”, do lar. Levar o sustento para a casa não dava a ela um respaldo, ao contrário, seus esposos não gostavam, pois mesmo que seu trabalho fosse a única renda familiar, ainda era tido como complementar, uma “ajuda” nas despesas da casa, como afirma Fonseca:

Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como um mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto” (Fonseca, 1997, p, 517).

Embora os trabalhos das mulheres sejam de suma importância para o sustento da casa, os homens não querem que isso se torne público, pois vai de encontro às expectativas da sociedade na qual os papéis de homens e mulheres estão pré-definidos.

Partindo desses pressupostos teóricos para pensar relações de gênero e mulheres de uma forma geral, o desafio aqui será voltar estas questões para o contexto amazônico em uma região de fronteira, especificamente na região fronteira Brasil e Peru. No caso da minha pesquisa, observei que algumas mulheres foram deixadas pelos pais de seus filhos após saírem de casa para casar-se novamente, outras decidiram acabar o casamento, ou seja, acontecem ambas as coisas - o abandono e a desistência do casamento, com exceção de uma das interlocutoras que é casada.

Assim, as interlocutoras deste trabalho tornaram-se as únicas ou principais provedoras do lar por dois motivos, seja por obrigação quando foram abandonadas pelo companheiro/marido, ou por opção de não continuarem mais em uma relação em que sofriam violência psicológica, simbólica, física, sexual, etc.; decidiram acabar com o casamento e procurar uma forma de se sustentar sem a presença de um homem.

Desta forma, as minhas interlocutoras, raramente (cerca de 5 a 7 vezes ao ano) recebem ajuda, uma pequena quantia em dinheiro dos pais das crianças. As mulheres com quem trabalho são consideradas de família de baixa renda no município, com salário mínimo no Peru correspondente a \$850 novo sol mensal, equivalente a R\$1.010, 21 no Brasil. Elas conseguem obter mensalmente o suficiente para manter a casa, além de ainda ajudar parte da família que mora em outra cidade, pois Laura ajuda o filho, Naisa manda algum dinheiro para a mãe e Rosa precisa manter a filha estudando, todos eles residentes no município de Iquitos.

Diante disso, considero que o conceito de chefe de família⁴⁴ é um termo que não cabe para pensar o que observei em campo. Considerando os argumentos usados por Carvalho (1998) nos quais afirma que “as mantenedoras podem viver sozinhas, bem como manterem uma relação onde o marido/parceiro esteja presente” (Carvalho, 1998, p. 5), quer dizer, as mantenedoras não necessariamente vivem sozinhas, elas podem ter companheiro ou podem viver sozinhas sem parceiros, penso que considerá-las como “mantenedoras” é a forma mais adequada de qualificar o modo como vivem.

44 Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) chefe de família é uma categoria política e institucional para nominar mulheres que cuidam de suas casas sozinhas sem a presença de um homem.

Essas questões se tornam ainda mais complexas quando se trata de mulheres mantenedoras da família na região de fronteira, considerando as dificuldades em termos de serviços em saúde, infraestrutura, saneamento básico, educação e segurança. Esses municípios são vistos por muitos como uma região pobre nos quesitos mencionados acima, porém a situação de fronteira lhes permite buscar recursos e serviços nos países vizinhos. Embora as interlocutoras vivam numa realidade diferente daquela dos grandes centros urbanos, sofrem de forma semelhante em decorrência da invisibilidade e preconceito. Podem ser comparadas principalmente com aquelas que vivem em favelas e são responsáveis economicamente por sua família.

3.2 Espaços de mulheres, espaços de homens: relações de gênero no contexto público

Para adentrar no contexto das interlocutoras deste trabalho é necessário fazer uma breve descrição dos lugares ocupadas pelas mulheres e pelos homens na fronteira, ou seja, nos locais onde foi desenvolvida a pesquisa. Espaços públicos e a casa entrelaçam-se no trabalho realizado pelas mulheres que fazem as mediações entre esses distintos universos que se complementam. No âmbito doméstico são “amas de casa”, mas é desse trabalho que trazem os conhecimentos necessários para realizar a compra, a preparação e a venda de seus produtos.

A economia na região, além dos serviços públicos no funcionalismo estadual, municipal ou federal, gira em torno da agricultura, pesca e também do comércio. Os comércios de pequeno porte na maioria são informais e é nestes que se encontra o trabalho realizado pelas mulheres participantes desta pesquisa.

Ao observar as cidades deste estudo, constatei que não há mulheres fazendo catraia, que é o traslado entre Benjamin e Islândia, mas notam-se mulheres mototaxistas na cidade brasileira. No Mercado Municipal de Benjamin Constant as mulheres ali presentes estão na venda de comidas e salgados, ou vendendo verduras e legumes. Não se vê mulheres comercializando peixe e apenas algumas na venda da carne. A maioria dos trabalhadores do local são homens,

que estão principalmente presentes na venda de peixes, de carnes, nos pequenos mercadinhos que ficam dentro do estabelecimento. Há vendedores ambulantes homens na parte externa do mercado que vendem cd's/dvd's, até mesmo roupas e chapéus, deste modo, encontram-se também nas adjacências do Mercado Municipal ambulantes homens e mulheres na comercialização de churrasquinhos e salgados.

Na feira coberta e nos arredores são praticamente mulheres que comercializam frutas, hortaliças, legumes e verduras, farinha de mandioca e comidas, mas há alguns homens que trabalham na feira. No geral, não há diferença no que homens e mulheres fazem ou comercializam, eles dividem esse espaço da feira com as mulheres, assim como há vendas de mulheres há também de homens, porém o número de vendedoras é maior. Entretanto, a maioria das mulheres peruanas, bem como as indígenas e não indígenas que se deslocam das comunidades ribeirinhas com o intuito de vender seus produtos, ocupam a área da feira que não é coberta, pois os compartimentos dentro da feira já têm proprietários fixos.

A presença de mulheres como atendentes de supermercados é maior que a presença de homens, pois segundo as palavras de alguns donos de estabelecimentos, elas arrumam melhor as mercadorias nas prateleiras, são mais organizadas. Sabe-se que isso não é fato, é uma construção da sociedade sobre o papel das mulheres na divisão do trabalho, ou seja, há uma visão essencializada de acordo com as características denotadas ao sexo feminino pensadas em termos de cuidado e atenção.

No Município de Islândia nota-se a presença de mulheres principalmente nos comércios onde são vendidas comidas, havendo pouca presença de homens nesses estabelecimentos e quando há, geralmente estão no atendimento ao cliente, assando churrasco, limpando o local ou, em alguns casos, até mesmo na cozinha preparando a comida, ou seja, quando há homens nesses locais não há diferença no desempenho das funções, pois as mulheres também exercem as mesmas atribuições como cozinhar, assar e atender. Entretanto, nota-se o maior número de mulheres nas vendas que trabalham com comidas. Em contrapartida, os homens estão muito presentes na área da construção civil, agricultura e extração de madeiras. Quando as

mulheres vão para os locais de retirada de madeiras, por exemplo, elas não trabalham na sua extração, vão para fazer as refeições, lavar roupas ou outras tarefas ligadas ao fazer do lar. O mesmo acontece com as mulheres que vão ao garimpo, não extraem o ouro, mas fazem todos os afazeres domésticos.

Ao caminhar pelas passarelas (pontes) em Islândia é fácil notar a presença de mulheres vendendo produtos alimentícios prontos para o consumo. Nesses locais arrumam suas banquinhas geralmente com uma mesa e um guarda sol e colocam seus produtos a mostra para atrair a clientela. Isso é mais fácil de notar do período vespertino, ao entardecer, quando é comum encontrar nessas banquinhas churrasquinhos, frutas, “juanes”, sucos, dentre outros alimentos. É assim que uma de minhas interlocutoras vende, na ponte na área central de Islândia, onde monta a sua venda e oferece seus produtos.

Já nas lojas é mais comum encontrar homens vendendo, pois estão à frente do comércio, seja loja de roupas, objetos de construção ou mercadinhos. Há mulheres também nesses espaços, porém em menor quantidade, como no caso de Laura que tem uma loja no Centro Comercial Islândia, mas seu esposo e filho é que ficam o maior tempo, enquanto Laura faz os afazeres domésticos na casa, sendo que quando vai para a loja não deixa de fazer as tarefas que estão ligadas ao lar, como limpar, arrumar as mercadorias nas prateleiras ou até mesmo costurar, como relatei anteriormente.

É comum também encontrar na cidade casas em que um dos cômodos se transforma em mercearia ou mercadinho. Notam-se algumas placas fixadas nas fachadas das casas explicitando que ali tem algo a vender ou que funciona um mercadinho e, nesses casos, a grande maioria são mulheres que comercializam, tendo em vista que os produtos oferecidos são feitos na própria casa, como dindin⁴⁵, refeições. Afirmo isso porque ao caminhar pela cidade, quando parava para comprar algo nesses locais, eram mulheres que atendiam e quando não havia um produto, explicavam que não tinham saído para comprar a matéria-prima para fazer tal coisa, como o dindin, por exemplo.

Percebe-se que os lugares ocupados por essas mulheres na fronteira, em sua maioria, são relacionados aos afazeres domésticos,

45Nos lugares desta pesquisa é chamado de dindin ou curite mas em outros lugares conhecem por sacolé, chup- chup, geladinho dentre outros nomes.

tanto nos casos das interlocutoras quanto das mulheres nos arredores. Considerando os produtos comercializados por essas mulheres, percebe-se que elas levam para o comércio produtos que estão direta e indiretamente vinculados ao trabalho doméstico como veremos a seguir.

No universo do trabalho prevalece também uma lógica de complementaridade entre o feminino e o masculino, como pode observar na venda das minhas interlocutoras. Além disso, mesmo que três delas não tenham marido, suas narrativas permitem afirmar que vivem a partir de uma lógica relacional como foi pontuado no capítulo dois porque cuidam dos filhos e da casa para depois ir fazer o trabalho extra doméstico, na “venda”.

Nesse sentido, Marla Reis (2018), em sua análise sobre “Mulheres que botam banca”: gênero e venda de comida em bairros populares de Santarém/Pa”, argumenta que as diferenças biológicas entre os sexos há muito tempo têm enquadrado a mulher como naturalmente reprodutora e para o lar, já o homem como provedor e para o público, como segue a citação:

As diferenças anatômicas entre os corpos femininos e masculinos têm servido como justificativa “natural” para marcar diferenças socialmente construídas, estas se expressam especialmente na forma da divisão sexual do trabalho. Onde cabe ao homem atividades voltadas para a produção e a mulher a atividades relacionadas a reprodução. Assim em diversas sociedades o local do homem é fora vendo e sendo visto, trabalhando nos campos e ambientes externos, enquanto a mulher deve ficar no ambiente interno do lar, e se preocupar com cuidado da família e dos filhos (Reis, 2018, p. 83).

Esta diferença, portanto, tem ainda se expressado com muita força além dos espaços públicos no âmbito da divisão do trabalho doméstico, pois ao se casarem, homens e mulheres tendem a seguir a lógica relacional em que as mulheres cuidam dos filhos e da casa e os homens trabalham fora. E as mulheres, ainda que não tenham uma relação conjugal, vivem essa lógica, seja com o pai, irmãos, filhos ou homens que morem na casa, como é o caso das interlocutoras aqui destacadas. No entanto, no quadro de atuação das mulheres interlocutoras, os espaços públicos e privados se entrelaçam, uma

vez que elas transitam e ocupam ambos os espaços, porém ainda nessa lógica da complementaridade, pois determinados trabalhos, especialmente aqueles que implicam carregar peso, manejar barcos são vistos como trabalhos masculinos enquanto aqueles que estão associados ao cuidado e atenção são considerados femininos.

3.3 “Mujeres en la venta”

A expressão “mujeres en la venta” é uma declaração feita por parte das interlocutoras que se refere ao lugar que estão ocupando no âmbito da comercialização. Por mais que essas vendas sejam em suas casas, é uma forma de expressar que estão trabalhando para além do âmbito doméstico, ultrapassando o espaço da casa.

A “venda” envolve todo o processo de comprar, preparar e vender os produtos, bem como também a organização do espaço onde são vendidos, ou seja, trata-se do processo de comercialização que vai desde adquirir a passar os produtos para o consumidor final.

As mulheres desenvolvem trabalho em suas vendas ou loja e cuidam da casa e dos filhos ou do marido, mas esse trabalho possibilita a flexibilidade nos horários, tendo em vista que são autônomas, não têm patrões. A prioridade na realização desses trabalhos é o que muda na experiência de cada uma delas. Desta forma, conseguem associar o trabalho remunerado aos cuidados domésticos, ou seja, tanto ser “ama de casa” quanto trabalhar “en la venta”, desenvolvendo atividades extra domésticas vinculadas ao trabalho doméstico. Levam, portanto, o conhecimento doméstico até a venda. Em relação a isso, Marla Reis (2018) ao analisar trajetórias de mulheres na cidade de Santarém no estado do Pará, argumenta que:

A opção de se dedicar ao cuidado da família não anula a possibilidade dessas mulheres de desenvolverem atividades econômicas em suas casas, seja para evitar o empobrecimento das famílias, para alcançar algum intento ou até mesmo forma de socialização. Assim mulheres acabam elegendo atividades que possuam um horário flexível, funcionem no domicílio e que acionem conhecimentos que elas já tenham (Reis, 2018, p, 57,58)

Elas usam a expressão “venta”, que em português vem do verbo vender, sendo que nas suas narrativas aparecem frases como “yo voy a mí venta”, ou “voy a vender en mi venta”, em algumas ocasiões aparecem “voy a mi tienda” que em português significa “vou a minha loja”. Esta última expressão foi mencionada por apenas uma das interlocutoras que possui uma loja no Centro Comercial Islândia. Não foi um cômodo da casa que foi transformado em um ponto comercial, e não é também banquinha montada na passarela do município, como das demais interlocutoras que usam o termo “venta” para se referirem aos seus pontos comerciais feitos tanto na casa quanto nas pontes.

Deste modo, “mujeres en la venta” vai além de dizer que elas estão a vender algo, pois essa colocação denota que as mulheres naquela região estão presentes no âmbito dos espaços públicos, neste caso nas vendas: nas banquinhas localizadas nas passarelas ou ruas. As que trabalham para si próprias estão principalmente nas vendas que dizem respeito a comidas, nas “vendas” com baldes cheio de sucos⁴⁶, nas vendas de doces e salgados, café da manhã, almoço ou nas banquinhas de churrasco. Ainda é possível vê-las nas vendas de produtos oriundos da agricultura familiar, ou seja, mulheres que normalmente são de comunidades ribeirinhas e levam para vender na cidade hortaliças, legumes, farinha, banana, dentre outros produtos agrícolas.

“Mujeres en la venta” são responsáveis pelo seu próprio negócio, administrando-o e levando-o à frente a partir do seu conhecimento sobre produtos e modos de fazer e, também, pelo conhecimento que possuem da região que lhes permite circular.

Fonseca (1995) ao escrever sobre o estereótipo da mulher enclausurada, afirma que ela precisaria de uma boa desculpa para realizar atividades fora da casa, como segue a citação:

A existência do estereótipo da mulher enclausurada em casa não significa que as mulheres não desempenhem atividades cotidianamente fora do lar. Contudo, para uma mulher *assumir* que esteve na rua, incorporando no seu relato autobiográfico o fato de que já desfrutou da liberdade ou das aventuras deste mundo tido

46 Os sucos são geralmente de frutas naturais feito pelas próprias vendedoras, mas em alguns casos há também sucos com sabor artificial de frutas. E são vendidos no copo descartável, o valor é em torno de R\$ 1,00. A fruta para fazer o suco é comprado nos municípios de Benjamin Constant, Islândia e Iquitos.

como masculino, é inegável que ela precisa de uma boa desculpa. A transgressão moral do marido e a necessidade da ação feminina extraordinária para endireitar a situação vêm, neste caso, a calhar (Fonseca, 1995, p, 11).

O trabalho que minhas interlocutoras realizam pode ser considerado trabalho fora? Bom, as tarefas nas vendas são voltadas para o exterior, para um público além de seus vizinhos ou conhecidos. Portanto, mesmo que suas vendas sejam nas casas, podem ser consideradas trabalho externo, tendo em vista que elas vão comprar os produtos e se deslocam de um lugar para outro, em outras cidades ou países e isso exige tempo e um esforço maior, especialmente para transportar os produtos.

Nesse sentido, as mulheres com quem dialoguei, passaram pelo que Fonseca (1995) chama de enclausuramento e se tornaram ativas no trabalho fora do lar como mantenedoras da casa, ou seja, o que era tido somente como “ajuda” passou a ser a principal atividade mantenedora. A “ajuda” refere-se ao tempo em que possuíam marido ou companheiro, remete a algo secundário e, ao contrário, a remuneração das mulheres não é secundária, é do seu trabalho na “venda” que vem o sustento familiar.

Vale lembrar que o trabalho das mulheres nos espaços públicos não é algo novo, mas é um trabalho invisibilizado ou quando é percebido é visto como masculino, principalmente quando elas fazem trabalho considerado de homem, como carregar peso. É o que acontece com as interlocutoras quando, por exemplo, carregam uma quantidade de peso que normalmente as mulheres não costumam fazer.

Ao acompanhar as mulheres fazendo compras no município de Benjamin Constant, pude observar esse fato, como no caso de Naisa que comprou uma quantidade grande de buriti, colocou o saco nas costas e o carregou, foi quando ouvi comentários por parte de alguns homens “essa mulher parece homem carregando peso”, ou “nem parece mulher carregando tanto peso⁴⁷”. Esses comentários levam-me a afirmar que elas são vistas como homens pelo fato de estarem fazendo uma atividade que é reconhecida como masculina. Não é pelas vestimentas, não é pelos modos de gesticular ou falar

47 Neste caso era um saco de fibra com aproximadamente 35 kilos. E elas decidem carregar porque não podem ou não querem pagar um carregador para levar até a canoa para fazer o traslado.

que elas são vistas como homens, mas sim pelo tipo de trabalho que realizam.

No seu cotidiano de trabalho, diariamente realizam as mesmas tarefas, necessitando carregar peso ou não, mas são atividades cansativas que exigem muito esforço por parte delas e ao fazerem esses trabalhos considerados “pesados” passam a ser associadas aos homens.

Em seu estudo sobre “mulheres rurais”, Paulilo (2016) discute sobre o trabalho “leve” e “pesado” e afirma que essas duas categorias mudam de acordo com o sexo do trabalhador e as características de exploração do solo nas diversas terras agrícolas. O trabalho denominado como “pesado” é associado aos homens enquanto o trabalho “leve” é associado ao que as mulheres fazem. No entanto, a autora destaca “o peso do trabalho leve”: “Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso ou mesmo nocivo a saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças” (Paulilo, 2016, p, 115).

Como se vê, o trabalho leve pode ser prejudicial à saúde e não se pode dizer que é um fazer ameno, dispensável ou que é menos exigente do que os realizados pelos homens, ao contrário, é tão necessário e exigente quanto o trabalho masculino, mas é qualificado como “leve” porque desenvolvido por mulheres e crianças.

Na “venda”, o trabalho realizado pelas mulheres não é menos necessário ou menos exigente do que aqueles realizados por homens, mas elas são vistas como homens por realizarem um trabalho que é considerado “pesado”. Dona Naisa, por exemplo, carrega diariamente os objetos que compra até a casa e da casa até a venda, sendo que nesta última utiliza um carrinho de mão, e isso exige força e paciência. Neste caso, o tipo de trabalho que realizam exige força na maior parte do tempo e mesmo que tenham condições de realizá-lo não são reconhecidas, ao contrário, são desqualificadas por executarem atividades que são vistas como masculinas.

3.4 Notas etnográficas sobre o cotidiano das interlocutoras

As interlocutoras residentes em Islândia saem diariamente de suas casas para comprar ou vender produtos. Naisa acorda diaria-

mente às cinco horas, exceto sábado, porque sua religião não permite trabalhar, para preparar os produtos que ela venderá naquele dia, ou para ir a Benjamin Constant comprar para revender. Ela retorna para sua casa por volta das sete horas para terminar de arrumar e preparar os produtos, para que esteja tudo pronto e possa se deslocar a fim de iniciar às dez horas a sua venda na banquinha na orla de Islândia. Quando ela não quer ou não pode ir pela manhã, desloca-se para a venda no horário da tarde, por volta das treze horas. É importante ressaltar que quando dona Naisa vai vender pela manhã, volta para sua casa quando termina de vender os produtos expostos naquele dia, isso por volta das quinze horas. Quando isso acontece, vai a sua casa para deixar os objetos e retorna a Benjamin Constant para comprar mais produtos, isso faz com que não precise viajar pela manhã. Mas independente se ela vai ou não ao outro município, acorda às cinco horas, para dar de comer aos animais que ela cria, como galinhas e cães, faz café, lava suas roupas, mas de acordo com ela, faz isso quando tem folga do comércio.

Naisa vai sozinha, é ela quem compra e carrega as mercadorias para a canoa, para fazer o traslado, ou quando compra no próprio município é ela também quem carrega para sua casa. Na grande maioria das vezes faz tudo sozinha, pois recebe ajuda do filho que mora com ela ou do genro que mora perto da venda uma vez ou outra. Na hora da comercialização fica sozinha, quando necessita comprar gelo para colocar no suco ou sacola para pôr as frutas, sucos e etc para o cliente levar, ou até mesmo fazer uma entrega que o cliente pede, mais distante do lugar de sua banquinha, ela deixa a venda sozinha, e ninguém mexe nos produtos que ficam expostos. Se o cliente chega enquanto não está, eles esperam por ela.

Laura, nas primeiras horas da manhã, cuida dos afazeres domésticos, faz café da manhã, limpa a casa, lava roupas, faz o almoço e quando termina de fazer esses afazeres, se arruma e vai até a venda levar comida, por volta das onze horas, para o seu esposo e para seus filhos que estão na venda. Na venda ela atende os clientes e quando não está lhes atendendo, costura roupas de sua família.

Rosa afirma que acorda por volta das seis horas para fazer café, arrumar e deixar sua filha na escola. Quando retorna para casa lava louça e roupa, limpa a casa, faz almoço e após busca sua filha na

escola. Ela vai pelas pontes com uma sombrinha, pois o sol é muito quente nesse horário, elas voltam, almoçam e seu filho vai à escola as treze horas. Ela e sua filha ficam em casa e, por volta das dezesseis horas, vão à casa de seus pais, onde às vezes jantam, fazendo com que não seja necessário cozinhar. Isso é a rotina de quando ela não sai para trabalhar fora. Quando está em casa, faz suas vendas durante todo o dia.

Quando vai trabalhar na Ilha de Santa Rosa, o que acontece duas ou três vezes por semana, acorda mais cedo ainda, às cinco horas. Antes de sair deixa café pronto para os filhos e às seis horas sai de Islândia rumo à Vila. Nesses dias é seu filho mais velho quem leva e busca sua filha na escola. Quando ela pode preparar o almoço na noite anterior, o filho somente esquentar a comida para que ele e sua irmã alcem, mas quando ela não deixa preparado seu filho, que não sabe cozinhar, faz comidas rápidas como ovo ou enlatados. Rosa chega de seu trabalho entre dezoito e dezenove horas. É importante ressaltar que vai de lancha paga por ela mesma para o trabalho.

Mara reside na casa de sua irmã com mais duas famílias, totalizando doze pessoas. Para conseguir manter organizada a rotina de sua família, Mara inicia os afazeres domésticos a partir do momento em que acorda, por volta das cinco horas, faz o café dos dois filhos que estudam no horário matutino, o outro ainda não estuda porque tem somente dois anos de idade. Ela não precisa ir deixá-los na aula, pois sabem chegar na escola sozinhos.

Quando as crianças retornam da escola, ela está arrumando a casa, lavando roupas e louças, cozinhando, serviço esses que são necessários fazer diariamente. Na maioria das vezes precisa fazer isso não somente para seus filhos e sim para todas as pessoas que residem na casa, pois é a única adulta que não trabalha fora. De acordo com ela, isso se torna cansativo, pois moram muitas pessoas na casa. No entanto, consegue fazer tudo pela parte da manhã, para que a tarde fique somente cuidando da venda e de seus filhos, mas é necessário cozinhar o jantar e por volta das dezoito horas começa a fazê-lo.

Nos domingos essa rotina alivia um pouco, pois não precisa lavar roupas e nem cozinhar para todos, somente para ela e seus filhos. Nas tardes de domingo tira folga para passear com os filhos, assistir a uma partida de futebol no campo de Islândia, ou vão até a

orla para assistirem ao vôlei jogado pelos conterrâneos ou, até mesmo, para visitar os familiares.

3.5 As variedades e os produtos comercializados

Descreverei aqui os produtos que as mulheres comercializam, seja na loja, na banquinha ou em suas casas. Como pode ser visto no quadro abaixo, as interlocutoras desta pesquisa vendem os mais diversos produtos, dentre eles comidas prontas, frutas, utensílios domésticos, roupas, cosméticos, bebidas, etc. Os produtos, ligados ao âmbito doméstico, são levados para os espaços intermediários ou fora da casa, ou seja, ganham dinheiro com comidas e produtos que fazem parte do seu cotidiano e do seu universo de conhecimento.

Para melhor explicitação dos produtos comercializados pelas interlocutoras, bem como onde são comprados e vendidos, além da variedade dos produtos apresento um quadro resumido:

Quadro 1. Descrição dos produtos

Nº	Descrição dos produtos	Municípios onde são comprados produtos/ mercadoria	Municípios onde são vendidos	Interlocutoras que comercializa o produto
1	Linguiça calabresa	Benjamin Constant	Iquitos	Naisa
2	Bolo de milho	Benjamin Constant	Islândia	Naisa
3	Bolo de trigo	Benjamin Constant	Islândia	Naisa
4	Buriti	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Naisa
5	Manga	Benjamin Constant, Islândia e Iquitos	Islândia	Naisa
6	Cajarana	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Naisa
7	Pupunha	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Naisa
8	Milho	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Naisa

9	Cubiu	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Naisa
10	Juane	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Naisa
11	Sucos de frutas	Benjamin Constant, Islândia e Iquitos	Islândia	Naisa
12	Queijo	Benjamin Constant	Iquitos	Naisa
13	Sapatos	Tabatinga	Iquitos	Naisa
14	Papel higiênico	Benjamin Constant	Islândia	Laura
15	Pratos descartáveis	Benjamin Constant	Islândia	Laura
16	Baldes de plástico	Iquitos	Islândia e Benjamin Constant	Laura
17	Bacias de plástico	Iquitos	Islândia Benjamin Constant	Laura
18	Panelas	Iquitos	Islândia e Benjamin Constant	Laura
19	Pratos de vidro	Iquitos	Islândia	Laura
20	Colher inox	Iquitos	Islândia e Benjamin Constant	Laura
21	Garfo inox	Iquitos	Islândia e Benjamin Constant	Laura
22	Facas de mesa	Iquitos	Islândia e Benjamin Constant	Laura
23	Canecas	Iquitos	Islândia	Laura
24	Copos de vidro	Iquitos	Islândia	Laura
25	Jarras de plástico	Iquitos	Islândia	Laura
26	Faca de cozinha	Iquitos	Islândia	Laura
27	Blusas	Iquitos	Islândia	Laura
28	Camisetas	Iquitos	Islândia	Laura
29	Redes	Iquitos	Islândia	Laura
30	Flores de plástico	Iquitos	Islândia	Laura

31	Cadeira de plástico	IQUITOS	Islândia	Laura
32	Guarda chuva	IQUITOS	Islândia	Laura
33	Bonecas	IQUITOS	Islândia	Laura
34	Carrinhos de brinquedo	IQUITOS	Islândia	Laura
35	Dipirona	Benjamin Constant	Islândia e Benjamin Constant	Laura
36	Ibuprofeno	Benjamin Constant	Islândia e Benjamin Constant	Laura
37	Enxofre	IQUITOS	Islândia e Benjamin Constant	Laura
38	Agulha de costura	IQUITOS	Islândia e Benjamin Constant	Laura
39	Linha de costura	IQUITOS	Islândia e Benjamin Constant	Laura
40	Meias de malha	IQUITOS	Islândia e Benjamin Constant	Laura
41	Vasos de cerâmica	IQUITOS	Islândia	Laura
42	Ovos	Benjamin Constant e IQUITOS	Islândia	Rosa
43	Arroz	Benjamin Constant	Islândia	Rosa
44	Sal	Benjamin Constant	Islândia	Rosa
45	Dindin	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Rosa
46	Batom	IQUITOS e Benjamin Constant	Islândia	Rosa
47	Crems para pele	IQUITOS e Benjamin Constant	Islândia	Rosa
48	Perfumes	IQUITOS e Benjamin Constant	Islândia	Rosa
49	Capas de liquidificador	Benjamin Constant	Islândia	Rosa
50	Capas de botijão de gás	Benjamin Constant	Islândia	Rosa
51	Enfeites de mesa em EVA	Benjamin Constant	Islândia e Benjamin Constant	Rosa

52	Lembrancinha de datas comemorativa de EVA	Benjamin Constant	Islândia e Benjamin Constant	Rosa
53	Cerveja	Benjamin Constant	Islândia	Mara
54	Gelo	Islândia	Islândia	Mara
55	Dindin	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Mara
56	Refrigerante	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Mara
57	Picolé	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Mara
58	Salgadinhos	Benjamin Constant e Islândia	Islândia	Mara
59	Bolachas	Benjamin Constant	Islândia	Mara

Fonte: Dados de campo, 2018.

As mulheres comercializam diversos tipos de mercadorias, não seguindo uma linha apenas. Na linha alimentícia encontram-se linguiça calabresa, bolos de milho e trigo, frutas como: buriti; manga; cajarana; pupunha; milho e cubiu, tem também o juane⁴⁸, queijo, ovos, arroz, sal, dindin, salgadinhos e bolachas. Já no que diz respeito a bebidas encontram-se sucos de frutas, refrigerantes e cerveja. No que diz respeito a objetos domésticos estão baldes, pratos, bacias, panelas, colheres, garfos, facas, canecas, copos, jarras, cadeira, agulha e linha de costura. No tangente a artesanato estão capas para liquidificador e botijão de gás, enfeites de mesa e lembrancinhas de datas comemorativas em EVA⁴⁹. Na parte dos cosméticos estão cremes para pele, perfumes, maquiagem. Na parte do vestuário estão sapatos, blusas, camiseta e meias de malha. Brinquedos como bonecas e carrinhos. Produtos de higiene pessoal como papel higiênico. Dentre os remédios encontra-se dipirona, enxofre e ibuprofeno. E outros como pratos descartáveis, rede de balançar, flores de plástico, guarda chuva e vasos de decoração em cerâmica.

Naisa é a única que prepara os alimentos diariamente, ou seja, são produtos perecíveis que podem estragar com facilidade. As de-

48 Alimento feita com arroz e frango pré-cozidos e embrulhados em uma folha grande, normalmente de bananeira, e cozido novamente em água fervente. O material para preparação do juane é adquirido no Município de Benjamin Constant/Am.

49 EVA é a sigla para definir acetato-vinilo de etileno, este material é mais conhecido como papel emborrachado

mais interlocutoras trabalham com produtos não perecíveis. Laura, por exemplo, é a única que não trabalha com preparação de alimentos para comercializar. Mara e Rosa, por sua vez, só preparam o dindin, os demais são produtos industrializados.

Como já dito anteriormente, Dona Naisa carrega suas mercadorias dentro de um carrinho de mão. Ela monta sua banquinha com uma mesa, um guarda sol e os produtos oferecidos naquele dia, que, na maioria das vezes, não são os mesmos do dia anterior, pois variam de acordo com a disponibilidade nas feiras, tanto de Islândia quanto de Benjamin Constant, como por exemplo: um dia ela vende bolos de trigo e de milho⁵⁰, que ela mesmo faz, frutas como buriti, manga, cajarana, pupunha, milho, cubiu, etc, depende também do período em que essas árvores dão frutos, em outro dia ela vende “juane”. O que não pode faltar em sua banquinha é o suco, que são dos mais diversos, como abacaxi, buriti, manga, maracujá.

Um detalhe importante é que dona Naisa vende essas frutas todas descascadas e prontas para o consumo. A pupunha, por exemplo, é acompanhada por um molho feito de cubiu, cebola rocha e sal, já a manga, o buriti, a cajarana são acompanhadas somente por sal. Saliento que essa forma de consumir as frutas é diferente se comparada ao modo como os brasileiros as utilizam.

Quando Naisa viaja para Iquitos leva calçados brasileiros⁵¹ e linguiça calabresa para revender. Já da cidade de Iquitos para Islândia leva frutas, roupas, queijo, etc. Porém, quando não pode fazer a viagem quem compra as mercadorias para ela em Iquitos é sua neta, mas geralmente não correspondem ao que pediu, pois as frutas não chegam muito boas para oferecer aos clientes. De qualquer forma afirma que consegue vender tudo. Além de vender em sua banquinha, Naisa vende as roupas e os queijos comprados em Iquitos para pagar a prestação, o prazo dado por ela varia entre 15 a 30 dias. Passados esses dias, Naisa vai fazer a cobrança nas residências dos clientes durante um dia e, por esse motivo, algumas vezes não vai trabalhar em sua venda. Entre as quatro interlocutoras Naisa é a que mais lucra, tendo uma renda diária de S/50 soles. Supondo que Naisa trabalhe 30 dias no mês sua renda mensal seria de S/1500 soles, equivalente a R\$1.844, 55, porém há meses em que Naisa não trabalha os trinta dias, logo essa renda diminui.

50 O material para fazer o bolo é adquirido no município de Benjamin Constant/Am

51 Os calçados levados para Iquitos por Naisa são comprados no Município de Tabatinga/Am

Já dona Laura e sua família vendem produtos diversificados de utensílios domésticos ou não, bem como também vendem como ambulantes no município de Benjamin Constant. No Centro Comercial, vendem vasilhas de plásticos: baldes, bacias, pratos, canecas, jarra, etc, produtos de outros materiais como panelas, talheres, roupas, cadeiras de plástico, flores de plástico, redes, guarda chuva; brinquedos como bonecas, carrinhos; objetos de decoração como: vasos de cerâmica; agulha e linha de costura, papel higiênico, pratos descartáveis de isopor, remédios como: dipirona, ibuprofeno, enxofre.

Imagem 12. Vasilhas de plásticos à venda no Centro Comercial Islândia



Fonte Acervo Pessoal, 2018

A imagem acima é da loja de dona Laura onde ela e sua família trabalham para sustentar os filhos que moram com ela em Islândia e também o filho que mora em Iquitos que está estudando e depende de seus pais para continuar sua formação.

Imagem 13. Loja no Centro Comercial Islândia



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Na loja no Centro Comercial é o lugar onde dona Laura tira o maior lucro nas vendas. Pois é um ponto fixo e estratégico na orla do município, tem a fidelidade de alguns clientes, além dos preços mais baixos se comparado a outros lugares em Islândia. Os produtos que aparecem nas imagens são todos peruanos. Já os produtos advindos de Benjamin Constant e comercializados por Laura são papel higiênico, pratos descartáveis de isopor. Dona Laura, tem renda mensal que varia de S\$650,00 a S\$1000,00 soles (moeda monetária do Peru) equivalente a R\$765,66 a R\$1.177,00.

Rosa que comercializa em sua residência, em dois mil e dezesete vendia ovos, arroz, sal, dindin, cosméticos como batom, cremes para pele, perfumes, assim como artesanatos que sua irmã confeccionava para ela revender, como: capas em tecidos de liquidificador e de botijão de gás, enfeites de mesa feito de placas de EVA, lembrancinhas de data comemorativa. Rosa saía para vender os cosméticos e os artesanatos nas casas das clientes, para mais conforto e comodidade delas e assim garantia uma venda maior e mais lucro. Os ovos, o arroz e o sal ficavam em uma pequena prateleira na parede da casa, ou na mesa, à mostra para os clientes. Já os artesanatos e os cosméticos ficavam no quarto dela sendo retirados somente quando um cliente procurava ou quando ela saía para revender. Na frente de sua casa havia duas placas, uma dizendo “Aqui tem uma revendedora natura” e a outra “vende-se dindin”. Rosa, juntando o valor das vendas e de outros trabalhos que faz, tem renda mensal de S\$1.200,00 soles, equivalente a R\$1.413,53 reais.

Mara vende cervejas, dindin, refrigerantes, gelo, picolé, dentre outros itens como bolachas e salgadinhos, que não são mencionadas na placa da imagem abaixo. A imagem corresponde à placa fixada na fachada da casa de Mara, sendo uma forma para chamar atenção, pois assim não somente atrai clientes residentes em Islândia, mas também de outros lugares. Esse tipo de plaquinha que expõe os nomes dos produtos à venda é comum no município:

Imagem 14. Placa com nomes de produtos à venda



Fonte: acervo pessoal, 2018.

A plaquinha improvisada explicita os produtos oferecidos por Mara, escritos na língua espanhola, a cerveza traduzida para o português é cerveja, o hielo é o gelo que ela mesmo faz em sacolas de medida de 2 kilogramas, o curichi é o dindin que também produz e os sabores são variados, depende das frutas que adquire tanto em Islândia como em Benjamin Constant, pode ser de buriti, cupuaçu, ou mesmo de achocolatado. A gaseosa é o refrigerante que é adquirido tanto no Brasil quanto no Peru, já o adoquin é como se fosse o picolé.

Com a venda dos produtos obtém entre S\$5,00 e S\$10,00 soles diário. Ainda recebe a pensão de um de seus filhos no valor de S\$300,00 soles. Se ela vender todos os dias pegando o menor valor do lucro, sua renda mensal nas vendas é de S\$150,00 soles. Somando esses dois valores a renda mensal de Mara é S\$450,00 soles, equivalente a R\$530,53 reais.

3.6 Trajetos para compra e locais onde são vendidos

Os trajetos feitos pelas mulheres para comprar não são escolhidos aleatoriamente, são lugares que conhecem devido à qualidade dos produtos ou pelos preços melhores.

Exemplificarei um trajeto feito por dona Laura para ir até Leticia comprar mercadorias. De Islândia, onde mora, necessita

passar pelos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga que são passagens para chegar em Letícia. Nesse percurso interage com várias pessoas que não são seus familiares, conexões necessárias para chegar ao destino final de compra.

Dona Laura também compra nas cidades de Benjamin Constant, Tabatinga e Iquitos de onde é a grande parte de sua mercadoria. Em alguns casos, compra em Letícia quando não encontra o que procura nos municípios mais próximos. Laura é quem viaja para comprar mercadorias, principalmente quando necessita ir a Iquitos e, embora ela tenha um filho residente na cidade, prefere ir pessoalmente ver e comprar os produtos comercializados pela família, pois assim garante produtos de qualidade para oferecer aos seus clientes.

Naisa compra seus produtos em Benjamin Constant e na própria Islândia, Iquitos e raramente em Tabatinga ou Letícia. Nesses dois últimos municípios compra quando viaja a Iquitos e revende sapatos brasileiros que, de acordo com ela, são muito requisitados e apreciados entre os peruanos, assim como a Linguiça Calabresa que não há no Peru. Nos municípios brasileiros, vai também pessoalmente comprar os produtos para revender, pois ficam mais próximos para ela. Já os produtos advindos de Iquitos, local mais distante e para onde não pode estar viajando mensalmente, obtém os produtos de duas formas – por encomenda pelo dono das embarcações que viajam ao município peruano ou por meio de sua neta que reside em Iquitos. De acordo com dona Naisa, somente os produtos que adquire pessoalmente são de boa qualidade, pois sua neta e o dono da embarcação não sabem escolher.

Rosa adquire os produtos alimentícios também das cidades de Iquitos, Benjamin Constant e Tabatinga. Já no caso dos cosméticos, são de revistas, sendo que faz o pedido com a representante local da marca do produto que é transportado pelas embarcações, assim como outros produtos que obtém pela mesma via.

Mara, a única que não faz encomenda de Iquitos, trabalha com mercadorias oriundas principalmente do município de Benjamin Constant. Os produtos peruanos vendidos por ela são comprados de terceiros, dos comerciantes locais. As bebidas alcoólicas e outros produtos como os salgadinhos, arroz, etc, são comprados no município brasileiro de Benjamin Constant, já os refrigerantes são advin-

dos de Iquitos, pois têm um custo menor, levando em consideração o câmbio da moeda peruana Sol para o Real.

Na imagem abaixo está o centro comercial de Benjamin Constant, sendo que os círculos vermelhos são onde normalmente as mulheres ou os parentes dela (no caso de Dona Laura) compram e vendem mercadorias, normalmente próximo a feira e ao mercado municipal onde tem o maior volume de pessoas. O círculo maior com bordas pretas é onde vendem suas mercadorias, pois diferente de Islândia não tem um ponto fixo e circulam nas proximidades dos supermercados, lojas, agências bancárias para oferecerem seus produtos.

Figura 9. Locais de venda e/ou compra de produtos no município de Benjamin Constant



Fonte: Google Earth, 2018, adaptada por Peres, Marilene.

O ponto azul representa o mercado municipal de Benjamin Constant, onde há várias pessoas comercializando. Na frente do mercado e do outro lado da rua há uma grande quantidade de comércios peruanos, nesses comércios se vendem produtos originários dos três países que compõem a tríplice fronteira, como produtos perecíveis e não perecíveis, cosméticos, calçados e roupas, eletroeletrônicos, dentre outros. Ao lado da feira municipal representado pelo destaque amarelo na figura acima, também há lojas de donos peruanos, sendo que a maioria dessas lojas é de produtos alimentícios.

As interlocutoras não compram grandes quantidades de alimentos que precisem de energia elétrica para conservar, daí um dos

motivos da necessidade de irem diariamente adquiri- los no município brasileiro, pois não possuem geradores próprios e dependem exclusivamente da energia oferecida pela rede pública.

Os produtos podem ser comercializados pelas interlocutoras em pontos fixos ou não, em alguns casos elas vão até a casa dos clientes como o faz Rosa. Seu ponto fixo é na residência, mas também oferece o serviço com mais comodidade. No caso da família de Laura, eles vão até onde há mais aglomeração de pessoas como quem tem um ponto fixo e leva também algumas mercadorias mais perto da clientela. Já no caso de Naisa, os clientes vão até ela e ela vai até os clientes, pois apesar de ter uma banquinha móvel, mantém o ponto fixo em uma das pontes no centro da cidade e faz entrega para os clientes mais próximos de seu ponto. Mara tem o ponto fixo na residência e raramente leva os produtos para os clientes, exceto quando há jogo de futebol quando carrega seu isopor com bebidas e salgadinhos para vender para aos que estão apreciando a partida e para os jogadores.

Na figura abaixo, os círculos vermelhos indicam a localização no município peruano onde as mulheres vendem, sendo lugares fixos fora da casa, como a venda de Dona Laura no Centro Comercial Islândia, marcado com o quadrado azul. A outra possui uma banquinha na ponte (rua) próxima a este Centro Comercial. Já a área representada pelo círculo maior com bordas pretas são os locais onde as interlocutoras comercializam na própria casa:

Figura 10. Localização das vendas no Município De Islândia



Fonte Google Earth, 2018. Adaptada por Peres, Marilene

É neste município que as interlocutoras residem e trabalham, pois saíram de suas cidades de origem em busca de uma melhoria de vida. E de acordo com suas narrativas, morar nesta fronteira é ter melhores oportunidades para o trabalho que realizam.

Naisa sai todos os dias de sua casa para uma das pontes de Islândia a fim de garantir o sustento de sua família. Trabalha com comidas feitas em casa e também com frutas, em uma barraquinha na ponte da orla de Islândia. Transporta seus produtos dentro de um carrinho de mão, monta sua banquinha com uma mesa, um guarda sol e os produtos oferecidos naquele dia que, na maioria das vezes, não são os mesmos do dia anterior. Os produtos variam de acordo com a disponibilidade das feiras, tanto de Islândia quanto de Benjamin Constant, onde ela costuma comprar também para revender. Diariamente Naisa sai para vender, o horário de “venda” é pela manhã por volta das 8 horas e 30min e lá fica até acabar os produtos, porém quando não consegue ir pela manhã vai à tarde, às 14 ou 15 horas quando o sol não está muito forte.

Imagem 15. Interlocutora descascando buriti



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Esta foto ilustra, dona Naisa descascando buriti para vender, sua banquinha localiza-se na ponte que aparece no fundo da

imagem. Devido ao sol muito forte, permanece na casa de seu filho, próximo a sua “venda”, isso quando não tem muito movimento de clientes. Fica de olhos atentos, quando um cliente chega perto da banquinha, corre para atendê-lo.

A venda de dona Laura localiza-se no Centro Comercial Islândia onde anteriormente funcionava um internato, porém o internato ganhou um prédio novo no município, de acordo com informações de moradores. O governo federal do Peru fez algumas mudanças e melhorias no município, entre elas o prédio do Centro Comercial. Anteriormente, os vendedores ocupantes dessas lojas comercializam nas próprias residências, no centro de Islândia, sendo que suas casas eram de dois andares, no primeiro andar era a loja e no segundo seu local de moradia. Essas pessoas tiveram que tirar suas lojas/casas de lá, pois de acordo com as autoridades do município as casas corriam risco de desabar, além da questão estética para a cidade, as casas ficavam bem próximas à margem do rio e os barrancos estavam caindo.

Imagem 16. Centro Comercial Islândia



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

No Centro Comercial Islândia funcionam várias lojas, onde são comercializados vários tipos de produtos, só não encontramos o que diz respeito a comidas, mas encontramos celulares, roupas e

calçados, louças em geral, bem como vasilhas de plástico, dentre outros.

A imagem abaixo representa os locais onde Laura compra e vende. No círculo maior, com bordas pretas, são os locais em que circula para poder vender, não ficando somente em um ponto. Ela não vende os produtos adquiridos ali mesmo e sim produtos que compra em outros municípios.

Figura 11. Locais de venda no Município de Benjamin Constant



Fonte: Google Earth, adaptada por Peres, Marilene, 2018.

Já Rosa, assim como Mara, vende em sua casa, porém há um espaço somente para suas mercadorias. O que era um cômodo da casa, possivelmente um quarto, foi transformado em uma pequena venda.

3.7 Os modos de agir na venda

Em termos de clientes que as procuram, há os conhecidos e não conhecidos. Com os conhecidos, geralmente as formas de tratamento são menos formais. Dona Naisa, por exemplo, quando um cliente conhecido se aproxima de sua venda ela fala “o que desea mi amorsito”, ou chama pelo nome, se cumprimentam com abra-

ços, apertos de mãos, beijos no rosto. Normalmente essas pessoas que elas conhecem além de comprar, passam um determinado tempo conversando sobre os mais diversos assuntos, que vão desde a vida pessoal, fofocas, até política. Percebo também que dona Naisa tem certa intimidade com eles, muito pelo fato de morar em Islândia e vender para os próprios conterrâneos, pois eles não a veem com menosprezo ou preconceito. A conversa com o cliente inicia logicamente quando um cliente chega, da seguinte forma. “Ola mi amiguito, buenos dias, que desea?”. E assim inicia o processo de interação.

É importante ressaltar também que os clientes dela vão à procura de produtos específicos que, na maioria das vezes, só ela tem, como os buritis, manga⁵² e cajarana descascadas, a pupunha com o molho, ou também pela simpatia com a qual os atende, seja conhecido ou não.

No geral as interlocutoras atendem os clientes que elas não conhecem, um tanto diferente, pois são tratados com formalidade, em ambos os casos falam “sí senhorita, sí senhor, sí senhora”. Não têm a intimidade e o afeto que possuem com aqueles que conhecem. Como os não conhecidos não sabem muito bem o que elas vendem, iniciam oferecendo os produtos, conforme a fala de dona Naisa “tenemos aguajina, juane, pifayo” e assim por diante.

Contudo, as formas de interação com os conhecidos e os não conhecidos se tornam diferentes pelo fato de eles serem tratados com mais ou menos formalidade, ou seja, são comportamentos em que é apresentada a fachada de vendedora.

De acordo com Erving Goffman (2011), temos diferentes modos de comportamentos na interação social, maneiras de agir, falar, gesticular, ou seja, temos formas distintas para lidar com situações e pessoas, dependerá de onde estamos falando e com quem, é o que o autor chama de fachada, “um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria”. O termo fachada pode ser descrito da seguinte maneira:

O termo *fachada* pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através

52 A manga comercializado por Naisa são oriundos de Benjamin Constant/Am, Islândia e Iquitos.

da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de si mesma. (Goffman, 2011, p. 13-14).

E com essas mulheres não é diferente, pois apresentam uma fachada para estar com a família, com amigos, e é claro na hora da comercialização, ou seja, são comportamentos sociais aprovados pela clientela. Essas mulheres não só assumem uma fachada de interação verbal e não verbal ao comercializar, como também fazem parte dessa fachada os modos de se vestir para ir vender, como roupas mais fechadas que não mostrem seu corpo.

No que diz respeito às vestimentas das interlocutoras, elas usam calças compridas, jeans ou *legging*, blusas com ou sem mangas, casacos, chapéus ou bonés para se proteger do sol, e normalmente usam tênis. Isso Naisa usa diariamente, Rosa e Mara utilizam quando saem para vender em outro lugar fora de suas casas. Laura usa somente saias e blusas com mangas, devido a sua religião.

Diferente de como estava acostumada a ver em Benjamin Constant, as vestimentas em época de calor são roupas curtas, regatas, shorts e chinelo, e, no máximo, um casaco para proteger-se do sol devido ao calor. As interlocutoras usam esse tipo de roupa porque estão ali como vendedoras e precisam manter essa maneira de se vestir, bem como a maneira de se comportar na hora da interação no que diz respeito a como se apresentam para os clientes.

Destaco também as roupas usadas por elas porque além de marcarem uma certa imagem, ajudam na proteção contra o sol e para terem mais flexibilidade nos movimentos necessários na hora da caminhada até o barco e para sair dele também quando precisam utilizá-lo. Se estivessem de vestido, por exemplo, seria difícil carregar peso, uma vez que usariam uma das mãos para segurar o vestido e proteger-se. Ao entrar e sair do barco também não se sentiriam muito à vontade para dar passos longos, pois em alguns casos a saída e a entrada na canoa exigem um passo mais longo tendo em vista que o banheiro a movimentam.

Ressalto que usam essas vestimentas para a realização do seu trabalho como vendedora, pois precisam estar com vestes adequadas

para aquela ocasião, tendo em vista que estão lidando com o público em geral. Elas afirmam que não poderiam sair de suas casas para comercializar com shortinho e blusa coladas ao corpo. Não estou sugerindo que existam roupas inadequadas para as mulheres, mas elas tentam manter uma imagem de seriedade.

Ao observar as mulheres que vendem, percebi que tem uma maneira de lidar com os clientes conhecidos, pois estão ali como vendedoras e não como uma amiga que os recebe em sua casa, com suas roupas mais confortáveis. Por mais que os trate gentilmente, com intimidade, afeto, ela não poderá, por exemplo, oferecer comidas de graça como faria em sua residência, pois estará realizando um trabalho.

Entretanto, por mais que envolva uma relação para além da venda, a fachada de vendedora precisa ser mantida e aprovada socialmente, para assim manter e conquistar novos clientes. A maneira de falar, vestir-se, gesticular, enfim, a maneira de se comportar é levada em conta na hora da comercialização e interação com os consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa com as mulheres, chamou-me atenção o cotidiano das “mujeres en la venta”, pois apesar de ser moradora da fronteira não conhecia o dia a dia das peruanas que trabalham nas vendas, não notava e nem me interessava sobre essas transações, tanto de pessoas quanto de mercadorias e serviços. Não tinha uma noção aprofundada de como era o processo da comercialização na região, principalmente envolvendo os dois municípios em questão, com destaque para Islândia, pois apesar de ser moradora da fronteira não sou moradora de Islândia e não conhecia a realidade do país vizinho.

Entretanto, a partir do primeiro contato com algumas das mulheres que participaram desta pesquisa, ainda no ano de dois mil e quinze, interessei-me sobre os fluxos que elas fazem diariamente para conseguir vender. Com o passar dos dias, após as conversas iniciais, percebi que para entender melhor seu cotidiano era necessário afastar-me, ou seja, estranhar o familiar, pois só assim conseguiria compreender melhor suas realidades. Entendi que se fosse a campo com minhas pré-noções, que até então eram mínimas sobre a realidade na fronteira, principalmente sobre os fluxos, transações, conflitos vividos diariamente por seus moradores, não conseguiria enxergar para além do que foi dito pelas mesmas, nem entender suas narrativas ao contar sobre suas famílias, suas histórias de vida.

Até então só entendia a fronteira como geográfica, não notava como é produzida para além da territorialidade, percebia somente o que estava estampado nas falas dos conterrâneos, como o preconceito que peruanos sofrem, talvez eu mesma fosse uma reprodutora dos preconceitos. Contudo, a pesquisa permitiu que presenciasse os preconceitos sofridos pelos peruanos. Deste modo, pode-se afirmar que a fronteira geográfica de certa forma facilita a entrada e saída de pessoas, mercadorias e serviços na região transfronteiriça, mas também é um espaço de conflitos onde o preconceito em relação à etnicidade, raça, cor e gênero dificulta a socialização entre os países, produzindo assim conflitos entre os residentes da região.

Nem sempre os moradores desta fronteira vivem em conflito, uma vez que as desavenças, as diferenças e os preconceitos são amenizados quando há vontade de criar algo em comum, como formar uma família. Nesse caso, o querer em comum se sobressai às fronteiras produzidas pelas interações entre os agentes que vivem no local.

Além disso, as observações realizadas para este trabalho permitiram evidenciar aspectos da vida das interlocutoras que ainda estão atrelados à vida doméstica, do lar, das mulheres que cuidam, ou seja, evidenciou o papel tradicional como “amas de casa”, que é a obrigação anterior ao trabalho fora, onde suas prioridades são o cuidado com a casa, filhos e/ou marido.

Suas narrativas mostraram diferentes experiências em relação ao casamento ou uniões. Duas das interlocutoras solteiras afirmam que não pretendem ter um novo cônjuge por terem passado por um ou dois casamentos e foram abandonadas pelos maridos. Enquanto a terceira interlocutora solteira afirma que não pensa em casar enquanto os filhos estiverem pequenos. As três interlocutoras dizem que estão bem sem um homem, pois preferem viver sem alguém que dite as regras em suas casas e faça cobranças em termos de tarefas domésticas, modos de agir e de vestir. Entretanto, uma delas deixou em aberto a possibilidade de encontrar um novo parceiro. Acredito que a ênfase em não voltar a ter um cônjuge, momentaneamente ou de forma definitiva, pauta-se na experiência de terem sido abandonadas ou terem sofrido, pois a relação não correspondeu as suas expectativas de um casamento onde a fidelidade, o companheirismo, etc. estariam em primeiro lugar. Dizer que não querem um marido não é exatamente abdicar de ter uma nova relação, mas reforçar o tipo de relacionamento que desejam com um cônjuge que atenda suas expectativas.

Ao olhar para as três interlocutoras que não são casadas atualmente, percebo que, embora não tenham um cônjuge, elas vivem a partir de uma lógica relacional, expressa na obrigação do cuidado com os filhos e com a casa, para após fazerem o trabalho na “venda”. Segundo a lógica relacional, o masculino e o feminino têm obrigações e atribuições distintas dentro do contexto familiar. Em relação ao homem é almejado o papel primordial que é o de provedor, protetor da família. Já da mulher é esperado o cuidado tanto dos filhos quanto da casa, e também a fidelidade para com o marido.

Para saber mais sobre suas famílias e entender suas origens, construí a genealogia de cada uma das interlocutoras, a relação com seus ascendentes e descendentes. De acordo com a apresentação gráfica, apenas a família de uma das interlocutoras é formada por pai peruano e mãe brasileira e todos os filhos possuem dupla nacionalidade. A família das demais mulheres são formadas por peruanas e peruanos advindos principalmente da cidade de Iquitos. Verifiquei que as famílias de Naisa e Rosa são as mais numerosas. Naisa tem onze irmãos, cinco filhos e dezesseis netos; Rosa tem nove irmãos e três filhos, porém não tem netos. Já a de Laura e Mara são menores. Enquanto a primeira tem quatro irmãos, cinco filhos e quatro netos, Mara tem cinco irmãos e três filhos, também não tem netos, pois os filhos ainda são crianças.

O acompanhamento dos fluxos percorridos por elas permitiu conhecer como funciona o processo do comprar e vender, ou melhor, permitiu compreender o que é a “venda” e o que isso significa na vida dessas mulheres, uma vez que a “venda” envolve não somente o vender, mas sim todo o processo de negociação, administração ou preparação do produto para passar para os clientes.

A observação da “venda” evidenciou as relações de gênero no processo da comercialização no contexto da região, onde notei a presença de mulheres principalmente nos contextos em que fazem o trabalho de arrumação e limpeza do lugar, bem como no atendimento ao cliente. Os homens são vistos nas tarefas que exigem força, onde é necessário carregar peso, isto é, as mulheres desenvolvem atividades fora das que estão acostumadas a realizar no cotidiano de sua casa. Por outro lado, percebo que para o trabalho na “venda”, elas levam o conhecimento que possuem como “amas de casa”, fazendo a relação entre as atividades fora, no espaço público, com as atividades no âmbito doméstico.

O termo “venda” é uma autoafirmação de que as mulheres atuam para além dos afazeres dentro do lar, ou seja, não estão direcionadas somente para cuidar da casa e dos filhos ou marido. Embora elas priorizem a família, também fazem o trabalho extra doméstico remunerado e encontraram nesse trabalho uma maneira de conciliar o cuidar dos filhos e manter a casa.

Apesar dos preconceitos e discriminações sofridas pelas mulheres peruanas que compram no Brasil para comercializar no seu

país, sendo por vezes consideradas como homens por carregarem suas mercadorias pesadas, serviu para que mantivessem suas lutas diárias. Não deixando que essas palavras e atitudes de discriminação impedissem seus objetivos, ao contrário, impulsionaram a continuar a cada dia com mais forças.

Portanto, suas narrativas permitem afirmar que apesar dos empecilhos existentes na região, não só em termos de raça/etnia, mas de gênero, essas mulheres marcam seus lugares e não desistem de suas vendas e de suas lutas diariamente, afirmando e reafirmando que elas não estão somente para o fazer doméstico, mas sim no fazer extra doméstico como mulheres que mantêm suas casas com a “venda”.

Posfácio

1.

Pela enorme generosidade de Marilene coube a mim escrever neste momento em que você já leu o livro e ele, o livro, já começa a fazer parte da sua memória, do seu estoque de conhecimentos sobre gênero, circulação do dinheiro, agência, mulheres amazônidas, fronteiras, aquela fronteira, mobilidades... É, seguindo a própria Marilene na sua forma de contar a história por trás, uma espécie de círculo: ela me concede a honra de fazer parte do conjunto de agenciamentos iniciais e finais. Nunca iniciais, nunca finais; nunca completamente. Aqui estamos.

2.

Pode parecer incrível, mas esta madrugada estive com ele e ela, no seu encontro improvável em Remate de Males. Vieram de muito longe e fui longe junto. O despertador não me tirou completamente o sonho; deixou-me os restos suficientes para sentar aqui e fazer o meu dever após tamanho acontecimento.

A foto é de 18 de junho de 1927. Tirada do alto do barranco, todo seu terço superior esquerdo é luz de sol amazonense estourando na superfície do Solimões. Aos poucos emergem da luz duas pequenas construções inteiramente de zinco sobre dois pequenos flutuantes de madeira e algumas canoas entre eles. O calor sobe o barranco pelos usuais degraus de tronco até a nossa perspectiva. “Aqui outrora se tomaram banhos”, escreveu ele (Andrade, 1993: 86-87)¹. Remate de Males.

No sonho, Mario de Andrade retornava ali, numa espécie de prestação de contas muito tardia do “Turista Aprendiz”. O calor, o preto e prata e branco estourado do sol que marcam suas fotografias acompanhavam-no também. Num canto estava a famosa plaquinha de madeira à beira do rio que historiadores contam e que Marilene recupera neste livro como vestígio mítico desta fronteira toda: “Remate de Males”. Na mesa de madeira, no meio de outras muitas pessoas, estava Marilene aguardando o poeta com seu livro em mãos.

¹ Andrade, Mario de. Mario de Andrade: fotógrafo e turista aprendiz. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1993.

Admiração e suspeita, no olhar agudo e silencioso dela. Olhar de autora e etnógrafa madura; outrora uma das crianças pequeninhas naquele “lugarejo (?) do Alto Solimões” (jamais) (Andrade, 1993: 102); outrora uma “outra” da antropologia brasileira outramente modernista.

Na sua “viagem etnográfica”, Mario de Andrade se propus subir o Solimões até a fronteira com o Peru, o Madeira até a fronteira com a Bolívia e o Marajó “até dizer chega” (Mindlin, 1993: 9)². Ali, no canto superior esquerdo do Brasil subindo o Solimões, encontrou o vilarejo de nome poético e eficácia ritual. O encontro de Brasil com Peru quando ainda Colômbia não fazia parte da festa. Mas ele e sua comitiva modernista não entraram no Peru, não adentraram nas colocações de seringais e, passando pela desembocadura, não subiram o Javari. Remate de Males não existe mais; Remate de Males não é Islândia; a antropologia brasileira hoje é outra e as viagens e sonhos etnográficos, ainda bem, também o são.

3.

“Da força da grana que ergue e destrói coisas belas”, disse o outro modernista tardio na sua própria viagem de aprendiz de Santo Amaro a São Paulo. A força da grana de São Paulo deu oportunidade a Mario de Andrade para fazer sua viagem e a mim, de conhecer a Marilene na outroramente-ligada-a-Remate de Males Benjamin Constant, Amazonas. Foi financiado pela FAPESP que, em 2010, comecei a ir na tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia, dando espaço, em nome da pesquisa e da etnografia, a minha própria fantasia de aprendiz e de homem (pós-)modernista dos centros urbanos de poder. Um ano depois, morando em Tabatinga conheci a Flavia Melo, então professora de Marilene no curso de Antropologia Social do Instituto de Natureza e Cultura na Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant.

Naqueles anos na UFAM, Marilene se fez antropóloga, etnógrafa, e ali firmou também seu reconhecimento como indígena Kokama. Fez parte de outro sonho, de outra viagem louca, magnífica e terrivelmente concreta no tempo da sua criação e emergência: o Observatório de Violência de Gênero do Alto Solimões, virado

² Mindlin, José E. Apresentação. Mario de Andrade: fotógrafo e turista aprendiz. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1993.

depois “...do Amazonas”, coordenado por Flavia Melo. Junto com uma turma de alunas do INC/UFAM, Flavia se propôs levantar e sistematizar informações inéditas sobre violência contra mulheres nos nove municípios do alto rio Solimões. Marilene, nascida e criada em Benjamin Constant, fez parte desse grupo de jovens mulheres locais que, um a um, foram de barco por todas as sedes destes municípios. Todas elas foram consistentemente impactadas e formadas pelo Observatório e, para muitas, essa experiência marcou seus caminhos acadêmicos. Assim não tem modernismo que resista; assim a antropologia foi virando outras coisas.

A grana de São Paulo me possibilitou por anos fazer trabalho de campo etnográfico naquela tríplice fronteira; cada vez menos solitário e aos poucos permitindo-me dismantelar os sonhos antigos do nosso afazer. Engajar-se em coisas belas com gentes belas. Assim morei em 2015 em Tabatinga, novamente, e pude acompanhar um pouco do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de Marilene, orientado por Flavia, chamado “Análise de construções de gênero e parentesco: performance e sociabilidade dentro e fora de casa”. Já vanguardista, Marilene se permitiu estudar jovens gays e travestis em Benjamin Constant, acompanhando-os nos seus trânsitos e construções entre as redes de amizades e co-aprendizados, e os convívios muitas vezes mais tensos e violentos com suas famílias de origem.

Naquele mesmo ano, graças ao financiamento que mantinha, consegui contratar a Marilene como assistente de pesquisa. A pesar do que havíamos avançado no conhecimento produzido em e sobre esta fronteira, sabíamos que não olhávamos para as presenças peruanas e as relações com o Peru de forma equivalente. De muitas formas, nossos olhares sobre este lugar e suas relações continuavam marcados, “enviesados”, pelas nossas disposições regionais, nacionais e étnicas. Um dos objetivos do projeto que eu coordenava na época e da parceria que então crescia com Flavia e com algumas pessoas da Universidad Nacional de Colômbia em Leticia (Amazonas, Colômbia), como o professor Jorge Aponte, era tentar trazer com mais força e qualidade o Peru nas nossas análises. Para isso, havia muitas possíveis entradas; uma delas, justamente, era tentar aprender a olhar este complexo transfronteiriço desde Islândia; sede da Municipalidad de Yavari, pertencente à província de Loreto, Peru.

A partir dos encontros com Flávia e suas alunas, Marilene foi se mostrando interessada nesta parte da pesquisa. A ideia era compreender melhor essa fronteira internacional absolutamente particular: conhecer um pouco mais de Islândia e das suas relações com Benjamin Constant, saber da história local, entender essas circulações e mobilidades de pessoas, alimentos, dinheiros, línguas, etc., e, claro, como tudo que fazíamos, entender um pouco mais das dinâmicas de gênero e das suas co-construções com o território e a própria fronteira, e ensaiar perspectivas femininas para olhar estes mundos.

A ideia de ter a Marilene como assistente de pesquisa em Benjamin Constant por alguns meses era aproveitar a formação dela, a potência que ela mostrava no seu trabalho etnográfico, bem como sua localização e conhecimento de Benjamin Constant, para adentrar um pouco mais em Islândia. Buscávamos começar a desenvolver algo que, afinal, foi ela quem conseguiu realmente fazer: conhecer as mobilidades e circulações intensas agenciadas por mulheres através desta fronteira.

Vejo a Marilene nos meus diários de campo de 2015 muito curiosa e interessada, tímida e sempre de pouquíssimas palavras. Fomos juntos a Islândia algumas vezes e algumas vezes nos reunimos para trabalhar em Tabatinga. Em Islândia caminhamos pelas passagens elevadas de madeira e pelas recém construídas de cimento, conversamos com comerciantes e com outras pessoas que, generosamente, começaram a nos contar sobre este lugar. Vejo a Marilene circulando por Islândia, construindo em pouco tempo uma rede importante de interlocutores e um conhecimento próprio do lugar. Junto com a estudante da Unicamp Luiza Terassi Hortelan comemos peixe assado no Bar La Farra, bar e prostíbulo colombiano em Islândia que eu começara a frequentar como parte do meu trabalho de campo, conversamos sobre sua vida e sua terra, nos deslocamos pelo Solimões e pelo Javari, atravessamos a fronteira caminhando (origem da foto que ela escolheu para apresentar este livro), bebemos muita Inca Kola e, claro, tudo a ver com esta pesquisa, fomos de tuk-tuk colombiano num show de Raça Negra em Tabatinga.... ;)

Bem, parece que ela gostou da proposta. Muito muito para além do trabalho conjunto na pesquisa que eu coordenara, muito para além de São Paulo e sua grana e da minha sempre limitada presença

nesse complexo urbano transfronteiriço, Marilene deu toda a corda à sua vontade de compreender estas relações e conhecer pessoas, mundos e redes desde Islândia. Quatro anos depois, transitando entre Benjamin Constant, Islândia e Manaus, defendeu sua dissertação de mestrado em antropologia social na UFAM, com coordenação da profa. Marcia Calderipe, e hoje amplia a ressonância do seu trabalho com este cuidadoso livro.

4.

“Vale ressaltar que fiz essa pesquisa a partir do meu lugar de fala como moradora da fronteira, mulher, indígena, que pesquisa tema relacionado a relações de gênero e tem como principais interlocutoras mulheres peruanas residentes no município de Islândia/Peru e que não se autoidentificam como indígenas” (20).

No meu sonho, Marilene encara a Mario com suspeita e silêncio. Marilene não é Mario, não é turista aprendiz nem viajante novata na Amazônia. Ela não organiza um movimento para aproximar o Brasil do Mundo. Marilene me encara também; com aquela ciência de quem, seja lá o que for, habita aquele lugar que o outro chama de “campo”. Marilene, em realidade, não tem nada com Mario, José ou qualquer um que não esteja aí no fazer do dia-a-dia. Assim foi já no seu TCC, assim foram suas colegas e a vida do Observatório: morar aqui, estudar aqui, ter a vida inteiramente implicada naquilo que se estuda, pagar as contas das moralidades, dos ilegalismos, das violências.

Marilene faz parte de outra antropologia, de uma transformação do campo acadêmico brasileiro que foi marcada, numa ponta, pelas políticas de Ações Afirmativas, e na outra, pela construção e funcionamento de Universidades federais em lugares que eram imaginados como “fronteiras”, como “interiores afastados”. Universidades com cursos de graduação, com docentes concursados, com orçamentos minimamente decentes, com transporte para localidades mais distantes, com possibilidades de hospedagem e alimentação, com possibilidades de laboratórios de pesquisa, para que pessoas como Marilene pudessem estudar mais ou menos perto de casa e produzir ativamente conhecimentos.

Este livro é produto disso, como ela bem enuncia. Não apenas o produto de uma “extensão” ou uma “ampliação” do conhecimento

científico-acadêmico para “incluir” pessoas pobres, mas efeito de um esforço coletivo de abrir brechas e fendas pelas quais luzes, corpos, línguas, ciências pudessem entrar e protagonizar, transformar e tomar para si o que outrora foram banhos.

Não por acaso é um livro de antropologia. Apesar de toda sua história e potência colonial, a antropologia esteve sempre disposta às fendas; sempre houve disposições -por um canto ou outro- para colocar em jogos comparativos os conhecimentos e os mundos das pessoas que através dela fomos entrando em relação. Quando desta antropologia feita por Marilene (e outras), o próprio efeito de alteridade da antropologia é, no mínimo, colocado em xeque. A outra essencial, a outra ontológica, é a própria antropologia e o mundo do qual ela faz parte: aqueles professores tão brancos ou tão convencidos de si vindos das cidades de telenovela; aqueles textos estranhos e difíceis que falam de mundos distantes e bizarros dos quais tivemos notícia pelos missionários ou pelos militares; aqueles argumentos que partem de certezas das que nunca ouvimos falar; aquelas formas de trabalho e de carreira tão exóticas e particulares... De modo que “ler” antropologia, “aprender” antropologia nas salas de aula do INC naqueles anos, era para estas jovens mulheres um trabalho incessante de traduções, compreensões sociológicas e recomposições ontológicas que passavam pela história colonial, pela história e geopolítica contemporânea da disciplina, pelas relações de gênero, pelos dispositivos de etnicidade e de racialidade embutidos, etc..

Antropóloga, Marilene não escreve desde a pura individualidade vivida como moradora da fronteira. Não se trata aqui de uma auto-etnografia ou de uma autobiografia. Apesar da contundência e ciência do seu “lugar de fala” Marilene consegue o efeito (etnográfico) de olhar em aliança parcial com aquilo que não conhece no movimento repetido de aproximar e afastar. Não é sobre ela, ainda que inteiramente seja...

“...pois apesar de ser moradora da fronteira não conhecia o dia a dia das peruanas que trabalham nas vendas, não notava e nem me interessava sobre essas transações, tanto de pessoas quanto de mercadorias e serviços.

Até então só entendia a fronteira como geográfica, não notava como é produzida para além da territorialidade, percebia somente o

que estava estampado nas falas dos conterrâneos, como o preconceito que peruanos sofrem, talvez eu mesma fosse uma reprodutora dos preconceitos...” (133).

Neste livro, o “lugar de fala” é uma posição ativa de renovação no campo das enunciações e nas possibilidades de construir mundos melhores. Esse “lugar de fala” não pode ser reduzido a uma análise de categorias nos termos do já conhecido e das formas autorizadas de conhecer; precisa ser sempre lido nos limites do (in) imaginável, no limite do que possa vir a ser arranjado no campo performativo das enunciações e das presenças político-científicas.

5.

O exercício enunciativo e corporal de Marilene em recomposição com sua prática antropológica sustenta a potente contribuição deste livro. Nele conhecemos as práticas de vida, cuidado e circulação de dinheiro de Naisa, Laura, Rosa e Mara. Quatro mulheres peruanas em Islândia, que se engajam em “la venta” de produtos diversos e no atravessamento constante da fronteira internacional para melhorar o sustento das suas famílias. Delas conhecemos também esses emaranhados sempre ricos nos quais as formas como performamos o gênero se articulam co-criativamente com as formas como encaramos a economia, os afetos, as relações familiares, o lugar em que moramos, etc..

A partir da sua experiência etnográfica, Marilene produz conhecimento inédito sobre esta tríplice fronteira, sobre as presenças peruanas transfronteiras no Brasil, e sobre as articulações possíveis entre gênero e fronteiras. Aprendemos com ela como minúsculas, mas cotidianas linhas de circulação de mercadorias, pessoas e dinheiros se fazem presentes entre estas porções do Peru e do Brasil, não apenas costurando relações binacionais, ou atravessando fronteiras internacionais, mas compondo o tecido de sustento de um território que tem como centro a fronteira.

Com o centro na fronteira, Marilene demonstra uma bem preparada sensibilidade para fugir do dispositivo nacionalista como categoria de organização e análise. Não vemos aqui, diferentemente de outros estudos, migrantes peruanos miseráveis, vítimas da absoluta exploração e do supostamente atroz e particular patriarcado peruano

fugindo para o próspero Brasil e suas estruturas de garantia de direitos. Ela evidencia a complexidade de relações entre pessoas que, como efeito localizado da fronteira, se tornam brasileiras-em-Benjamin e peruanas-em-Islândia, e se engajam na construção e sustento compartilhado do seu lugar no mundo. Relações marcadas, outrossim, pelo pesado e consistente afeto de menosprezo e discriminação racial, étnica e nacional que pessoas brasileiras não-indígenas mostram por seus vizinhos peruanos.

Por outro lado, Marilene nos apresenta neste livro um conjunto empírico e analítico fundamental para compreender relações de gênero em contextos de fronteira, particularmente na Amazônia. Quando no campo acadêmico-político se juntam as palavras “gênero”, “mulheres” e “fronteiras”, é bastante comum observar a emergência de análises que mostram a especial vulnerabilidade e padecimento das mulheres em contextos de fronteira. São comuns aproximações a partir da chave da opressão patriarcal e capitalista, do masculinismo exacerbado dos processos de fronteirização, das culturas e assimetrias nacionais e das marcas de discriminação étnico-racial associadas. Sobre relações econômicas e de trabalho, o que se evidencia é o envolvimento das mulheres em redes de tráficos diversos, “contrabandos”, esquemas de trabalho análogo à escravidão... ou, por outro lado, a participação ativa no trabalho sexual.

No caso das fronteiras amazônicas, e da Amazônia como uma fronteira, costuma redobrar-se um dispositivo de extrema particularização e exotização: são destacadas ideias sobre mobilidades descontroladas e ameaçadoras através de um território mito-histórico que é em si mesmo ameaçador para os corpos femininos, e corpos femininos nativos sempre indígenas ou quase-indígenas e então assim imaginados como essencialmente vulneráveis, explorados e sobre-erotizados. Tudo se passa como nas narrativas colonas ou missionais sedentas de “civilização”.

Para além ou por baixo do macro-enquadramento da Nação, da segurança e da defesa, das masculinidades e da colonialidade, vemos neste livro a Naisa, Laura, Rosa e Mara colocando em ato relações que dão, literalmente, alimento a esta fronteira; “mulheres mantenedoras”. E vemos a fronteira -esta fronteira- “produzindo pessoas” (67). Lendo este livro aprendemos sobre a riqueza destas

relações, sobre as múltiplas derivas tracejadas por estas mulheres e os caminhos de reflexão e as decisões que elas tomam. Aprendemos a conhecer Islândia e Benjamin Constant enquanto aprendemos a diferenciar o sustento do comércio, afetos diversos sobre o dinheiro e as formas de consegui-lo, próximas mas diversas relações entre conjugalidade, economia e relações “bi-nacionais”. Aprendemos também sobre os corpos, ideias e produtos que circulam entre os diversos lados desta fronteira e como são vistos e julgados; sobre os processos criativos e de reelaborações micro-políticas da fronteira e da nação. Aprendemos, também, sobre violências e assédios, sobre a potência dos abusos masculinos cotidianos, silenciados, apagados, que, inclusive, atravessam o corpo e o trabalho da etnógrafa (de tantas etnógrafas). Com condições econômicas precárias compartilhadas por *casi* todo mundo ali, Naisa, Laura, Rosa e Mara recompõem a fronteira em atos e formas que seria impossível de compreender bem não fosse o esforço etnográfico levado adiante por Marilene: outra jovem mulher amazônida, fronteiriça, engajada em melhorar o sustento da sua família, que tem que lidar com o acirramento das múltiplas assimetrias e dos enquadramentos civilizatórios e é, como diria Mariza Correia, “traficante de símbolos”³.

6.

Nos comunicamos via Whatsapp e e-mail desde onde quer que nos encontremos; seguimos triangulando com Flavia entre *conexões cosmopolíticas* e encontros de antropologia; eu volto aqui a ler sua dissertação e seu TCC e, para encerrar seu livro, volto aos diários de campo de 2015 (meus, dela, da Luiza) no meio do Carnaval de São Paulo enquanto filho e companheira ainda dormem. De Remate de Males para El Alto, Bolívia, local do seu estágio sanduíche em 2025; talvez *le ha llegado la hora* a Marilene de ser temporalmente uma turista aprendiz. Reviravolta contundente da história e desafio impvido para contra-modernismos possíveis nos seus futuros livros... Salud, Mari, que venham mais!

José Miguel Nieto Olivar

São Paulo, 2 e 3 de março de 2025.

3 Corrêa, Mariza. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Editora UNICAMP, 2013.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. ¿Inserción laboral de las mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, p. 224-235, 2004.

_____. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?. Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas. São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-231007-141151/>. Acesso em 23 de maio de 2019.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. *Caderno CRH*, vol 23, n. 60, p 579-590, Salvador, 2010.

_____; PAIVA, Luiz Fábio. Entre nações e legalizações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru). *Revista Ambivalências*. Ssn.2318-3888. V.3, n.5 p. 115-148. Janeiro-julho. 2015.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: *Teorias da etnicidade*. Philippe Poutignart, Jocelyne Streiff-Fenart. Ed. UNESP. São Paulo, 1998.

BONETTI, Alinne de Lima. Eu não sou feminista sou feminina! Relações de gênero e atuação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses. In. *Gênero, cultura e poder*. Org. Maria Azevedo Lisbôa e Sônia Weidner Maluf. Editora Mulheres. Florianópolis. SC. 2004.

BOTÍA, Carlos Zárate. Silvícolas, seringueiros y agentes estatales: El surgimento de uma sociedade transfronteiriça en la Amazonia de Brasil, Peru y Colômbia, 1880-1932. Leticia, 2008.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene. Revendo estereótipo: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, V. 20, N. 1, p. 259-287. Florianópolis, 2010.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. 1994 *Revista Estudos Feministas*, V. 2, N.

3, p. 17-32. Florianópolis, 1994.

BRITO, Gisele Ferreira; CHOI, Vania Picanço; ALMEIDA, Andreia de. Orgs. Manual ABNT: regras de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos. 4 ed. São Paulo, 2014.

CAMPOS, Ana Maria. Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM. Trabalho de conclusão de curso em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura. Benjamin Constant: UFAM/INC, 2012.

CARVALHO, Luiza M. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Revista de Estudos Feministas*, v.6, n.1, 1998, p.7-33.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feminista 2002*. University of California – Los Angeles.

CUNHA, Flávia Melo da. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia. *Revista Tomo*, n. 26. Janeiro/Junho, 2015.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 40, June 1999 .

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In. FRANCHETTO, Bruna et al. *Perspectivas antropológicas da mulher*. V.3 Rio de Janeiro: ed Zahar, 1983.

FONSECA, Cláudia. Apresentação: De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Dossiê: famílias em movimento: In. *cadernos pagu (29)*, julho-dezembro de 2007:9-35.

_____. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Perto Alegre. 2000, p, 7-51.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In. *História das mulheres no Bra-*

sil, V. 9. P. 510-553, 1997.

_____. A mulher valente: gênero e narrativa. Revista horizontes antropológicos- gênero. Porto Alegre, PPGA/UFRGS. 1995b.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1. Ed. [reimpresso] – Rio de Janeiro: LTC, 2013.

_____. Obras e Vidas: o antropólogo como autor. 2 ed. Editora UFRJ. Rio de Janeiro 2005.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Trajetórias de vida: visibilizando e reconstruindo a história das mulheres. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Goncalves-Lisboa_42_10.pdf. Acessado em 20 de setembro de 2016.

GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada uma análise dos elementos rituais de interação social. In: Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: vozes, 2011.

GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão. n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010). http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Gênero e trabalho. Rev. Estud. Fem. vol.12 no.2, 2004.

HAVILAND, William (et al.). Sexo, casamento e família. In: princípios de antropologia. São Paulo. Cengage Learning, 2011, pp. 293-318.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Revista Cadernos de pesquisa. V. 37. N. 132. p. 595-609. 2007

MACÊDO, Marcia dos Santos. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, R. (Orgs). Tempo e lugares de gênero. P. 55-83. São Paulo. 2001.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Pequenas cidades em faixa de fron-

teira na Amazônia: o caso de Tabatinga e Benjamin Constant. In: Oliveira, José Aldemir de (Organizador). Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. Cidades e mobilidades de controle do espaço e do território na Amazônia Ocidental Brasileira. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs). Amazônia no cenário sul-americano. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Género, dinero y frontera amazónicas: la “prostitucion” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. *Cadernos Pagu*. São Paulo, 2017.

_____. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Revista Ambivalências*. ISSN 2318-3888. V. 3. N. 5. P. 149-182, janeiro-junho/2015.

_____. CUNHA, FM, ROSA, PC. Presenças e mobilidades transfronteiriças

entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. *Revista TOMO*. N. 26 JAN/JUN. 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do Antropólogo*. Brasília, Paralelo 15/UNESP, 2000, pp, 17 -36.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Márcia de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*. Vol. 20. N. 57. São Paulo. 2006

PAULILO, Maria Ignez. Parte II. De 1986 a 1996 – o peso do trabalho Leve. In: *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Ed. UFSC. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, vol 11, n. 2, Julho-Dezembro, pp 263-274, Goiânia, 2008. Disponível

em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=70311249015>. Acessado em Maio 2018.

REIS, Marla Elizabeth Almeida. “Mulheres que botam banca”: Gênero e venda de comida em bairros populares de Santarém/PA. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós – Graduação em Antropologia Social, UFAM. Manaus, 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transnacionalidade. Serie Antropologia. 1997.

SARTI, Cyntia Andersen. A moral no mundo do trabalho. In: A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Cyntia Andersen Sarti. 7º edi. Ed. Cortez. São Paulo, 2011.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. A cidade na fronteira: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil / Alex Sandro Nascimento de Souza. - Manaus, 2014. 153f. il. color.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em:

<<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/06/genero-uma-categoria-util-paraanalise.html>>. Acessado em: 20 de maio de 2019.

SCOTT, Parry. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para política públicas. In. Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades. Editora Universitária UFPE: Recife, 2011. p, 135-182.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura.: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.



Marilene Aicate Peres

Indígena do povo Kokama, nasceu no município de Benjamin Constant/AM no Alto Solimões, filha de pais agricultores e pescadores. É graduada em antropologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2015). É mestra (2019) e doutoranda em Antropologia Social pela mesma universidade. Atualmente estuda Antropologia das relações de gênero com foco em dívidas, circulações e presença de mulheres indígenas no processo da comercialização. Integra o Colegiado Indígena – COLIND (PPGAS-UFAM) e a Rede de Tecnologia da Financeirização (CNPQ).

É com grata satisfação que apresento ao público leitor, mais uma obra da nossa coleção *FAAS Teses e Dissertações*. Nosso intuito com esta coleção é contribuir para a divulgação da produção científica de pesquisadores do Amazonas, particularmente, da região do Alto Solimões e da Amazônia na tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru. A presente obra resulta da dissertação de mestrado de nossa egressa do curso de Bacharelado em Antropologia INC/UFAM, Marilene Aicate Peres, e traz uma rica pesquisa etnográfica sobre o cotidiano de mulheres trabalhadoras na região amazônica, fronteira Brasil/Peru. A abordagem das condições de existência e as estratégias produzidas por mulheres peruanas na busca do sustento da família constitui o fio condutor da pesquisa e permite à autora tecer reflexões importantes a respeito da atuação destas “Mujeres en la venta”, comerciantes, “amas de casa”. Destaca-se, aqui, a acuidade de Peres ao trazer as categorias “nativas” sem, no entanto, essencializá-las, mas colocando-as em diálogo com as conceituações de caráter científico, estas também, devidamente, relativizadas. Isso denota a sua competência e destreza na prática de uma Antropologia crítica e reflexiva. A sua condição de “nativa” da região, como ela mesma salienta em seu texto, longe de ser um problema, torna-se uma parte importante de sua reflexão sobre método e inserção no campo de pesquisa, e lhe permite vivenciar a vida cotidiana local para além de seus próprios termos, verificando a riqueza da vida social e cultural que muitas vezes passa despercebida. Quando se trata da luta de mulheres em busca da sobrevivência, a experiência no campo toma, em certa medida, um teor de denúncia sobre desigualdades e conflitos de gênero.

Ao descrever o cotidiano destas mulheres de um lado e de outro da fronteira, entre Islândia/Peru e Benjamin Constant/Brasil, a autora nos apresenta os diversos obstáculos como violência doméstica, preconceito, estigmatização e abandono vivenciados e as estratégias em busca de uma vida digna. Suas narrativas nos levam a refletir sobre uma realidade pouco ou quase nada conhecida junto aos grandes centros de poder, mas que se descortina nas franjas das nações latino-americanas, contextos estes, somente percebidos pelo olhar atento e sensível de etnógrafos e etnógrafas empenhados/as em desvendar as particularidades culturais que marcam a imensa região amazônica em toda sua diversidade. O trabalho de Marilene Peres, antropóloga amazônica, demonstra toda a força da pesquisa antropológica produzida “em casa”, e a necessidade de divulgar para o Brasil e para o mundo os resultados destas pesquisas. Desejo a vocês, leitores/as, uma ótima experiência nos meandros da Amazônia, através do olhar e da escrita de Marilene Aicate Peres.

Gilse Elisa Rodrigues

ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

